



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**  
**“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**  
INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS - RIO CLARO



---

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**  
**ÁREA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

---

**A TEMÁTICA AMBIENTAL NOS PROGRAMAS DE  
GOVERNO PARA A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
DO PARTIDO DOS TRABALHADORES (1989 – 2006)**

**JORGE LOPES DIONISIO FILHO**

Dissertação apresentada ao Instituto de Biociências do Campus de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação, núcleo temático: Educação Ambiental.

**Rio Claro – SP**  
**2010**

JORGE LOPES DIONISIO FILHO

A TEMÁTICA AMBIENTAL NOS PROGRAMAS DE GOVERNO PARA A  
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES (1989 – 2006)

Dissertação apresentada ao Instituto de  
Biociências do Campus de Rio Claro,  
Universidade Estadual Paulista, como parte dos  
requisitos para obtenção do título de Mestre em  
Educação, núcleo temático: Educação  
Ambiental.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Rosa Maria Feiteiro Cavalari

Rio Claro  
2010

JORGE LOPES DIONISIO FILHO

A TEMÁTICA AMBIENTAL NOS PROGRAMAS DE GOVERNO PARA A  
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES  
(1989 – 2006)

Dissertação apresentada ao Instituto de  
Biotecnologia do Campus de Rio Claro,  
Universidade Estadual Paulista, como parte dos  
requisitos para obtenção do título de Mestre em  
Educação, núcleo temático: Educação  
Ambiental.

COMISSÃO EXAMINADORA:

Profª Drª Rosa Maria Feiteiro Cavalari (UNESP/Rio Claro)

Prof. Dr. Luiz Carlos Santana (UNESP/Rio Claro)

Profª Drª Haydée Torres de Oliveira (UFSCAR/São Carlos)

Rio Claro, 31 de agosto de 2010.

*Saiu o semeador a  
semeiar.*

*Semeou o dia todo e a  
noite o apanhou ainda  
com as mãos cheias de  
sementes.*

*Ele semeava tranqüilo  
sem pensar na colheita  
porque muito tinha  
colhido do que outros  
semeavam.*

***Cora Coralina.***

## AGRADECIMENTOS

- À Deus pela maravilha da vida, dom maior e mais precioso.
  
- Aos meus pais, Jorge Lopes Dionísio (*In memoriam*) e Antonia Lazarini Dionísio, que iluminam minha vida como dois imensos faróis. Que seus dons e exemplos de vida, amor e dedicação sejam perpetuados na longa e numerosa descendência, herdeiros maior deste grande e eterno amor.
  
- À Profa. Dra. Rosa Maria Feiteiro Cavalari, pela orientação do trabalho, pela oportunidade e grande autonomia concedidas, pelos preciosos aprendizados no decorrer da pesquisa e pelo apoio nos momentos de luta e superação.
  
- Ao Prof. Dr. Luiz Carlos Santana e à Profa. Dra. Haydée Torres de Oliveira, membros da Comissão Examinadora, cujas críticas e sugestões foram decisivas na finalização deste trabalho.
  
- Aos Prof. Dr. Luiz Marcelo de Carvalho e Profa. Dra. Dalva Maria Bianchini Bonotto, pela grande amizade, conhecimentos compartilhados e apoio constante nesta empreitada.
  
- Ao Carlos Braga, amigo e irmão de tantos anos. Agradecê-lo por ser meu melhor amigo, meu companheiro de tantas horas de angústia, de aflição, mas também de tantas horas felizes, de tantos momentos inesquecíveis, e por tudo isso, acredito que seria pouco provável conseguir agradecê-lo por tudo o que já fez por mim. Mas, quero agradecê-lo de modo especial por ter me incentivado tanto a fazer o mestrado, por ter acreditado em mim antes mesmo que pudesse fazê-lo e principalmente por ter estado ao meu lado, me apoiando em TUDO o que eu precisei.
  
- Aos meus familiares em geral, minhas irmãs Tereza, Nair e Madalena, meus irmãos Dimas, Valmir, Idail e Jair, pelo apoio constante e pelo nosso grande amor compartilhado. Ao Marcelo pelo grande apoio técnico na reta final, e demais sobrinhos que tanto amo.

- Aos grandes amigos do mestrado Alison e Donizetti, pelos bons momentos compartilhados e pela imensa solidariedade nos momentos difíceis. Hoje são como irmãos.

- Aos colegas do grupo de pesquisa “A Temática Ambiental e o Processo Educativo: concepções e práticas”, por tantas descobertas conjuntas.

- À equipe do “Centro Sérgio Buarque de Holanda” Carlos Henrique M. Menegozzo, Aline F. Maciel, Patrícia R. da Silva, Annita Mastantuono, Alan D. Fernandes, Rodrigo César de Araújo santo, pelos prestimosos trabalhos oferecidos, sempre com apoio e entusiasmo.

A CAPES pelo apoio financeiro concedido, o qual foi muito significativo para a realização desta pesquisa.

## RESUMO

Esta pesquisa analisa a inserção da temática ambiental nos Programas de Governo para a Presidência da República do Partido dos Trabalhadores (PT), os quais foram elaborados como diretrizes políticas e ideológicas, durante suas campanhas nas eleições ocorridas no Brasil nos anos de 1989, 1994, 1998, 2002 e 2006. A pesquisa empreende, portanto, a análise de um recorte determinado: investigar e identificar as concepções relativas à temática ambiental, expressas nos Programas de Governo, de um determinado partido político brasileiro, elaborados no decorrer de vinte sete anos da sua existência como instituição política, atuante e organizada, em diferentes contextos históricos e processos eleitorais. No estudo apresentado, tomamos como “princípio”, que para analisarmos a temática ambiental, sob qualquer perspectiva no tempo presente, faz-se imprescindível um amplo referencial que abarque ao máximo a historicidade das relações entre sociedade e natureza. Assim, a emergência da “crise ambiental” deve ser abordada a partir desta perspectiva. Para análise dos dados, a pesquisa recorre aos referenciais metodológicos da “Análise de Conteúdo”, configurando-se como uma pesquisa qualitativa, cujos resultados e discussões foram elaborados a partir da análise de determinado *corpus* documental. O trabalho mostra que o fato de o PT ter se configurado historicamente como um partido aglutinador das forças políticas progressistas identificadas com os “novos movimentos sociais”, emergidos no contexto das décadas de 1960 a 1980, influenciou a inserção da temática ambiental nos seus respectivos Programas de Governo. Neste sentido, os temas ambientais “Amazônia e a questão da produção energética na região”, concepções e propostas apresentadas relacionadas aos temas “desenvolvimento sustentável” e “educação ambiental” foram analisados com prioridade. Os resultados apontam a ampla defesa nos referidos Programas do “desenvolvimento sustentável” como modelo de desenvolvimento a ser implementado no Brasil a partir do governo do PT e que a inserção do tema “Educação Ambiental” nos referidos Programas se deu a partir das concepções de Educação Ambiental em suas dimensões político-emancipatória, engajada no resgate da cidadania e da defesa de políticas públicas para a implementação da Educação Ambiental institucionalmente estruturada a partir de uma concepção interdisciplinar.

Palavras chaves: Temática ambiental, Programas de Governo, Partido dos Trabalhadores.

## ABSTRACT

This paper analyzes the use of environmental issues in Brazilian government programs of the Workers' Party (PT), conceived as political and ideological guidelines during its campaigns in the elections in 1989, 1994, 1998, 2002 and 2006. The research thus analyzes a given topic: investigating and identifying environmental concepts expressed in government programs of a Brazilian political party, drafted in the course of twenty-seven years since its inception as a political, active and organized entity in different historical and electoral processes. In this study we have taken it as our principle that, in order to analyze environmental issues under any perspective in the present time, a vast outlook encompassing to the fullest the historicity of relations between society and nature is essential. The emergence of the environmental crisis must be therefore analyzed under this perspective. For data analysis, the research makes use of methodological references of Content Analysis. It is a quantitative research whose results and discussions were elaborated from the analysis of certain document corpus. The paper shows that the fact that PT has become a party showing progressive political strength identified with new social movements that took place from the 1960s to the 1980s has influenced the introduction of environmental issues in their respective government programs. In this sense, environmental topics such as "the Amazon and the issue of energy production in the region", concepts and proposals presented on the topics "sustainable development" and "environmental education" have been analyzed with priority. Results show a clear defense in said "sustainable development" programs as a developmental model to be implemented in Brazil under PT's administration and that the introduction of the topic "Environmental Education" in said programs was due to the concepts of environmental education in its political and emancipative dimension, engaged in safeguarding citizenship, as well as in the defense of public policies for the implementation of institutionally structured environmental education with an interdisciplinary concept.

Key word: Environmental issues, Government programs, Workers' Party



## LISTA DE QUADROS E TABELAS

<b>QUADRO 1:</b> Caracterização do Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores para a Presidência da República de 1989 .....	49
<b>QUADRO 2:</b> Caracterização do Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores para a Presidência da República de 1994 .....	53
<b>QUADRO 3:</b> Caracterização do Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores para a Presidência da República de 1998 .....	57
<b>QUADRO 4:</b> Caracterização do Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores para a Presidência da República de 2002 .....	61
<b>QUADRO 5:</b> Caracterização do Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores para a Presidência da República de 2006 .....	66
<b>QUADRO 6:</b> Propostas de ação constantes no capítulo “Política socioambiental do governo Lula”, do Programa de Governo de 2002 .....	90
<b>QUADRO 7:</b> Principais realizações do Governo Lula da Silva no mandato presidencial de 2003 a 2006, de acordo com o Programa de Governo 2007 – 2010.....	93
<b>QUADRO 8:</b> Citações relativas à Educação Ambiental nos Programas de Governo do Partido dos Trabalhadores.....	127
<b>QUADRO 9:</b> Agenda de educação e cidadania socioambiental afirmada no Programa de Governo para a Presidência da República no Programa de Governo de 2006 do Partido dos trabalhadores.....	143
<b>TABELA 1:</b> Os temas relacionados à temática ambiental presentes no Programa de Governo para a Presidência da República do Partido dos Trabalhadores de 1989 .....	74

**TABELA 2:** Os temas relacionados à temática ambiental presentes no Programa de Governo para a Presidência da República do Partido dos Trabalhadores de 1994 ..... 78

**TABELA 3:** Os temas ambientais presentes no Programa de Governo para a Presidência da República do Partido dos Trabalhadores de 1998..... 81

**TABELA 4:** Os temas ambientais presentes no Programa de Governo para a Presidência da República do Partido dos Trabalhadores de 2002 ..... 85

**TABELA 5:** Os temas ambientais presentes no Programa de Governo para a Presidência da República do Partido dos Trabalhadores de 2006 ..... 96

**TABELA 6:** O tema “Amazônia” nos Programas de Governo do Partido dos Trabalhadores para a Presidência da República ..... 98

**TABELA 7:** O tema “Desenvolvimento Sustentável” e suas variantes nos Programas de Governo do para a Presidência da República do Partido dos Trabalhadores ..... 107

## LISTA DE FIGURAS

- FIGURA 1:** Capas dos cadernos temáticos que compõem o Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores para Presidência da República a de 1989 ..... 52
- FIGURA 2:** Capas dos cadernos temáticos que compõem o Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores para a Presidência da República de 1994 ..... 56
- FIGURA 3:** Capas dos cadernos temáticos que compõem o Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores para a Presidência da República de 1998 ..... 60
- FIGURA 4:** Capas dos cadernos temáticos que compõem o Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores para a Presidência da República de 2002 ..... 65
- FIGURA 5:** Capa do Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores para a Presidência da República de 2006 ..... 70
- FIGURA 6:** Capa do caderno temático “Política Setorial para o Desenvolvimento Sustentável” do Programa de Governo para a Presidência da República do Partido dos Trabalhadores de 2006 ..... 71

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>2. DELINEAMENTO DA PESQUISA .....</b>	<b>23</b>
2.1. Questões norteadoras da pesquisa.....	23
2.2. Objetivos.....	23
2.3. Procedimentos metodológicos.....	24
2.3.1. Procedimentos para coleta e análise dos dados.....	24
<b>3. BREVE HISTÓRICO SOBRE AS ORIGENS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES E SUAS RELAÇÕES COM O MOVIMENTO AMBIENTALISTA NO BRASIL.....</b>	<b>28</b>
<b>4. CARACTERIZAÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES PARA A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. ....</b>	<b>47</b>
4.1. O Programa de governo do Partido dos Trabalhadores Para a Presidência da República de 1989.....	47
4.2. O Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores para a presidência da República de 1994.....	53
4.3. O Programa de Governo o Partido dos Trabalhadores para a Presidência da República de 1998.....	57
4.4. O Programa de Governo do partido dos trabalhadores para a Presidência da República de 2002.....	61
4.5. O Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores para a Presidência da República de 2006.....	66
<b>5. OS TEMAS AMBIENTAIS PRIORIZADOS NOS PROGRAMAS DE GOVERNO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES. ....</b>	<b>72</b>
5.1. Os temas ambientais priorizados no Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores Para a Presidência da República de 1989. ....	72
5.2. Os temas ambientais priorizados no Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores Para a Presidência da República de 1994. ....	77
5.3. Os temas ambientais priorizados no Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores Para a Presidência da República de 1998. ....	80
5.4. Os temas ambientais priorizados no Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores Para a Presidência da República de 2002. ....	84

5.5. Os temas ambientais priorizados no Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores Para a Presidência da República de 2006.....	92
<b>6. O TEMA AMAZÔNIA NOS PROGRAMAS DE GOVERNO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES PARA A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA: A AMAZÔNIA E QUESTÃO DA PRODUÇÃO ENERGÉTICA.....</b>	<b>98</b>
<b>7. AS CONCEPÇÕES SOBRE “DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL” NOS PROGRAMAS DE GOVERNO PARA A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES.....</b>	<b>107</b>
<b>8. AS CONCEPÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS PROGRAMAS DE GOVERNO PARA A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES.....</b>	<b>127</b>
8.1 A Educação Ambiental em suas dimensões políticas: “emancipatória”, “libertária” e engajada no resgate da cidadania.....	129
8.2 A Educação Ambiental institucionalmente estruturada a partir de uma concepção interdisciplinar.....	137
<b>9. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>149</b>
<b>10. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>153</b>

## 1. INTRODUÇÃO

*Não basta eliminar, digamos, aqueles que têm o poder político, capitalista ou outro. O problema está em como fazer uma nova sociedade. Estamos diante de um problema que não temos solução, temos unicamente aspirações. EDGAR MORIN.*

Refletir acerca da temática ambiental evidencia o interesse pela análise de questões ligadas à interface entre a sociedade e a natureza. Reflexões dessa natureza foram pauta de muitos estudos ao longo da história da humanidade. Durante a trajetória da evolução da espécie humana, muitos pensadores se dedicaram a pensar sobre questões referentes ao ser humano em sua relação consigo próprio, com os outros e com a natureza. Destas reflexões surgiram correntes de pensamento que resultaram em aportes teórico-filosóficos importantes, com efetiva influência no pensamento da humanidade.<sup>1</sup>

Camponogara, Kirchhof & Ramos (2007), analisando a concepção de natureza na história da humanidade, evidenciam que:

A concepção de natureza ao longo dos tempos foi influenciada por muitos pensadores e culturas, mantendo-se revestida de grande complexidade e exigindo um olhar ampliado para que se pudessem extrair, com maior fidedignidade, os significados presentes. [...] Para a maioria das culturas, inclusive entre as primitivas, a busca do entendimento sobre a natureza, sua importância e relação com os seres humanos se confundem com sua própria história e forma de organização social. (p.485).

Assim, vale enfatizar que o debate em torno das questões relativas à temática ambiental precisa ser focalizado, a partir de um amplo referencial que contemple ao máximo a historicidade nela envolvida. Segundo Silva & Schramm (1997), a discussão sobre a questão ambiental deve se dar a partir das relações e interpretações que se estabeleceram historicamente entre a sociedade humana e a natureza.

Concordamos com a perspectiva de análise de Carvalho (2002), ao enfatizar a necessidade de uma orientação dialética entre tempo longo e presente para um aprofundamento da temática ambiental:

---

<sup>1</sup> Neste sentido, podemos destacar o pensamento de Aristóteles, clássico representante da Antiguidade; ou as idéias de René Descartes e Francis Bacon, fundamentais na configuração das concepções modernas sobre natureza.

A tradição, na acepção de horizonte abrangente em que se destaca a consciência histórica atual, remete ao passado na medida em que antecede o que veio a constituir-se como ambiental, mas, simultaneamente volta-se para o presente, pois continua a ser acionada nos sentidos vigentes acerca do meio ambiente. Nessa direção seria possível falar de uma tradição ambiental, formada por experiências históricas- de aproximação e valorização da natureza, mas também de temor e afã de dominação- que seriam uma espécie de raiz de *longa duração* do fenômeno ambiental presente. Ao evocar a *longa duração* não se pretende retomar o programa histórico inaugurado por Braudel. Considerando os objetivos deste trabalho, interessa trazer aquela sua orientação dialética entre tempo longo e presente. [...] Dessa forma, a tradição não encerra o horizonte, mas provoca sua abertura e instaura, ao atualizar-se nas ações presentes, os caminhos imprevisíveis da abertura dos sentidos, permanentemente em risco <sup>2</sup> (CARVALHO, 2002, p. 39).

Partido desses referenciais, na pesquisa que ora apresentamos tomamos como “princípio”, que para analisarmos a temática ambiental, sob qualquer perspectiva no tempo presente, faz-se imprescindível um amplo referencial que abarque ao máximo a historicidade das relações entre sociedade e natureza.

No caso específico do partido (PT), cujas concepções sobre a temática ambiental são objeto de análise desta pesquisa, também as concepções do ideário político da tradição marxista se farão presente, nas suas teses sobre representatividade política, ao apresentar-se historicamente como um partido político defensor da emancipação político-social da classe trabalhadora brasileira.

Este posicionamento histórico como “Partido Político” que se propõe como vanguarda na condução do processo de emancipação da classe trabalhadora brasileira, pode ser verificado em suas teses resultantes de “Encontros e Congressos Nacionais”, bem como, em diversos documentos institucionais produzidos desde a sua fundação, como na “Carta de Princípios”, documento elaborada por uma “Comissão Nacional Provisória”, composta por militantes fundadores e lançada no ano da fundação do Partido, em de 1979:

**O PT define-se também como o partido das massas populares**, unindo-se ao lado dos operários, vanguarda de toda população explorada, todos os outros trabalhadores - bancários, professores, funcionários públicos,

---

<sup>2</sup> De acordo com Carvalho, “A idéia de que a História não deve encerrar-se no estudo dos acontecimentos, mas tornar-se capaz de revelar as estruturas de longa duração que subjazem aos acontecimentos é de Fernand Braudel e influenciou toda uma geração de historiadores da chamada História Nova. Aparece pela primeira vez no clássico “O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II” e na revista dos *Annales* em 1958. A noção de longa duração está na origem da chamada história estrutural, influencia a história das mentalidades, operando uma importante transformação do campo histórico, como analisam Le Goff (1930) e Vovelle (1993)”. CARVALHO (2002 p. 39).

comerciantes, bóias-frias, profissionais liberais, estudantes, etc. - **que lutam por melhores condições de vida, por efetivas liberdades democráticas e por participação política.**

[...] **Como organização política visa elevar o grau de mobilização, organização e consciência de massas, que busca o fortalecimento e a independência ideológica dos setores populares,** em especial dos trabalhadores (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1979, p. 3, <sup>3</sup> grifos nossos).

Esta carta elaborada por membros fundadores do Partido dos Trabalhadores, como podemos verificar, dialoga com determinadas concepções políticas historicamente produzidas, especialmente aquelas da tradição marxista, afirmadoras da busca da “emancipação político-social” da classe trabalhadora. Neste sentido, uma das inquietações que motivaram as várias etapas desta pesquisa, foi justamente verificar de que modo e a partir de quais concepções, a temática ambiental foi sendo inserida nos Programas de Governo que constituem o *corpus*<sup>4</sup> documental da nossa pesquisa e se também estas concepções relativas à temática ambiental, constroem-se a partir de uma perspectiva “político-emancipatória”.

Neste sentido, uma das primeiras constatações possibilitadas ainda na fase exploratória do *corpus* documental, refere-se ao fato que, temas relativos à temática ambiental se tornaram cada vez mais recorrentes ao longo dos cinco Programas de Governo sobre os quais nos debruçamos, refletindo, assim, certa consonância com os processos históricos mundiais nas últimas décadas e a crescente inserção da “temática ambiental” em Políticas Públicas (LIMA, 1999).

Estes dados, entre outros, nos permitem afirmar o quanto se faz relevante identificar quais concepções sobre a temática ambiental foram produzidas por um dos partidos políticos brasileiros protagonista em suas relações com os “novos movimentos sociais”, que emergiram no Brasil nas últimas décadas, dentre os quais o “movimento ambientalista” também se inscreve.<sup>5</sup>

Igualmente relevante é o fato de esse mesmo partido político aglutinar ou ter aglutinado em seus quadros grande parte da intelectualidade brasileira, bem como militantes e

<sup>3</sup> Versão na íntegra da “Carta de Princípios”, um dos documentos históricos referentes à fundação do PT encontra-se disponível em <http://www.fpabramo.org.br>. Acesso em 20 de outubro de 2008.

<sup>4</sup> Entende-se por corpus, “uma coleção finita de materiais, determinada de antemão pelo analista, com (inevitável) arbitrariedade, e com a qual ele irá trabalhar” (BARTHES, 1967 p. 96 *apud* BAUER & AARTS, 2002).

<sup>5</sup> Para uma análise sobre as categorias teóricas relacionadas aos movimentos sociais, bem como sobre seus paradigmas contemporâneos, ver GÓ (1997): “**Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**”. São Paulo: Edições Loyola, 1997.



lideranças históricas do movimento ambientalista no Brasil, tais como; o sindicalista e “mártir da causa ambiental” Chico Mendes, os ex-ministros do Meio Ambiente Marina da Silva e Carlos Minc, membro-fundador do Partido Verde (PV) brasileiro<sup>6</sup>. Como já afirmamos, soma-se a tudo isso, também o fato de o Partido dos Trabalhadores requerer para si, o “estatuto” de partido aglutinador das forças políticas progressistas no Brasil e condutor da emancipação das classes trabalhadoras, conforme podemos verificar em suas teses de “Encontros Congressos Nacionais”.

Salientamos, ainda, a pertinência desta pesquisa por outros motivos igualmente relevantes. De acordo com os levantamentos bibliográficos, e do contato com a “Fundação Perseu Abramo”<sup>7</sup>, onde identificamos no “Centro Sérgio Buarque de Holanda”<sup>8</sup> a disponibilidade para consulta de cerca de cem trabalhos, entre teses e dissertações, relacionadas ao Partido dos Trabalhadores, bem como levantamentos realizados em outras bases de dados, não encontramos nenhum trabalho que trata do problema específico de pesquisa e do recorte temático que estabelecemos para esta pesquisa.

Os livros publicados, artigos acadêmicos, dissertações e teses relacionadas ao Partido dos Trabalhadores e suas campanhas presidenciais que fazem referência aos seus respectivos Programas de Governo, elegem como foco um dos programas e/ou temáticas bastante diferenciadas, tais como: “Cultura, política e análise do processo e resultados eleitorais nas eleições presidenciais de 1989 a 2006” (AZEVEDO, 2008; CARREIRÃO, 2002; MENDES, 2004; MIGUEL, 2004; NASCIMENTO, 2006; RUBIM, 2004); o Partido dos Trabalhadores, o Neoliberalismo e as metamorfoses do governo representativo (MARQUES e MENDES, 2006; BOITU JÚNIOR, 2003; SALLUN JÚNIOR, 2003; RIBEIRO, 2003; MANIM, 1995; AMARAL, 2002a); O modo petista de governar (AMARAL, 2003; KECK, 1991).

Durante esta revisão, um trabalho muito significativo como referência foi a tese de Irineu Tamaio (2007), especialmente por ser o único por nós encontrado relacionado às

---

<sup>6</sup> Carlos Minc foi Homenageado pela Organização das Nações Unidas (ONU) com o “Prêmio Global 500”, concedido às personalidades que se destacam na defesa de meio ambiente em âmbito mundial. Sua saída do PV e filiação ao Partido dos trabalhadores (PT) ocorreu no ano de 1990.

<sup>7</sup> A “Fundação Perseu Abramo” (FPA), localizada na cidade de São Paulo foi criada em 1996 pelo Partido dos Trabalhadores para desenvolvimento de projetos de caráter político-cultural. A FPA é um espaço para desenvolvimento de atividades de referência político-ideológicas, estudo e pesquisa, destacando a pluralidade de opiniões, sem dogmatismos e com autonomia. Busca articular o diálogo do pensamento progressista com a tradição do socialismo democrático e com a cultura popular, contribuindo para a constituição de uma nova cultura política brasileira. Captado em <http://www.fpabramo.org.br>. Acesso em: 03 de novembro de 2008.

<sup>8</sup> O Centro Sérgio Buarque de Holanda trabalha o resgate da memória do Partido dos Trabalhadores e dos movimentos sociais que lhe deram origem, além de promover estudos e eventos de reflexão sobre a história do Brasil e dos aspectos de história e cultura de vários países do mundo. Captado em <http://www.fpabramo.org.br>. Acesso em 03 de novembro de 2008.

“Políticas Públicas de Educação Ambiental” no primeiro governo Lula da Silva (2003-2006), bem como pelo fato de o mesmo fazer algumas referências e análises sobre a inclusão da temática ambiental no Programa de Governo de 2002 do PT.

Constatamos, assim, a partir desta revisão bibliográfica realizada em acervos bibliográficos institucionais e em bases de dados, a inexistência de trabalhos que problematizem especificamente a temática ambiental nos Programas de Governo do PT, para a Presidência da República.

Cabe ainda nesta introdução um breve relato a respeito da nossa trajetória pessoal, profissional e acadêmica, a qual nos conduziu a uma aproximação com o movimento ambientalista, como “sujeito ecológico, enquanto um tipo ideal que remete a um *modo instituinte de ser*” (CARVALHO, 2004).

Esta aproximação remonta ao ano 2003, quando tomamos a decisão de realizar um curso de Pós-graduação *latu sensu* em Educação Ambiental oferecido pelo Núcleo de Meio Ambiente (NUMA), da Universidade Federal do Pará (UFPA) em Belém.

Outras motivações, anteriores a este período, foram igualmente relevantes para nossa aproximação com a causa ambiental. Atuando profissionalmente como professor na área das Ciências Humanas, desde 1990, nos estados do Pará e de São Paulo, em contato permanente com crianças, adolescentes, jovens e adultos, percebi a necessidade de trabalhar os conteúdos, particularmente nas aulas de História que então ministrava, a partir de uma perspectiva “transdisciplinar” que possibilitasse o “reencantamento” (ASSMANN, 2001) dos estudantes pelos conteúdos. Tal busca e inquietação profissional levou-nos a trabalhar temas próprios da História, a partir sua interface com questões de atualidades, especialmente com temas relacionados aos chamados “novos movimentos sociais” ou movimentos “pós-materiais”, vistos como os novos agentes coletivos da mudança social e política a partir dos anos 90 num contexto de crise do “socialismo real” e declínio do marxismo.

No interior desse contexto de transformações, no qual a História, assim como outras ciências, passaram a incorporar “novos temas e novas abordagens” (BURKE, 1997), discussões sobre “a crise da modernidade”, “a emergência do movimento ambientalista”, “os movimentos contra-culturais” e a “crise ambiental no Brasil no mundo”, se tornaram temas constante nas aulas que, então ministrava abordados a partir de uma perspectiva de “Longa Duração” (BRAUDEL, 1990).

Um salto em direção à “Educação Ambiental” ocorreu em 2003, enquanto dedicava-me à elaboração da minha monografia de conclusão do “Curso de Especialização em Educação Ambiental” na UFPA, quando fui convidado a integrar a equipe de Educação

Ambiental da Secretaria do Meio Ambiente (SEMA), da Prefeitura de Belém, durante os dois últimos anos da administração municipal do Partido dos Trabalhadores. Como membro da equipe de Educação Ambiental da “Secretaria do Meio Ambiente de Belém”, neste período, pude também participar ativamente da construção coletiva com os movimentos sociais e instituições acadêmicas, atuantes na capital paraense, da elaboração do documento final do “Programa de Educação Ambiental para Belém” (PEAMB), considerado um dos primeiros do país, em nível de administração municipal <sup>9</sup>.

As atividades profissionais no interior da SEMA, em Belém, me possibilitaram igualmente participar de grupos de estudos ligados ao Partido dos Trabalhadores que atuavam no sentido de contribuir para aprofundar no interior deste partido, discussões e propostas para a inclusão da Educação Ambiental nos programas políticos partidários, em nível municipal e estadual. Por esta via, tive os primeiros contatos com as propostas e concepções políticas relacionadas à temática ambiental presentes nos cinco Programas de Governo do PT para a Presidência da República <sup>10</sup>.

Nesta trajetória pessoal, retornei a São Paulo em 2006 e pesquisando sobre programas de Pós-Graduação, tomei conhecimento do “Programa de Mestrado em Educação do Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista do Campus de Rio Claro”, bem como, da linha de pesquisa “A temática ambiental e o processo educativo: concepções e práticas”, pertencentes ao mesmo Programa de Pós-Graduação.

Consideramos relevante, nesta contextualização inicial, realizarmos, ainda que breve, uma leitura sobre a emergência da chamada “crise ambiental” no mundo contemporâneo, para assim evidenciarmos com mais nitidez os referenciais com os quais nos identificamos.

O despertar para a chamada “crise ambiental”, resultante, dentre outros fatores, do desenfreado processo de degradação da natureza, intensificado a partir da Revolução Industrial, remonta historicamente à década de 1960 do século XX (GONÇALVES, 1990).

---

<sup>9</sup> Atuando como educador ambiental no Centro de Educação Ambiental e Desenvolvimento Comunitário (CEADC), durante dois anos, tive a oportunidade de vivenciar uma rica experiência de trabalho, participando ativamente da elaboração e implementação pública de diversos projetos, o que me despertou (em nós) grande interesse em conhecer com mais profundidade a história do movimento ambientalista no Brasil e no mundo <sup>9</sup>. Foi também sobre este Programa e seu processo de construção, o foco da minha monografia do Curso de Especialização em Educação Ambiental, intitulada “Tijolo por Tijolo num Desenho Mágico: política de meio ambiente em Belém e o processo de construção do PEAMB”, defendida em 2004.

<sup>10</sup> Posteriormente, durante as primeiras reuniões de trabalho com minha orientadora, e o processo de escolha do tema, no qual a importância da trajetória pessoal foi retomada em nossos diálogos, demos os primeiros passos que conduziram para a realização da presente pesquisa, relacionada à temática ambiental nos referidos Programas de Governo.

Foi neste contexto histórico marcado por profundas transformações em nível global e de eclosão da chamada “contracultura”, que também irrompeu o ambientalismo, enquanto movimento político-social (CARVALHO, 2004).

A crise ambiental aponta para o possível esgotamento dos recursos naturais, a insustentabilidade de tal modelo econômico-social, e os problemas que surgem envolvem questões socioculturais e ambientais complexas e interligadas e as respostas que as ciências têm oferecido são incompletas (MORIN, 1999; LEFF, 2002).

Nesse contexto, a Educação Ambiental alerta para a necessidade de que a crise ambiental não seja abordada unicamente como “crise ecológica”, mas como uma crise dos fundamentos da modernidade ocidental, que coloca em xeque a racionalidade instrumental e a idéia de progresso.

Na concepção de Leff (2002, 2003, 2006), as peculiaridades de tal crise e sua magnitude, tornam necessária a construção de uma estratégia epistemológica que incorpore os pressupostos da complexidade, da diversidade e da incerteza.

Buscando referências na perspectiva de análise marxista, Bornheim (1996), ao analisar o conceito de crise, “liberta” o termo da idéia de negatividade à qual é comumente associado. Desvendando, pois, o conceito a partir do seu significado etimológico, evidencia curiosamente que a origem grega da palavra crise (*Krisis*) quer dizer “escolha”, “julgamento”, e também “debate”, “disputa”. A partir desse resgate do termo estabelece relação com o pensamento de Marx, o qual o autor considera uma referência obrigatória sobre o assunto.

Segundo este pensador, na concepção de Marx:

[...] a crise se entende como rompimento (*Ausbruch*). Para Marx são como violentas soluções momentâneas para contradições existentes, violentas erupções restabelecem o equilíbrio destruído. **Vê-se, portanto, em Marx que a idéia da crise, incluída no processo da verdade, oferecendo, pois, uma dimensão afirmativa sobre o conceito.** Neste sentido, estamos com Marx muito mais próximo da *krisis* grega do que do nefando negativismo que assola a palavra crise em nosso tempo (BORNHEIN, 1996, p. 50, Grifo nosso).

Refletindo sobre a amplitude da “crise ambiental” e dos grandes impasses gerados por tal crise para a manutenção da vida no planeta, Leff (2001), afirma que:

A crise ambiental é a crise de nosso tempo, apresentando-se a nós como um limite do real que ressignifica e reorienta o curso da história: limite do crescimento econômico e populacional; limite dos desequilíbrios ecológicos e das capacidades de sustentação da vida e reorienta o curso da história:

limite do crescimento econômico e populacional; limite dos desequilíbrios ecológicos e das capacidades de sustentação da vida; limite da pobreza e da desigualdade social. Mas também, crise do pensamento ocidental: da “determinação metafísica” que, ao pensar o ser como ente, abriu caminho para a racionalidade científica e instrumental que produziu a modernidade como uma ordem coisificada e fragmentada, como formas de domínio e controle sobre o mundo. Por isso, a crise ambiental é acima de tudo um problema do conhecimento, o que nos leva a repensar o ser do mundo complexo, a entender suas vias de complexificação (a diferença e o enlaçamento entre a complexificação do ser e o pensamento) para, a partir daí, abrir novas pistas para o saber no sentido da reconstrução e da reapropriação do mundo (LEFF, 2001, p.191).

Conforme já mencionado anteriormente, a questão ambiental emergiu como problema significativo, em nível mundial, no decorrer das décadas de 1960 e 1970, expressando um conjunto de contradições entre o modelo dominante de desenvolvimento econômico-industrial e a realidade sócio-ambiental.

No entender de Lima (1999):

Essas contradições engendradas pelo desenvolvimento técnico-científico e pela exploração econômica, se revelam na degradação dos ecossistemas e da qualidade de vida das populações, levantando, inclusive, ameaças à continuidade da vida no longo prazo. Os reflexos desse processo podem ser observados nas múltiplas faces das crises sociais e ambientais e tem gerado relações sociais, em escala mundial, e despertado a formação de uma consciência e sensibilidade novas em torno das questões ambientais. Nacional e internacionalmente, embora de formas diferenciadas, essa consciência ecológica cresceu e, gradualmente, foi-se materializando no seio da opinião pública, nos movimentos sociais, nas agências e políticas públicas, nos veículos de comunicação social, nos organismos e bancos internacionais, nas organizações não-governamentais e nas iniciativas empresariais, entre outros (LIMA, 1999, p. 3).

As orientações teóricas aqui revisitadas identificam-se com os dilemas históricos da contemporaneidade, que, como tais, contribuem para a reflexão a respeito da problemática socioambiental. No contexto de tal problemática, a atualidade encontra-se mergulhada em um momento sócio-histórico marcado por notável multiplicação de riscos da manutenção de todas as formas de vida e pela permanente sombra da incerteza, produtos característicos da modernidade. A problemática ambiental vivenciada é fruto das contradições dos interesses de classes sociais e das crises da razão e do progresso. Compreender um processo crítico dessa magnitude e reagir a ela requer pensamento e sensibilidade complexos, bem como a rejeição de todas as formas de reducionismo. É preciso ir além do pensamento reducionista, o qual mutila a visão do todo e prol das partes e atribuir uma significação para a complexidade,

entendida não como um conceito, mas uma forma de enxergar a realidade, na medida em que representa uma possibilidade de entender os desafios a serem enfrentados diante do momento da ação, por conta do conhecimento incompleto da realidade (MORIN, 1999).

Entender o mundo e os processos históricos na perspectiva da complexidade é uma permanente superação da capacidade de compreender o mundo. Assim, a crise civilizatória desse mundo requer uma leitura reflexiva orientada pela teoria da complexidade (TAMAIIO, 2007).

Além da introdução e das considerações finais, o trabalho está dividido em seis capítulos assim apresentados:

No capítulo 2 apresenta-se o delineamento da pesquisa, no qual são apresentadas as questões norteadoras, objetivos e procedimentos realizados para a coleta e análise dos dados.

No capítulo 3 é realizado um breve histórico sobre o processo de fundação do Partido dos Trabalhadores que ocorreu a partir das aspirações conjugadas do movimento social, sindical e político das esquerdas brasileiras, no final da década de 1970 e suas relações com os “novos movimentos sociais” entre os quais o movimento ambientalista se inscreve.

No capítulo 4 apresenta-se a descrição do *corpus* documental, apresentando detalhes sobre os cadernos temáticos que compõem os diversos Programas de Governo do Partido dos Trabalhadores para a presidência da República.

No capítulo 5 são analisados os temas ambientais priorizados nos diversos Programas de Governo elaborados pelo Partido dos Trabalhadores ao longo da sua história.

No capítulo 6 é analisado o tema “Amazônia”, a partir do enfoque polêmico sobre a produção energética na região.

No capítulo 7 analisamos as concepções referentes ao tema “desenvolvimento sustentável” que se fazem presentes nos diversos Programas de Governo do PT.

Finalmente, no capítulo 8 são analisadas as concepções de Educação Ambiental identificadas nos referidos Programas de Governo.

## **2. DELINEAMENTO DA PESQUISA**

### **2.1. Questões norteadoras da pesquisa.**

Essa investigação foi realizada a partir das seguintes questões norteadoras:

- Quais os temas relativos à temática ambiental, são priorizados nos Programas de Governo para a Presidência da República, elaborados pelo Partido dos Trabalhadores?
- Como o tema “Amazônia” é focado nesses Programas de Governo? De que forma a questão da produção energética na região amazônica é abordada?
- Quais concepções sobre “desenvolvimento sustentável” podem ser identificadas nesses Programas de Governo? Podemos identificar proximidade dessas concepções com autores contemporâneos?
- Quais concepções de Educação Ambiental podem ser identificadas nesses Programas de Governo?

### **2.2. Objetivos**

- Identificar os temas relativos à temática ambiental priorizados nos Programas de Governo para Presidência da República do Partido dos Trabalhadores.
- Identificar como o tema “Amazônia” é focado nos Programas de Governo do Partido dos Trabalhadores, priorizando a polêmica relativa à produção energética na região.
- Identificar quais concepções sobre “desenvolvimento sustentável” e “Educação Ambiental” estão presentes nesses Programas de Governo.

## 2.3. Procedimentos metodológicos

### 2.3.1. Procedimentos para coleta e análise de dados.

Na primeira etapa da pesquisa, realizamos os seguintes procedimentos para a localização do *corpus* documental e coleta de dados:

Na fase de elaboração do projeto de pesquisa, em 2008, primeiramente estabeleci um contato inicial com o diretório nacional do Partido dos Trabalhadores. Por esta via constatee a existência da “Fundação Perseu Abramo”, bem como do “Centro Sérgio Buarque de Holanda”, o qual possui vasto material disponível para pesquisa<sup>11</sup>.

Na segunda visita técnica realizada em setembro de 2008, foi constatada a disponibilidade para pesquisa de um acervo bibliográfico temático sobre o Partido dos Trabalhadores.

Na terceira visita técnica realizada em abril de 2009, foram identificados alguns documentos específicos relacionados à temática ambiental, produzidos pelo Partido dos Trabalhadores, como, por exemplo, a “Carta aos ecologistas”, assinada pelo então candidato do PT à presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, parte do material de propaganda produzido pelo PT para a campanha de 1989. Nesta visita também foi realizada uma pesquisa no acervo bibliográfico de teses e dissertações, com leitura dos resumos que permitiram confirmar no referido acervo a inexistência de trabalhos relacionados à temática ambiental no Partido dos Trabalhadores.

Na quarta visita técnica em janeiro de 2010, foi realizado um levantamento bibliográfico, cujas leituras foram fundamentais para a escrita do capítulo desta pesquisa intitulado “Breve História do Partido dos Trabalhadores e suas relações como o movimento ambientalista no Brasil”.

A pesquisa que apresentamos é de natureza qualitativa, de tipo documental, cujo “*corpus* documental” é constituído pelos cinco Programas de Governo elaborados pelo Partido dos Trabalhadores, nos anos de 1989, 1994, 1998, 2002 e 2006, uma vez que foram os anos em que tais Programas vieram a público, como propostas do Partido para as eleições presidenciais que ocorreram nesses anos.

---

<sup>11</sup> Nesta primeira visita técnica ao “Centro Sérgio Buarque de Holanda”, verificamos a disponibilidade para consulta e pesquisa de mil e quinhentas caixas de documentos relacionados ao Partido dos Trabalhadores e movimentos sociais no arquivo histórico, acervo iconográfico com aproximadamente 20.000 fotografias e cartazes, além de aproximadamente 100 dissertações e teses relacionadas ao Partido dos Trabalhadores e aos movimentos sociais no Brasil nas décadas de 1960, 1970, 1980, 1990 e 2000.



Segundo Moraes (2003), a pesquisa de abordagem qualitativa consiste em:

[...] compreender esse nunca completo, mas atingido por meio de um processo recursivo de explicitação de inter-relações recíprocas entre categorias, superando-se a causalidade linear e possibilitando uma aproximação da complexidade. Esse novo olhar implica valorizar a desordem e o caos como um momento necessário e importante para atingir compreensões aprofundadas dos fenômenos. Isso só pode ser atingido por meio de movimentos hermenêuticos em espiral, em que a cada retomada do fenômeno é possibilitada uma compreensão mais radical e aprofundada (p. 201).

André (1983), por sua vez, justifica a utilização da metodologia qualitativa nas pesquisas da área educação, a partir de três aspectos. Dois deles dizem respeito aos dados qualitativos, que segundo a autora, possibilitam a apreensão do caráter complexo e multidimensional dos fenômenos e colaboram para a compreensão das ações dos sujeitos, das relações interpessoais e de seus contextos. E, o terceiro aspecto, refere-se à aplicabilidade em questões de difícil quantificação como, por exemplo, desenvolvimento de pensamento crítico e criatividade, entre outros.

A primeira fase do desenvolvimento da pesquisa consistiu na sistematização e análise exploratória do *corpus* documental, na qual constatamos a recorrência no mesmo, de vários temas ambientais, o que nos ofereceu suporte e viabilidade para a realização da pesquisa.

O procedimento adotado para a análise dos Programas de Governo teve como referência a “Análise de Conteúdo” (AC) proposta por Bardin (1991). De acordo com a autora esse procedimento compreende as seguintes fases: “a pré-análise, a exploração do material, o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação” (BARDIN, 1991, p. 95).

A respeito da metodologia de AC, Bauer e Gaskell (2000), afirmam que:

Podemos distinguir dois objetivos básicos da análise de conteúdo ao refletir sobre a natureza tríplice da mediação simbólica: um símbolo representa o mundo; esta representação remete a uma fonte e faz apelo a um público (Buehler, 1934). Através da reconstrução de representações, os analistas de conteúdo inferem a expressão dos contextos, e o apelo através desses contextos. Se enfocarmos a fonte o texto é um *meio de expressão*. Fonte e público são o contexto e o foco de inferência. Um *corpus* de texto é a representação e a expressão de uma comunidade que escreve. Sob esta luz, o resultado de uma AC é a variável dependente, a coisa a ser explicada. Textos atribuídos contém registros de eventos, valores, regras e normas, entretenimento e traços do conflito e do argumento. A AC nos permite reconstruir indicadores e cosmovisões, valores, atitudes, opiniões, preconceitos e estereótipos e compará-los entre comunidades. [...] (p.192).

A respeito da mesma metodologia, Moraes (1999), afirma que: “análise de conteúdo”, em sua vertente qualitativa, parte de uma série de pressupostos, os quais, no exame de um texto, servem de suporte para captar seu sentido simbólico. Tal sentido, nem sempre é manifesto e o seu significado não é único. O mesmo ser focado em função de diferentes perspectivas. Neste sentido, pode-se afirmar que um texto contém muitos significados. Desta forma, a “análise de conteúdo”, é uma interpretação pessoal por parte do pesquisador com relação à percepção que tem dos dados. Não é possível uma leitura neutra. Toda leitura se constitui numa interpretação. (MORAES, 1999).

Esta visão a respeito dos múltiplos significados de uma mensagem e das múltiplas possibilidades de análise que a mesma possibilita está intimamente relacionada ao contexto em que a comunicação se verifica. (MORAES, 1999).

De acordo com o mesmo autor:

Ao longo desta evolução, cada vez mais, a compreensão do contexto evidencia-se como indispensável para entender o texto. A mensagem da comunicação é simbólica. Para entender os significados de um texto, portanto, é preciso levar o contexto em consideração. É preciso considerar, além do conteúdo explícito, o autor, o destinatário e as formas de codificação e transmissão da mensagem (MORAES, 1999, p.10).

Ainda, segundo Moraes (1999):

O contexto dentro do qual se analisam os dados deve ser explicitado em qualquer análise de conteúdo. Embora os dados estejam expressos diretamente no texto, o contexto precisa ser reconstruído pelo pesquisador. Isto estabelece certos limites. Não é possível incluir, nessa reconstrução, todas as condições que coexistem, precedem ou sucedem a mensagem, no tempo e no espaço. Não existem limites lógicos para delimitar o contexto da análise. Isto vai depender do pesquisador, da disciplina e dos objetivos propostos para a investigação, além da natureza dos materiais sob análise (MORAES, 1999, p.10).

Em nossa pesquisa, após a fase de exploração do *corpus* documental, nos dedicamos a estabelecer o recorte temático para a análise do material. Para tanto, realizamos nesta fase a identificação, nos cadernos temáticos dos Programas de Governo, de excertos nos quais assuntos relativos à temática ambiental são explicitados.

A partir desta “análise temática”, elaboramos quadros temáticos e tabelas nas quais quantificamos o aparecimento dos diversos temas ambientais que se fazem presentes nos Programas de Governo analisados nesta pesquisa. Este procedimento nos auxiliou na

construção das análises de natureza qualitativa que apresentamos como principais resultados desta pesquisa.

### 3. BREVE HISTÓRICO SOBRE AS ORIGENS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES E SUAS RELAÇÕES COM O MOVIMENTO AMBIENTALISTA NO BRASIL

Pretendemos neste capítulo realizar um breve histórico do processo que resultou na criação do Partido dos Trabalhadores em 1980. Para tanto, objetivamos demonstrar o movimento histórico que levou a este ato de fundação, os atores envolvidos, bem como os movimentos sociais que dele participaram, e, num segundo momento apresentar as relações de aproximação do Partido com o movimento ambientalista no Brasil.

A fundação do PT não resultou apenas dos atos formais de fevereiro de 1980 quando da aprovação do Manifesto para a sua criação. A pensarmos assim estaremos sendo reducionistas ou até mesmo excludentes, além de desconsiderarmos o processo histórico e os acontecimentos que desencadearam a solicitação de criação do PT em 1980. Desse modo, temos de voltar a 1964, início do período denominado de “Ditadura Militar” que perdurou por vinte e um anos, e observarmos de que forma se deram as mudanças no movimento sindical brasileiro – bem como na própria sociedade brasileira –, mudanças essas que foram decisivas para o nascimento do Partido dos Trabalhadores.

Em 1964 ocorreu o Golpe Militar<sup>12</sup>, que destituiu do poder o presidente da República João Goulart. A princípio a intervenção militar deveria ser rápida e “saneadora”, visando meramente restabelecer a ordem pública e econômica para posteriormente voltar à normalidade da vida política do país. No entanto, o envolvimento dos militares nos mais diversos setores do país, convencidos da sua superioridade administrativa, deixava entrever uma ação longa e continuada (SILVA, 1994).

Segundo esse autor:

No que se refere aos setores civis, logo de início, destacavam-se a profundidade e furor da repressão política, em particular contra o Trabalhismo e outras organizações de esquerda. Os sindicatos trabalhistas, a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a Universidade, bem como jornais e rádios, tiveram suas sedes ocupadas e destruídas, em evidente desrespeito à Constituição e aos direitos e garantias individuais. Ao mesmo tempo, a morte e o desaparecimento de inúmeras lideranças sindicais e camponesas, assim como a deposição de governadores eleitos, prenunciavam o que seriam os anos de terror do regime militar (SILVA, 1994, p. 323).

---

<sup>12</sup> Para uma leitura detalhada sobre o contexto da intervenção militar no Brasil, ver a obra do historiador norte-americano “brasilianista” SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975, 512 p.

Na área econômica, as condições de vida da população declinaram acentuadamente, já que o Estado havia renunciado ao controle de preços, embora os salários continuassem sendo mantidos abaixo da inflação. Ao mesmo tempo, para conseguir manter sua política econômica, a repressão acentuava-se cada vez mais, prioritariamente contra as universidades e sindicatos. No período compreendido entre 1964 e 1969, 47 líderes políticos desapareceram, os sindicatos foram postos sob intervenção 456 vezes somente no ano de 1964 e 358 em 1965, com lideranças eleitas destituídas de seus cargos, e a nomeação de interventores, em grande parte militares. Toda essa repressão gerou “mal-estar” no Congresso e fez que uma parte das lideranças brasileira protestasse contra a militarização do país. Internamente surgiram cisões nas forças armadas, particularmente junto aos militares nacionalistas, irritados com a supressão da “política externa independente” do período anterior; com a nossa participação, sob comando norte americano, na invasão da República Dominicana, e com a entrega a capitais estrangeiros de setores estratégicos da economia nacional (SILVA, 1994).

Nesse quadro histórico, o surgimento de uma forte oposição visando as eleições regionais do ano de 1966 fez com que os militares propusessem o fim dos partidos políticos, por meio do Ato Institucional nº 2, de 1965, e instituíssem o bipartidarismo, com a criação de dois grandes partidos políticos: Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Eleições indiretas foram estabelecidas, a Constituição de 1946 foi reformulada, em 1967, ganhando um caráter autoritário. Enfim, a intervenção militar na vida pública brasileira estava consolidada e o regime institucionalizado. Entretanto, a resistência civil tornou-se mais forte e organizada a partir de 1968, com a eclosão de greves de massa em centros industriais como Osasco/SP e Contagem/MG. Mundialmente ocorreu o recrudescimento da Guerra do Vietnã, a eclosão do movimento estudantil, principalmente na França de onde provinham apoio e simpatia à resistência no Brasil, e a intensificação da chamada “Revolução Cultural” na China. Estes fatos, em somatória com o clima de descontentamento interno contra o regime militar, acentuam as manifestações populares, o que levou o governo militar a editar o Ato Institucional nº 5 – o AI-5 –, que fechou o Congresso Nacional, cassou inúmeros mandatos de parlamentares e estabeleceu a censura prévia e os inquéritos militares sigilosos (SCHIMITT, 2000).

Várias formas de resistência armada foram constituídas desde então, tais como guerrilhas rurais, ações urbanas, assaltos e seqüestros promovidos pelos grupos organizados de esquerda. Estes eram de caráter partidário, atuavam na clandestinidade e se identificavam com a teoria marxista, outros desenvolviam ações contestatórias de cunho reivindicatório que

eram organizadas por grupos oriundos das fábricas, ou ainda por moradores de bairros periféricos.

Na área de produção de bens culturais, além da atuação dos artistas de maior fama nacional, desenvolveu-se também uma ampla rede de grupos de teatro e de músicas que tematizavam questões sociais e discutiam modos de vida alternativos. Também nas Universidades e nas Igrejas, especialmente no setor de pastorais sociais da Igreja Católica, encontrava-se espaço de acolhida para os descontentes com aquela situação. E no cenário político-partidário, vários atores desenvolveram uma ação de crítica e oposição no interior do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) (SILVA, 1994).

Assim sendo, nesse contexto de reivindicações e protestos contra a “ditadura militar” ocorreu o surgimento de novos movimentos sociais, compostos por grupos de pessoas que discutiam o seu cotidiano, construindo uma nova sociabilidade, operando como fontes populares de informações, aprendizado e conhecimentos políticos, que por sua vez tendiam a ser ampliados e redefinidos pela sua própria prática e dinâmica. Estes movimentos igualmente articulavam-se em torno de interesses comuns e ações solidárias e surgiram na vida política manifestando protestos e reivindicando direitos (SADER, 1988).

Decorrente desse processo, os acontecimentos do final da década de 70 e início de 80 marcaram a entrada dos movimentos sociais na cena pública de forma mais massiva. Manifestações contra a carestia, em defesa da anistia aos presos e exilados políticos, por transporte a preços acessíveis, greves salariais, etc. levaram para as ruas milhares de pessoas que se percebiam com força para alterar o rumo da história. Essas mobilizações se inseriram no processo que levou à redemocratização do Estado brasileiro, no qual as grandes greves das indústrias metalúrgicas do ABC paulista tiveram um papel de destaque (SILVA, 1994).

Por outro lado, a expansão e a diversificação ocorridas no setor industrial, principalmente em sua ala mais moderna, tiveram influências diretas na composição da classe trabalhadora e em seus sindicatos. Em decorrência do crescimento da indústria ocorreu uma ampliação do número de trabalhadores situados no espaço urbano, além do aumento no nível de educação entre estes.

Foi nesse contexto, portanto, que os sindicatos trouxeram à tona sua politização, e a partir das lutas por melhores salários deram origem a uma série de eventos que culminariam na criação de um “partido feito pelos trabalhadores e para os trabalhadores”, nas palavras de seus militantes. Isto ocorreria “de baixo para cima” e não o inverso, como foi o caso de outros partidos surgidos das reformas partidárias do fim do regime militar.

Nascia assim, no Brasil, o primeiro partido político de massas e de baixo para cima, por vontade dos próprios trabalhadores. O primeiro partido de nossa história política que surgiu a partir das bases (GADOTTI; PEREIRA, 1989, p. 31).

Como elemento de destaque desse processo, podemos citar o “novo sindicalismo”, surgido como fruto das tensões entre trabalhadores, governo e empresas, originado no interior do setor mais moderno da indústria – o metalúrgico – e no Estado mais desenvolvido do país à época, São Paulo. O “novo sindicalismo” emergiu também no auge do processo de “abertura política”, iniciado pelo Governo Geisel (1974-1978). Este processo pode ser brevemente descrito como o da construção gradual de uma ordem política liberal, envolvendo o fim da tortura e das prisões arbitrárias, a anistia e a garantia de um conjunto limitado de direitos políticos, tais como liberdade de imprensa, eleições diretas para alguns postos executivos e a sobre relativa liberdade de organização partidária, etc. (OLIVEIRA, 1988).

O “novo sindicalismo”, contudo, começou a se constituir muito antes das mudanças que resultaram de um processo de concessões e conquistas, envolvendo na arena política o governo e a oposição. Na verdade o chamado sindicalismo combativo nunca deixou de existir. Entretanto, tornou-se um movimento velado após as mobilizações de 1968 e da promulgação, no mesmo ano, do AI-5, em virtude da ampla repressão que a partir daquele momento havia sido institucionalizada.

Em contraposição ao “Milagre Brasileiro”, proclamado no governo do General Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) como o patamar inicial de um crescimento acelerado e ininterrupto, e caracterizado pelo crescimento econômico acelerado, amplo consumismo da classe média, arrocho salarial, concentração da renda, entrada maciça de capitais externos, mercado internacional em expansão, advém a crise econômica do final dos anos 70.

Assim, as bases materiais deste ciclo, no final dos anos 70, acusavam seu esgotamento, sob o peso dos “choques do petróleo” e da elevação das taxas de juros internacionais, dos presos políticos que pediam anistia, dos exilados políticos, que desejavam regressar ao país, dos torturados e suas famílias, que cobravam justiça, dos trabalhadores, que se insurgiam contra os baixos salários, dos camponeses sem terra, que queriam terra para morar e produzir, dos intelectuais, limitados e humilhados pela censura, dos favelados, que não mais aceitavam a discriminação social e legal; das minorias étnicas e sexuais, dos negros e mulheres. Enfim, da quase totalidade do povo, esgotado com a longevidade de um sistema político militarizado e em que as vantagens materiais, herdadas dos idos do “Milagre

Econômico”, esvaíam-se em um contexto de crescente crise econômica, inflação e “arrocho salarial” (GURGEL, 1989).

Estes elementos reunidos foram os responsáveis pela reversão do quadro de apoio ao regime militar. A crise fez ressurgir os militantes políticos que eram, por sua vez, avessos às lideranças tradicionais de esquerda. Surgia, assim, a denominada “liderança combativa”, constituída por dirigentes sindicais, associados e trabalhadores atuantes. Esta nova liderança distinguia-se das demais por posicionar-se publicamente em defesa dos interesses dos trabalhadores que compunham os respectivos sindicatos e, principalmente, contra as medidas econômicas adotadas pela ditadura em vigor. A “liderança combativa”, entretanto, não era homogênea, pois, aglutinava subgrupos informais heterogêneos, seja no tipo de interação grupal, seja em sua ideologia, “que, não obstante, partilhavam entre si um mesmo desejo ou disposição em modificar a estrutura sindical vigente e questionar a política salarial e trabalhista” (GURGEL, 1989).

Os “autênticos”, cujo maior representante era Luiz Inácio da Silva, o Lula, diferenciavam-se dos primeiros [...] “pela independência frente ao aparato estatal e pelo intuito de mobilizar a categoria, enquanto principal recurso de poder” (OLIVEIRA 1988, p. 46).

As primeiras lutas por reposição salarial que questionaram a política salarial vigente ocorreram em meados dos anos 70. A partir de 1966, o reajuste salarial dos trabalhadores passou a ser fixado pelo Ministério do Trabalho. O “arrocho salarial”, juntamente com o fim da estabilidade no emprego, fizeram com que os trabalhadores tivessem cada vez mais dificuldades econômicas, visto que seus salários sofriam defasagem a cada dia. Além disso, o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-econômicos (DIEESE) descobriu provas de que em 1973 o governo havia manipulado os dados referentes aos índices do aumento no custo de vida, como forma de não conceder aumento real aos trabalhadores. Oliveira (1988) assinala que “a admissão governamental de algo que já era do conhecimento do DIEESE já há muito tempo marcou o início da luta pela reposição salarial.” (p. 47). Com isso procurava-se obrigar o governo a aplicar a lei sancionada por ele mesmo. Assim, em 1977, uma assembléia de trabalhadores em São Bernardo, liderada por Lula, exigia uma reposição de 31,4% e abria a possibilidade de greve geral. Contudo, outras formas de luta foram utilizadas e vários sindicatos aderiram a esta posição sindical (OLIVEIRA, 1988). Segundo este autor:



[...] em abril de 1978, o Governo cedeu e repôs os salários. Todavia os trabalhadores não aceitaram o índice de 1,3 % acima do custo de vida como sendo justo, e em 12 de maio os metalúrgicos da Ford e da Scania decretaram greve. A greve se alastrou para outras empresas de São Bernardo, e dali para Diadema, Santo André, São Caetano do Sul, Cidade de São Paulo, Osasco, Ribeirão e várias outras cidades do interior paulista, incluindo pelo menos 30.000 trabalhadores em seu início e mais de 70.000 ao longo de toda a sua duração. A reivindicação comum era de um aumento de 20% (OLIVEIRA, 1988, p. 50).

As direções dos sindicatos, apesar de não assumirem publicamente as responsabilidades pela deflagração do movimento grevista, não deixaram de ter um papel oficial no desenrolar dos acontecimentos. Isto porque os sindicatos não podiam ter um posicionamento político no que tange às greves, em virtude da proibição deste meio de luta constante na lei brasileira. Por outro lado, os “líderes combativos” queriam delegar responsabilidade de luta para os trabalhadores, além de o fato de algumas diretorias não terem tido experiências anteriores à frente de um movimento dessa natureza por terem assumido o comando sindical um pouco antes de a greve ser deflagrada. Mas as experiências desse embate assumiram, por sua vez, um caráter de extrema importância para os acontecimentos futuros. O “sindicalismo autêntico” ganhou espaço e força como nova identidade coletiva, espalhando para o conjunto da classe operária as aspirações por autonomia política durante as mobilizações grevistas iniciadas em 1978 na região do ABC. Meneguello (1989), afirma que:

É indiscutível a importância das greves de 1978 no que respeita à dinâmica das relações trabalhistas. Essas greves vieram **minar as bases da regulamentação das relações de trabalho [...]** e abriram caminho para as greves que se seguiram nos anos de 1979 e 1980, propagadas para outras regiões e outras categorias sendo fundamentais para que o novo sindicalismo adquirisse o papel de **força política** (p. 46, grifos do autor).

No ano de 1978 ocorreram demissões em massa na região do ABC paulista, área de ampla organização dos sindicatos. Era o “estopim” para que as greves de 1979 fossem preparadas. Este foi um ano repleto de reivindicações e com muitas greves que, longe de se restringirem ao setor metalúrgico, abrangeram outras áreas.

Além de o fato de comprovar que 1979 foi o ano das maiores greves enfrentadas pelo Regime Militar, podemos observar igualmente um amplo crescimento do movimento grevista no setor constituído por médicos, professores e bancários, sendo estes os que, a partir desse ano, mais contribuíram em termos de adesão. Isto se explica, dentre outros motivos, pelo fato

de, com a continuidade da crise vivenciada pela economia brasileira, os setores médios terem passado a sofrer compressão salarial, atingindo o seu poder aquisitivo. De acordo com Meneguello (1989), podemos observar que:

[...] a sustentação da onda de mobilizações passou a residir nas categorias assalariadas de classe média, tipicamente organizadas em associações desatreladas do controle oficial do Ministério do Trabalho. [...] Tal fato indicava, em parte, certa derrota da estratégia grevista-reivindicativa de massas do novo sindicalismo de base industrial, pois, como é sabido, ao final de três anos de articulações (1978-1980), a estrutura sindical, as formas de negociação e o sistema de relações trabalhistas, pontos-chave da pauta de reivindicações não haviam se alterado. Ainda que seu funcionamento na prática se houvesse flexibilizado não ocorreram mudanças institucionais. (p. 48).

Além das influências do “novo sindicalismo” que originaram uma “liderança combativa”, outros fatores foram de fundamental importância para o movimento de criação do PT. Dentre eles, os mais significativos foram: as eleições presidenciais e parlamentares de 1978; as reformas institucionais promovidas pelo General Ernesto Geisel (1974-1978); a volta do pluripartidarismo e as propostas de reformulação da Lei Salarial e da Consolidação das leis do Trabalho (CLT).

Amadurecia, portanto, a idéia da criação de um partido que pudesse representar os trabalhadores. As reformas (principalmente a partidária) e as leis já postas em um momento de distensão não foram meramente aceitas, tendo sido “[...] consideradas por parte da ‘liderança combativa’ como assunto para deliberação e espaço para participação”. (OLIVEIRA, 1988, p. 61). Conseqüentemente esta liderança se mobilizou para que medidas que interessassem aos trabalhadores fossem aprovadas. O governo, por sua vez, reafirmou que:

[...] se os trabalhadores quisessem participar, que o fizessem através dos partidos, não através dos sindicatos, tendo o Ministro do Trabalho baixado norma (Portaria no 3.337) proibindo sua participação, alegando que os sindicatos eram órgãos apolíticos de representação (OLIVEIRA, 1988, p. 62).

Desta forma:

[...] a direção tomada pelo novo sindicalismo indicava o âmbito político-partidário, que naquele momento erigia-se sobre novas forças políticas no país, através da reforma de partidos de 1979 (MENEGUELLO, 1989, p. 48).

Assim, o “novo sindicalismo”, através da “liderança combativa”, iniciou o processo de escolha do partido adequado para representar os trabalhadores. O MDB e o PTB estavam em pauta. Entretanto o Partido Trabalhista foi desconsiderado, em virtude da ampla base governista existente no movimento sindical no período pré-64. Já no que se refere ao MDB, as críticas diziam respeito à sua constituição elitista, o que possibilitava uma ampla inserção do governo em seus quadros. Foi assim tomada a decisão de constituir um “partido feito pelos trabalhadores” em virtude de os existentes não atenderem aos requisitos estabelecidos. O importante agora, na visão dos sujeitos políticos participantes do processo, era escolher o melhor momento para efetivá-lo. Importante salientar que “[...] a escolha do partido como instituição adequada para a expressão política decorria da relevância que assumiram, no período, as eleições congressuais e a opção feita pela forma legal de luta.” (OLIVEIRA, 1988, p. 118).

Outra questão discutida a partir daí referia-se à corrente teórica que o partido adotaria. Em um primeiro momento, os “autênticos” fizeram aliança com a “unidade sindical”, excluindo a “oposição sindical”. A proposta vencedora foi

[...] aquela encaminhada por Benedito Marcílio, então Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André. Em poucas palavras, sua proposta era a de caracterizar o PT como um partido de classe, aberto a todos os trabalhadores e assalariados, excluindo-se apenas os empregadores (OLIVEIRA, 1988, p. 123).

Esta proposta não agradou a todos, pois existiam os defensores da idéia de que a criação de um novo partido iria enfraquecer a oposição contra o regime. Estes optaram por se filiar ao MDB. Podemos, desta forma, perceber três posições bastante definidas neste processo. A primeira, defendida pelos dirigentes sindicais que compunham a Comissão Provisória, era a favor da criação imediata de um Partido dos Trabalhadores. A segunda apoiava a organização primeiramente de uma Central Sindical, e a última achava o momento inoportuno, procurando privilegiar, desta forma, a luta no interior dos partidos já existentes. Os defensores desta proposta acreditavam que criar um novo partido seria fazer o jogo do governo: dividir a oposição por meio do pluripartidarismo. Entre os que optaram pelo partido que se encontrava em criação, a discussão girava em torno de suas bases, bem como de sua ideologia.

O momento não poderia ser mais adequado para a criação do Partido dos Trabalhadores. Sua origem dá-se quando, percorrido um longo percurso, a fusão das três crises da esquerda foi mais do que palpável. Entretanto, estas foram em conjunto com outros

fatores, as maiores responsáveis pela dificuldade do partido em assumir o socialismo como posicionamento ideológico. A criação do partido surgia igualmente em um momento em que interessava ao regime militar a divisão da oposição, cada vez mais aliada em torno do MDB. Esta separação somente poderia vir por meio do restabelecimento do multipartidarismo (SCHMITT, 2000).

Paralelamente, a crise econômica chegou ao seu ápice. Outras crises, igualmente, impulsionaram o surgimento do PT. A primeira grande crise da esquerda ocorreu em nível internacional, quando da transformação da ex-URSS em uma grande potência, e a conseqüente subordinação a ela dos Partidos Comunistas de todo o mundo através do Comitê Internacional (“Comitern”). A segunda refere-se ao êxito da social-democracia nos países centrais do capitalismo. No dizer de Francisco de Oliveira (1988):

[...] essa crise geral projeta-se hoje em dia em termos de descrédito generalizado do “socialismo real”, para o que os acontecimentos da Polônia e a rebeldia da própria classe operária polonesa ajudaram a desfazer as últimas ilusões que ainda restavam sobre a natureza dos regimes socialistas do Leste (p. 18).

Também não podemos deixar de mencionar a crise nacional da esquerda. Nela se fundem todos os elementos anteriormente discutidos: crise do movimento comunista internacional, êxito da social-democracia, produção de novas classes sociais, ascensão das classes médias, estatização como tática para chegar-se ao objetivo estratégico da socialização.

Assim, estavam postos os elementos que, em conjunto com toda uma modificação no imaginário do trabalhador, originaram a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT). Portanto, se tivermos que marcar uma data para o início da efetivação do novo partido, podemos concebê-lo como sendo o início das greves operárias do ABCD paulista em 1978.

A idéia da criação de um novo partido, de base classista, foi divulgada no Congresso dos Metalúrgicos de São Paulo, em dezembro de 1978, na cidade de Lins, interior de São Paulo. E um mês depois,

[...] a 19 de janeiro de 1979, na Reunião Intersindical de Porto Alegre, o projeto seria anunciado. Mas o PT começou a engatinhar, no dizer de Lula, no Congresso Nacional dos Metalúrgicos, em Poços de Caldas, em junho de 1979 (GURGEL, 1989, p. 43-44).

Nesse meio tempo foram apresentadas a “Tese de Santo André” (24 de janeiro de 1979) e a “Carta de Princípios” (1º de maio de 1979), assinada pela “Comissão Nacional

Provisória do Movimento pelo PT”. O partido surgiu, assim, como reação contra os partidos tradicionais. Com a divulgação da “Declaração Política”, em outubro do mesmo ano, o Partido dos Trabalhadores começava efetivamente a concretizar-se como proposta partidária. A questão mais polêmica do Encontro, que culminou com a apresentação da Declaração, dizia respeito à inclusão ou não da palavra “socialismo”, que poderia ser entendida pelos trabalhadores como sinônimo de antidemocracia (GURGEL, 1989).

Em 10 de fevereiro de 1980 ocorreu o “I Encontro Nacional”, no Colégio Sion em São Paulo, no qual foram aprovados o “Manifesto” e o “Estatuto do Partido dos Trabalhadores”. Assinado por intelectuais do porte de Mário Pedrosa e de militantes emblemáticos como Apolônio de Carvalho, o livro de fundação continha 101 assinaturas. Em seu primeiro ano de existência:

[...] o PT cuidava de ir-se organizando internamente, em plena campanha de filiação, pronto para atender às normas oficiais e voltadas para uma reforma partidária para o qual o Partido dos Trabalhadores, inclusive, lutava, e que teve seus melhores desdobramentos mais tarde, como sabemos, na Constituinte (GURGEL, 1989, p. 50).

O Partido teve, envolvidos em sua construção, intelectuais de esquerda e/ou democráticos; políticos da esquerda do MDB; setores progressistas da Igreja Católica, vários grupos políticos ou organizações da esquerda, tais como a “Convergência Socialista”, a “Causa Operária”, o “Movimento pela Emancipação do Proletariado”, a “Ala Vermelha”, “O Trabalho”.

Estes diversos grupos, principalmente as mais de dez organizações de esquerda, possuíam diferentes concepções de partido, revolução, diferentes táticas e estratégias para a superação do capitalismo, além de diferentes formas de encarar o PT, isto é, como partido tático ou estratégico, de massas ou de quadros, como partido ou como frente de partidos, etc. (CICONE, 1995, p. 37)

A proposta de ser um partido de base foi vencedora, optando por priorizar as ações nos movimentos sociais em detrimento de uma ação parlamentar.

Outro setor que teve relevante importância na constituição do PT foi a Igreja Católica. Isto decorreu de algumas transformações pelas quais ela passou ao longo dos anos de “ditadura militar” no Brasil. Assim, o período compreendido entre 1964 e 1969, foi marcado por uma Igreja ainda conservadora que retratava o apoio quase absoluto dado por ela ao golpe desfechado em 31 de março. Já entre 1969 e 1973 a Igreja Católica redirecionou e retirou seu

apoio ao golpe em virtude do desrespeito dos militares aos direitos humanos. Entre 1973 e 1978 a Igreja se envolveu massivamente na luta pelo retorno ao estado de direito, processo este legitimado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) (FURTADO, 1996.)

Por fim, os anos compreendidos entre 1978 e 1985, na ótica de Souza (1995), se constituem como:

[...] instante definido, por um lado, pela virada conservadora da Igreja e o conseqüente combate à sua politização, e, por outro lado, pela opção de várias Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) em escolher o Partido dos Trabalhadores como o “Partido da Igreja” (SOUZA, 1995, p. 135-136).

Assim, o momento em que a Igreja Católica transformou-se na mais proeminente força de oposição ao regime militar assinala igualmente a emergência de uma “pastoral libertadora”, influenciada pela “Teologia da Libertação”, que tinha por objetivo maior o compromisso com os oprimidos e a responsabilidade para com os pobres. Esta reconhecia claramente a necessidade de uma transformação profunda do edifício social, como forma de acabar com a miséria e com as ditaduras que assolavam a América Latina nos anos 60 e 70 (SOUZA, 1995).

No caso específico do Brasil, a Igreja passou a ser o único espaço disponível à organização popular, tornando-se a “voz dos que não tinham voz”, ou que não podiam falar. Data justamente desse período a criação, pela CNBB, de órgãos específicos voltados para o apoio às minorias e maiorias desprovidas de voz, ou que tinham sua voz abafada pelo terror autoritário, a saber: a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Comissão Pastoral Operária (CPO) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Mas o grande instrumento de implementação da “pastoral libertadora” não seria coordenado por órgãos nacionais. Pelo contrário, ele se constituiria a partir de pontos menos perceptíveis, pontos esses que, de forma contraditória, se multiplicariam em meio à “ditadura militar” – as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Presentes na sociedade brasileira desde os anos sessenta, estas exerceram um papel significativo na construção do Partido dos Trabalhadores, levando para o seu interior esse forte traço libertário (SOUZA, 1995).

Por outro lado:

[...] o partido cuidou de não representar apenas uma espécie de grande frente onde os quadros e as tendências ideológicas nele se alojassem, inclusive como trampolim para outros objetivos futuros, como a legalidade. [...] Suas principais lideranças acreditavam – e acreditam – na possibilidade

da construção de um projeto estratégico da transformação da sociedade, de que jamais abrirá mão (GURGEL, 1989, p. 51).

O PT surgia como partido político em uma sociedade que, à época (1980), não poderia ser considerada democrática. Uma vez que a concepção moderna de partido político coincide com a de outra, a de democracia, e visto que uma sociedade democrática requer, outras exigências, a extensão do sufrágio popular e as prerrogativas parlamentares, exigências estas que encaminham para uma maior organização dos grupos sociais, visando sua participação nesta experiência, não poderia haver melhor momento para se lutar por democracia do que por meio da criação de partidos políticos, dentre eles o PT (GRACINDO, 1994).

Na concepção desse autor:

[...] à medida que a sociedade democrática se amplia e, como consequência, fica mais complexa, surge a necessidade de um tipo de organização que, por seu caráter mais amplo, possibilite a participação efetiva de todos na condução dos destinos da nação: o partido político (p. 34).

Para Brum (1988), o partido político deve ser o instrumento mediador entre a Nação e o Estado, ponte entre o povo e o poder, apesar de ser seu objetivo a busca de hegemonia o controle do governo. Para tanto ele deve ser o principal meio para expressão de interesses, para o recrutamento de líderes e para a formação de opinião pública. Assim duas funções são unanimemente reconhecidas para os partidos: uma consiste em os partidos transmitirem o que se denomina politicamente de “questionamento político” da sociedade; e a outra, que os partidos sejam os meios através dos quais as massas participem do processo de formação das decisões políticas.

Na literatura política existem várias conceituações disponíveis, todavia:

[...] há uma noção comum de partido como organização permanente de um agrupamento humano unido por uma identidade de opiniões acerca da vida política e consagrado a conquistar o poder com técnicas mais ou menos semelhantes (CERRONI, 1987, p. 1).

O partido político seria então uma associação que visa a um fim proposto, seja ele “objetivo” como a realização de um plano com intuítos materiais ou ideais, seja “pessoal”, isto é, destinado a obter benefícios, poder e conseqüentemente glória para os seus líderes e filiados, ou então, voltados para todos esses objetivos em conjunto. No que se refere aos tipos, (CHARLOT *apud* GRACINDO, 1994), estabelece uma classificação dividida em três grandes grupos:

- a) O **Partido-organização**, no qual a agremiação partidária é vista como uma organização “[...] coincidente com a sua estrutura interna e é focalizado apenas quanto ao seu recrutamento, tamanho, ligações administrativas e forma de coordenação.” (GRACINDO, 1994, p. 35). Neste sentido, podemos citar ainda Duverger, para quem “[...] um partido não é uma comunidade, mas um conjunto de comunidades, uma reunião de pequenos grupos disseminados através do país (seções, comitês, associações locais, etc.), ligados por instituições coordenadoras [...]” (DUVERGER, 1970, p. 52).
- b) O **Partido-portador** de ideal, que é definido como *locus* ideológico, “[...] é visto como representante de princípios, de idéias e valores claramente definidos e que, por serem comuns, suportam e dirigem a ação partidária.” (GRACINDO, 1994, p. 35).
- c) O **Partido-função**: “[...] é concebido apenas com vistas à sua finalidade funcional – a busca do exercício do poder. Para tanto define seu funcionamento, onde os meios estejam compatíveis com seus fins.” (GRACINDO, 1994, p. 35).

Segundo esse autor, a existência de um dado partido político está diretamente ligada à existência e delimitação de: a) uma doutrina; b) um programa; c) uma ideologia; d) uma organização que seja durável e completa; e) uma atuação congruente (GRACINDO, 1994).

O filósofo italiano Antonio Gramsci, de certa forma, abrange todas estas definições e tipos de partidos. Para ele o partido político é o mecanismo que desempenha, na sociedade civil, a mesma função que o Estado desenvolve, de forma mais vasta e mais sintética, na sociedade política. Assim, ao partido cabe a ligação entre os intelectuais orgânicos de um grupo, ou seja, o dominante, e os intelectuais tradicionais. E esta função é desempenhada pelo partido precisamente na dependência de sua função fundamental, que é a de elaborar os próprios componentes, elementos de um grupo social nascido e desenvolvido como “econômico”, até transformá-los em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política. A função do partido político é diretiva e organizativa, ou seja, educativa e intelectual (GRAMSCI, 2001).

Podemos, assim, afirmar, partindo desta leitura gramsciana que o PT é um partido que possui esta função; afinal, desenvolve uma política de formação destinada à educação de seus militantes, com cursos sendo ministrados periodicamente aos seus filiados. Se na sua gênese foi um partido que priorizou a participação nos movimentos sociais, isto não ocorreu no seu desenvolvimento, visando as disputas eleitorais, defendendo a tomada do poder por meio das vitórias nas eleições para os cargos majoritários no Brasil.



E a crise do “socialismo real” decorrida nos anos oitenta e noventa fez que os partidos denominados de esquerda registrassem uma diminuição da hegemonia do pensamento leninista e/ou trotskista. Neste contexto, encontra-se o PT, que vem ao longo dos anos assumindo posturas políticas e ideológicas muito mais próximas de um partido “social-democrata” que socialista.

Como uma das conseqüências mais diretas desta mudança de postura ocorreu as expulsões da Causa Operária em 1991, da Convergência Socialista em 1992 e de outras correntes classificadas como “radicais” que integravam o partido.

Feita esta breve análise histórica sobre as origens do PT, tratemos agora de verificar como seu deu sua aproximação com o movimento social ambientalista.

Ao analisar o movimento ambientalista no Brasil e a complexidade de práticas coletivas presentes no processo que possibilitou a emergência deste novo movimento social, Jacobi (2003), considera que “o ambientalismo brasileiro tem assumido uma crescente influência na formulação e implementação de políticas públicas e na promoção de estratégias para um novo estilo, sustentável, de desenvolvimento”. (p.1).

Também Carvalho (2004), analisando a relação entre o “campo ambiental” e a esfera política contemporânea defende que:

**O campo ambiental é portador dos dilemas contemporâneos que afetam esfera política**, particularmente no que diz respeito às escolhas e ações presentes que vão incidir sobre o futuro, enquanto projeto de vida comum. **A política aqui é tomada no sentido de Hanna Arendt (1989), como esfera pública, espaço por excelência da ação humana enquanto convivência com os outros humanos e partilha nas decisões sobre os destinos dos bens comuns.** Neste sentido, os bens ambientais vêm se instituindo na esfera pública com o status de Bem comum de grande relevância para a sociedade. Como tal, a questão ambiental tem alcançado um lugar destacado nos embates sobre a construção social do futuro da comunidade humana, vinculando as atuais e as novas gerações numa esfera de negociação de projetos de sociedade e modos de engajamento político. (CARVALHO, 2004, p.1, grifos nossos).

Refletindo sobre o processo de constituição da militância política no campo ambiental sob a ótica dos militantes ecologistas, a partir da clássica divisão geopolítica mundial entre 1º, 2º e 3º Mundos, Viola (1995), defende que:

A expectativa dos ecologistas para o 3º Mundo é um processo de desenvolvimento auto-sustentado e socialmente justo que elevaria consideravelmente o nível de consumo material das grandes massas populares, ao mesmo tempo em que estagnaria e racionalizaria o consumo

das classes médias (e, obviamente, reduzir-se-ia o consumo das classes altas). Este padrão de desenvolvimento exige uma reestruturação do poder mais drástica que nos 1º e 2º Mundos. No 3º Mundo a difusão da consciência ecológica deveria implicar também uma introdução generalizada de valores pós-materialistas na população, ainda que com características diferenciadas: alterando os hábitos efetivos sobre consumo dos setores altos e médios, mudando os componentes predatórios das expectativas de consumo dos pobres (gerados pelo efeito de demonstração) e reduzindo seu crescimento demográfico (p.4).

Em outro estudo igualmente relevante para se compreender a aproximação dos militantes da causa ambiental com a nova esquerda brasileira, a partir dos anos 80, Viola (2009), identifica a inserção de um significativo número de militantes ou simpatizantes ambientalistas, aos quais denomina “ecossocialistas”, como militantes da causa ambiental identificados em determinado período histórico com os ideais do Partido dos Trabalhadores:

Os ecossocialistas, apesar de secundários, têm crescido proporcionalmente mais que qualquer outro setor no seio do movimento ecológico, desde a sua emergência, em 1982, até o presente. Uma parte importante do contingente ecossocialista está formada por militantes da nova esquerda que se envolveram na construção do PT em 1980-82, e foram frustrando-se pelo perfil mais tradicional que o partido ganhou no período de 1983-85. Os ecossocialistas concentram seus esforços para que o movimento penetre nos setores operários e populares. Os ecossocialistas brasileiros apostam no desenvolvimento de uma classe operária com consciência socialista e ecológica, que seria o agente principal da mudança histórica. [...] **Uma parte importante dos ecossocialistas são militantes ou simpatizantes do PT e apostam na sua transformação em um partido ecossocialista**, argumentando que todo componente inovador de sua corrente socialista democrática deverá reconhecer, em médio prazo, o caráter crucial dos problemas ecológicos no mundo contemporâneo (p. 18, Grifo nosso).

Segundo Dias (2002), apesar de ter sido o Partido Verde (PV), o único a se constituir historicamente com base no ambientalismo, provocando a primeira interpelação neste sentido na política brasileira, o PT, como representante da nova esquerda política brasileira, mesmo que de forma tímida, passou a incorporar no decorrer dos anos 80, elementos de preocupação ecológica ao seu discurso de ação política, exemplo disso, para a autora, foi a proposta de ter Fernando Gabeira como companheiro de Lula na formulação de uma possível aliança nas eleições de 1989, com o apoio de personalidades políticas importantes do PT, como José Genoíno e José Dirceu, em nome da incorporação do tema ambiental pelo Partido dos Trabalhadores, aliança esta que acabou não se consolidando, segundo a autora:

[...] devido à oposição de setores do PT que rejeitavam não a crítica ambientalista do PV, mas o conteúdo da crítica aos costumes implícitos no partido e na figura de Gabeira: defesa das minorias sexuais, da legalização do uso de drogas, do aborto, etc. (DIAS, 2002, p.104).

Ainda segundo Dias (2002), alguns representantes do PV, naquele contexto, eram defensores dos ideais de construção e uma sociedade socialista, na qual justiça social e proteção da natureza deveriam caminhar lado a lado, reconhecendo a luta de classes e propondo uma concepção mais ampla para a discussão e a prática ambiental. Um exemplo dessa posição, para a autora, foi a saída de Carlos Minc, atual ministro do Meio Ambiente, em 1996, para integrar o PT; “[...] para ele, esta seria a forma de abrir o leque da luta ecológica, incorporando as questões sociais até então deixadas de lado”. (DIAS, 2002, p. 106).

Através de visitas no *site* do Partido dos Trabalhadores (PT), tomamos conhecimento da existência nos seus quadros de organização partidária da “Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento do Partido dos Trabalhadores” (SMAD). Consultado a página oficial desta Secretaria para conhecermos suas ações, encontramos um texto que analisa a Partido dos Trabalhadores com o movimento ambientalista, bem como a história e atuação desta secretaria no interior das organizações partidárias. Como consideramos que este texto contribui significativamente para maior conhecimento das relações históricas do PT com a causa ambiental no Brasil, um dos propósitos desta pesquisa, vamos analisá-lo a seguir.

No início do texto produzido pela SMAD afirma-se que:

A questão ambiental está presente nos debates internos do PT desde meados dos anos 80, num momento em que o movimento social ambientalista se fortalecia no Brasil. O primeiro espaço de lideranças ambientalistas no PT foi a Sub-Secretaria de Ecologistas da Secretaria Nacional de Movimentos Populares. Para as primeiras eleições diretas de 1989, veio o primeiro teste: apresentar uma contribuição dos ecologistas que fosse incorporada ao programa de governo de Lula.<sup>13</sup>

Nesta citação, pode-se verificar que desde sua primeira década de existência, em meados dos anos de 1980, o Partido já contava em seus quadros com a atuação de militantes ambientalistas e os mesmos contribuíram para a inserção de questões relativas à temática ambiental no primeiro Programa de Governo para a presidência da República, produzido pelo PT no ano de 1989.

---

<sup>13</sup> Versão na íntegra do texto da SMAD encontra-se disponível em <http://www.pt.org.br/portalpt/secretarias>. Acesso em 24 de janeiro de 2010.

Em continuidade outras informações que elucidam as relações históricas do PT com o movimento ambientalista no Brasil são apresentadas no documento:

O assassinato de Chico Mendes e a solidariedade da direção do partido asseguraram algum interesse de setores do partido para essa “nova” questão ambiental, ainda que vista como meramente setorial. O primeiro encontro nacional dos ecologistas petistas foi realizado em Angra dos Reis, em 1991, quando foi lançado o Manifesto Ecosocialista, com princípios que reafirmavam o ideário socialista à luz de uma nova visão de mundo. A Secretaria Nacional de Ecologistas e Meio Ambiente (SNEMA) foi formalizada pela Executiva Nacional do PT apenas em 1993.<sup>14</sup>

A partir desta citação, podemos afirmar, que na primeira década de existência do PT, que irá culminar com a campanha de Luiz Inácio Lula da Silva para a presidência da República em 1989, a “nova” questão ambiental, foi sendo incorporada por uma pequena parcela de militantes do Partido, de forma bastante “tímida” e setorial. O fato de esta primeira secretaria partidária ter sido fundada somente em 1993 é mais um indício de que o “novo movimento social ambientalista”, foi sendo incorporado de modo lento no interior das organizações partidárias do PT. É interessante notar também que, a fundação da referida Secretaria ocorreu justamente um ano após a realização da “Eco-92”, momento considerado por muitos autores que se dedicam a estudar o movimento ambientalista no Brasil, como um momento histórico de auge deste movimento. Consideramos que este fato pode ser interpretado como uma ação institucional do PT no sentido de atrair para os seus quadros militantes e intelectuais voltados para a “causa ambiental”.

Ainda de acordo com o texto da SMAD:

Antes da campanha de 1994, a Secretaria realizou seu segundo encontro nacional, apresentando outra proposta ampliada dos ambientalistas para o programa de Lula, que se transformaria no quinto capítulo do programa: “As bases ecológicas para o projeto de desenvolvimento”.<sup>15</sup>

O caderno temático citado, que compõe o Programa de Governo do PT de 1994, será analisado oportunamente. Aqui é significativo observar que a referida secretaria já contava com uma organização mais consistente, realizando inclusive, encontros nacionais de militantes partidários voltados para a “causa ambiental”, preocupados em apresentar propostas

---

<sup>14</sup> Disponível em <http://www.pt.org.br/portalpt/secretarias>. Acesso em 24 de janeiro de 2010.

<sup>15</sup> Disponível em <http://www.pt.org.br/portalpt/secretarias>. Acesso em 24 de janeiro de 2010.

mais consistentes para inclusão no segundo Programa de Governo para a presidência da República apresentado no ano de 1994.

A seguir pode-se ler no texto da SMAD a seguinte afirmação:

Em 1995, a SNEMA realizou o terceiro encontro na capital federal, para discutir uma agenda nacional de lutas, incluindo as eleições municipais. Foi eleita como secretária nacional, a senadora Marina Silva, do PT do Acre, sendo aprovado o nome atual da secretaria, SMAD – Secretaria Nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento. O conceito de desenvolvimento no nome da secretaria correspondia justamente à necessidade defendida pelos militantes de dialogar com outros segmentos do partido. Meio Ambiente não poderia ser visto como assunto de mais um grupo de interesse ou uma temática particular, mas como um tema transversal essencial na construção de uma sociedade justa e, portanto, social e ambientalmente sustentável.<sup>16</sup>

Nesta citação pode-se observar o esforço da Secretaria no sentido de ampliar para outros setores do Partido as discussões referentes à “causa ambiental”, e a necessidade de contribuir para que os militantes e lideranças do Partido avançassem no sentido de compreender o caráter de transversalidade da “questão ambiental”, essencial para a construção de uma “sociedade mais justa”, amplamente defendida pelo PT. Justiça social não poderia mais ser vista separada de luta pela construção de uma sociedade social e ambientalmente sustentável.

Na seqüência no texto da SMAD faz-se um relato sobre a realização dos demais encontros nacionais realizados pelos militantes ambientalistas do Partido sobre os documentos e manifestos produzidos por estas lideranças no período de 1997 a 2001<sup>17</sup>.

A partida leitura do referido texto pode-se observar que as preocupações com as questões ambientais, estiveram, de um modo ou de outro, presentes desde as origens do PT,

---

<sup>16</sup> Disponível em <http://www.pt.org.br/portalpt/secretarias>. Acesso em 24 de janeiro de 2010.

<sup>17</sup> O quarto Encontro Nacional foi realizado em julho de 1997, novamente em Brasília, com o tema “Século 21: o projeto do PT”. O quinto Encontro aprovou o Manifesto “Eco Socialista por um Mundo Novo” que foi levado ao II Congresso Nacional do PT em Belo Horizonte, sob a forma de tese assinada por vários ambientalistas. Alguns elementos desta tese foram assimilados pela tese guia aprovada no referido Congresso. [...] Em 2000, em um processo de construção suprapartidário, mas com a participação e colaboração da SMAD, foi realizado um evento reunindo entidades não governamentais e governamentais locais, partidos políticos, governos estaduais e municipais de esquerda, para discutir e apontar caminhos sobre os dilemas da ocupação e do desenvolvimento da Amazônia, com sustentabilidade. Este evento, denominado “Conferência da Amazônia” foi realizado em julho em Belém do Pará, prometendo ter continuidade em 2001 com uma II Conferência da Amazônia a ser realizada em Macapá/AP. O sexto Encontro da SMAD ocorreu em Guarulhos/SP entre os dias 26 e 28 de outubro de 2001. [...] Entre os dias 28 e 30/11/2001 aconteceu em Macapá/AP a II Conferência da Amazônia. A III Conferência da Amazônia aconteceu entre os dias 02 e 04/04/04 em Rondônia. Esta Conferência reuniu representantes de ONGs, sindicatos, federações, associações e movimentos sociais com autoridades do primeiro escalão do governo federal, além de dirigentes de estatais e autarquias. Captado em <http://www.pt.org.br/portalpt/secretarias>. Acesso em 24 de janeiro de 2010.

ainda que de forma secundária, como já observamos. Tal fato pode explicar a inserção de um significativo número de militantes ambientalistas em seus quadros partidários desde a década de 1980 e que este quadro de militantes contribuiu significativamente para a inclusão das questões ambientais desde o primeiro Programa de Governo do candidato Lula em 1989.

Finalmente, o texto também evidencia que conceitos próprios do *metier* dos teóricos do movimento ambientalista como “Ecosocialismo” e “Socioambientalismo”, já estavam presentes em manifestos políticos emitidos pelo PT desde a década de 1990.

#### **4. CARACTERIZAÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES PARA A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.**

O Partido dos Trabalhadores ao longo dos seus 30 anos de história apresentou à sociedade brasileira cinco Programas de Governo, durante as cinco campanhas nas quais concorreu para a Presidência da República. Esses Programas de Governo vieram a público nos anos de 1989, 1994, 1998, 2002 e 2006<sup>18</sup>. Como sabemos, foram nesses anos que ocorreram as cinco eleições presidenciais diretas no Brasil, após o fim do regime militar e início do processo de redemocratização política do nosso país, e foi também nesses anos que o PT, juntamente com outros partidos políticos que compuseram a cada eleição diferentes alianças, lançou como único candidato à Presidência da República, o ex-líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva.

É nosso propósito, apresentar neste item um panorama geral desses cinco Programas de Governo, a partir da caracterização de cada um deles, da forma como foram sistematizados e publicados, assim como, apresentar informações relacionadas às diferentes coligações, entre o Partido dos Trabalhadores e demais partidos políticos, que apoiaram a candidatura de Lula da Silva em cada uma dessas eleições, tornando-se, desse modo, esses demais partidos políticos, também signatários dos Programas de Governos produzidos para cada uma das cinco eleições presidenciais.

##### **4.1. O Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores para a Presidência da República de 1989.**

O primeiro Programa de Governo apresentado para a sociedade brasileira, como bases e diretrizes políticas para o governo federal, do então candidato à presidência da República Luiz Inácio Lula da Silva, elaborado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), foi igualmente

---

<sup>1</sup> Sobre este aspecto é necessário afirmar que não faz parte dos propósitos desta pesquisa analisar quais foram os atores sociais que produziram os diversos cadernos temáticos para cada um dos cinco Programas de Governo. Certamente, este pode vir a ser conteúdo para outra pesquisa relacionada ao mesmo *corpus* documental. Em nossa revisão bibliográfica, não encontramos nenhum trabalho relativo aos atores sociais que produziram os cadernos temáticos relacionados à temática ambiental. No entanto, pelo que observamos, é relevante informar, que os conteúdos presentes nos diversos cadernos temáticos analisados, possuem grande proximidade com os conteúdos das teses e resoluções produzidas nos Encontros e Congressos Nacionais do Partido dos Trabalhadores. Apesar de os demais partidos políticos que apoiaram a candidatura de Lula da Silva serem, igualmente, signatários dos mesmos Programas de Governo, não temos informações se houve participação direta de membros de outros partidos na elaboração e sistematização dos Programas de Governo analisados.

assinado pelos demais partidos que compuseram a chamada “Frente Brasil Popular”, ou seja; Partido Comunista do Brasil (PC do B) e Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Em 1989, a principal característica do candidato Lula era sua identificação com a luta dos oprimidos da América Latina. A “Frente” de partidos que lançou Lula para a presidência da República, apresentou um amplo e abrangente Programa de Governo (ALMEIDA, 2003). Um hipotético governo da Frente defenderia “a luta dos povos oprimidos da América Latina” (PT, PROGRAMA DE GOVERNO, 1989, p.55).

O crescimento da candidatura do candidato Lula da Silva, ficou evidenciado no decorrer da campanha, que contou com o apoio entusiasta e comprometido dos militantes e simpatizantes do PT, movimentos sociais, movimento estudantil sindicatos, profissionais de todas as áreas, sendo todas as contribuições importantes para conduzir o candidato da “Frente” ao segundo turno, por pequena margem de vantagem sobre o candidato Leonel Brizola, do PDT, que representava o trabalhismo histórico, derrotando, também outras personalidades históricas da política brasileira, tais como; Ulisses Guimarães, candidato pelo PMDB, Paulo Maluf, candidato pelo PDS e Mário Covas, candidato pelo PSDB.<sup>20</sup>

Apesar de o contínuo crescimento da sua campanha Lula foi derrotado no segundo turno por pequena diferença de votos, tendo sido eleito o candidato alagoano do recém fundado Partido da Reconstrução Nacional (PRN), Fernando Collor de Melo para presidente da República (SADER, 1991).

Apresentamos, na seqüência, através do **Quadro 1**, uma síntese sobre os conteúdos apresentados nos cadernos temáticos que compõem o PG-PT de 1989, para a devida caracterização do mesmo.

---

<sup>20</sup> As breves informações presentes neste trabalho relativas aos resultados das eleições presidenciais no Brasil foram captadas no site <http://www.duplipensar.net/...eleicoes/todas-as-eleicoes-para-presidente-da-republica-federativa-do-brasil.html>. Acesso em 29 de julho de 2010.



**QUADRO 1:** Caracterização do Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores para a Presidência da República de 1989.

CADERNOS TEMÁTICOS	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS <sup>21</sup>
<b>DEMOCRACIA</b>	<p><b>Caderno temático composto por oito itens:</b></p> <p><b>Estado:</b> Neste item o Programa realiza uma análise histórica do Estado Brasileiro, considerando os diversos regimes políticos como elitistas e excludentes em relação às camadas sociais populares, apresentando ao final propostas para a superação do que considera a história de um “vício”.</p> <p><b>Forças Armadas:</b> analisa o fim de a tutela militar e a necessidade de remover definitivamente a “lama” deixada pelos governos ditatoriais.</p> <p><b>Poder Judiciário:</b> apresenta “medidas básicas” para modernizar a justiça no Brasil.</p> <p><b>Corrupção:</b> apresenta medidas de combate à corrupção.</p> <p><b>Comunicação Social:</b> comenta sobre os “escândalos” da imprensa vinculada às elites, e faz defesa ampla do direito à liberdade de expressão e à informação</p> <p><b>Política Externa e Participação Popular:</b> Defende uma <b>reviravolta</b> na diplomacia brasileira, a partir da soberania e participação popular nas decisões, apresenta medidas para a construção da democratização com novos alicerces.</p>
<b>ECONOMIA</b>	<p><b>Caderno temático composto por sete itens:</b></p> <p><b>Dívida Externa:</b> Trata a dívida externa brasileira como produto da “agiotagem internacional” e a responsabiliza pela crise do contexto histórico do Governo Sarney e apresenta necessidade de uma nova política para tratamento adequado da questão, apresentando, para tanto, propostas.</p> <p><b>Inflação:</b> Trata sobre salários, preços e lucros no Brasil e apresenta propostas para superar a crise inflacionária do período.</p> <p><b>Política Industrial:</b> Defende a necessidade de distribuição dos lucros para crescimento do parque industrial e apresenta propostas para a modernização do mesmo.</p> <p><b>Política Salarial:</b> defende valorização dos salários pelo poder público, especialmente para a classe trabalhadora, apresentando propostas neste sentido.</p> <p><b>Empresas Estatais:</b> Defende a necessidade da eficiência das estatais, condena os “usos e abusos” das mesmas e apresenta propostas neste para torná-las eficientes.</p> <p><b>Sistema Financeiro:</b> condena a “ciranda financeira” do sistema bancário, responsabilizando-o parcialmente pelo <i>déficit</i> público, condena o sistema de altos impostos no Brasil e apresenta propostas para superar o modelo prevalecente.</p> <p><b>Energia:</b> alerta para a eminente crise no setor, apresenta medidas para a modernização da produção energética no Brasil e defende a necessidade de revisão do Plano 2010 da Eletrobrás a partir de uma concepção de planejamento integrado.</p> <p>No final, do item “<b>Economia</b>” o Programa de 1989 apresenta uma síntese</p>

<sup>21</sup> Parte das análises constantes nos Programas de Governos analisados nesta pesquisa fundamenta-se em estudos de caráter acadêmicos, produzidos por diversos institutos de pesquisa ou instituições públicas, a partir de análises de gráficos, tabelas, mapas e ilustrações produzidas por estes institutos e/ou instituições, tais como; IBGE, DIEESE, INESC, Instituto de Tecnologia de Alimentos, Banco Central, Ministério das Comunicações, Diário Oficial da União, Movimentos dos trabalhadores rurais sem terra, bem como, outros, extraídos de revistas especializadas ou de estudos realizados pelo próprio Partido dos trabalhadores, por meio da Fundação Wilson Pinheiro e da Fundação Perseu Abramo.

das propostas defendidas para a “construção de um novo país”, focadas nos aspectos econômicos, defendendo o fortalecimento da estatização da economia.

**SOCIEDADE**
**Caderno temático composto por oito itens:**

**Direito dos trabalhadores:** analisa as conquistas trabalhistas consideradas insuficientes e apresenta propostas para a previdência.

**Saúde:** apresenta as bases para uma “nova política de saúde”.

**Mulheres:** considera as mulheres como maioria oprimida e apresenta metas para garantir os direitos sociais das mulheres

**Negros:** apresenta os “princípios” das políticas sociais para a população negra.

**Crianças:** defesa dos direitos das crianças e adolescentes.

**Juventude:** apresenta propostas para a inserção da juventude no mercado de trabalho, analisando a transição da escola para o trabalho.

**Cultura:** defende a necessidade reforçar as raízes culturais, apresentando “diretrizes gerais” para fortalecer a identidade cultural das diversas regiões brasileiras.

**Violência:** propõe normas para combater a violência dentro do direito, analisa o que denomina “Política da Violência”, discorrendo sobre temas como polícias, cadeias e segurança pública.

O caderno temático “**Sociedade**” é concluído com um texto intitulado “Nas lutas de hoje o Socialismo de Amanhã”, no qual faz ampla defesa da implantação do Socialismo no Brasil, como via para uma nova sociedade fundamentada na justiça social.

**QUESTÃO AGRÁRIA**
**Caderno temático composto por oito itens:**

**Agricultura:** trata de temas como “Terra, Trabalho e Alimentos”, “Modernização e Miséria”, “Bancos e Indústrias na Agricultura” e “As Origens Históricas dos Senhores da Terra”.

**Meio Ambiente:** analisa os impactos ambientais nas áreas agrícolas, tratando também do tema “Exportação e Consumo”.

**População:** analisa a demografia nas áreas rurais e os “Trabalhadores Volantes”.

**Assalariados Rurais:** analisa especialmente a realidade rural do nordeste brasileiro e o regionalismo das elites agrárias.

**Nordeste:** analisa a “Vida Severina” dos trabalhadores rurais na região nordeste do Brasil.

**Amazônia:** analisa a questão do desmatamento na região, e os “Erros da Geopolítica” governamental na região.

**Violência:** analisa a violência no campo, a partir do crime organizado.

**Extração mineral:** analisa os problemas relacionados à exploração mineral no Brasil.

**QUESTÃO URBANA**
**Caderno temático composto por sete itens:**

**Metrópoles:** analisa o processo de urbanização do Brasil

**Cidades Médias:** analisa a realidade social das camadas populares nas cidades de médio porte.

**Uso do Solo:** analisa os usos do solo nas áreas urbanas, bem como a ação do capital na especulação imobiliária.

**Habitação:** analisa o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) como um “grande negócio” das elites econômicas do setor imobiliário.

**Sub-habitação:** analisa as áreas periféricas dos grandes centros urbanos como “cidades paralelas” onde prevalece a “sub-habitação”, caracterizada por péssima infra-estrutura e falta de saneamento básico.

**Transportes:** analisa a precariedade dos transportes urbanos no Brasil, a serviço dos lucros das grandes empresas do setor, bem como tece críticas à precariedade dos serviços de transporte públicos nas grandes metrópoles brasileiras.

**Educação:** analisa a realidade da educação básica brasileira naquele contexto histórico, defendendo o ensino público e gratuito para todos, relações entre “Escola e Sociedade” e as prioridades a serem tomadas por um governo de caráter democrático e popular.

O caderno temático “Questão Urbana” encerra-se apresentando 12 medidas de governo para as áreas urbanas, relacionadas aos temas tratados nos itens acima relacionados.

**BASES DO PLANO  
ALTERNATIVO DE  
GOVERNO  
(SÍNTESE POPULAR)**

Caderno temático composto por dezesseis itens, nos quais são retomados os diversos temas analisados nos cadernos temáticos anteriores a partir de uma “síntese popular”, que o texto considera como “o primeiro resultado dos debates que o Partido dos Trabalhadores realizou em seus encontros municipais, estaduais e que finalmente aprovou em seu VI ENCONTRO NACIONAL. São, portanto, as BASES, a partir das quais, após um amplo e extensivo debate que se abre agora e se prolongará até a nossa posse, forjaremos nosso PLANO ALTERNATIVO DE GOVERNO”. (IDEM, 1989, p.2).

Este caderno temático caracteriza-se, portanto, como um resumo popular, apresentando as propostas para os seguintes temas:

Democratização do Estado e da Sociedade, O Novo Modelo de Desenvolvimento Econômico, Programa Agrário, Mulheres, Negros, Política de Transportes, Saúde: Direito de Todos, Dever do Estado, Política de Educação, Salvar a Amazônia: Defender a Vida, Política Energética, Por Uma Política Externa Soberana, Reforma Urbana e Política Educacional, Defesa das Conquistas e Direitos dos Trabalhadores, Ecologia e Meio Ambiente.

---

**Fonte:** Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores para a Presidência da República de 1989.

A título de ilustração apresentaremos após os quadros referentes aos conteúdos dos cadernos temáticos que compõem os PG-PT, as capas dos diversos cadernos que compõem cada um dos Programas de Governo analisados nesta pesquisa, como na **Figura 1**.



**FIGURA 1:** Capa dos cinco fascículos que compõem o Programa de Governo do PT para Presidência da República a de 1989. <sup>22</sup>

<sup>22</sup> Como pode ser observado, apesar de o Programa de Governo de 1989 contar com seis cadernos temáticos, na **FIGURA 1** estão apresentados apenas cinco capas, devido ao fato de o caderno temático “Sociedade” não possuir capa ilustrada.

## 4.2. O Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores para a Presidência da República de 1994.

O segundo Programa de Governo elaborado pelo Partido dos Trabalhadores foi apresentado à sociedade brasileira no ano eleitoral de 1994. Nas eleições presidenciais daquele ano a candidatura de Lula da Silva foi apoiada novamente pela mesma coligação de partidos de 1989, composta pelo PT, PC do B e PSB.

Apresentamos, na seqüência, através do **Quadro 2**, uma síntese sobre os dos conteúdos apresentados nos cadernos temáticos que compõem o PG-PT de 1994.

**QUADRO 2:** Caracterização do Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores para a presidência da República de 1994.

CADERNOS TEMÁTICOS	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS
<b>A SAÚDE NO GOVERNO LULA</b>	<p>De acordo com o Programa de Governo de 1994, o caderno temático “A Saúde no Governo Lula” sintetiza as linhas gerais que nortearão a atuação do Governo Democrático Popular na área da saúde.</p> <p>“Ele significa um compromisso político da candidatura LULA. O indispensável detalhamento de seus princípios em projetos prioritários para o setor pode ser encontrado nos demais materiais da campanha, cuja produção, em seu conjunto, contou com a contribuição ampliada de técnicos do setor de entidades da sociedade civil e de movimentos populares, além das contribuições advindas de discussões com os partidos coligados. O grande mote que orienta a formulação do Programa é EFETIVAR A SAÚDE COMO DIREITO DE TODOS E DEVER DO ESTADO. O Programa baseia-se na concepção da multi-determinação da saúde por fatores biológicos. Ambientais, culturais, e, sobretudo sócio-econômicos. Esta concepção leva à idéia de que a distribuição das doenças na população dá-se de forma desigual entre os diversos segmentos que compõem a sociedade. Assim, a intervenção do Governo Democrático-Popular nas Políticas de Saúde orienta-se pelo ideário dos DIREITOS DE CIDADANIA e da Equidade SOCIAL. (IDEM, 1994, p.3). Grifos no original.</p> <p>O Programa de Saúde divide-se em três tópicos: Diagnóstico do setor, Diretrizes, Princípios básicos para ação política de governo.</p>
<b>OS COMPROMISSOS DA FRENTE BRASIL POPULAR COM A SAÚDE E COM A VIDA</b>	<p>Neste caderno temático o Programa apresenta primeiramente uma análise da realidade brasileira naquele contexto a partir de diversos aspectos, tais como; habitação e saneamento, serviços de saúde pública, riscos para a saúde da população, precariedade dos atendimentos à população carente em postos e hospitais públicos. Em seguida apresenta propostas e/ou projetos para solucionar os mais diversos problemas da saúde pública no Brasil, intitulados:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1- Saneamento e água potável para todos;</li> <li>2- Mortalidade Infantil: Vamos acabar com essa vergonha nacional;</li> <li>3- Violência: contra a violência e pela vida;</li> <li>4- AIDS: um problema de todos nós;</li> <li>5- Combate às Endemias: mobilização popular e recursos tecnológicos para a melhoria da saúde.</li> <li>6- Saúde da mulher: por uma atenção integral</li> <li>7- Saúde do trabalhador: por um ambiente e condições de trabalho saudáveis.</li> <li>8- Idoso: envelhecer com dignidade e atenção.</li> </ol>

CADERNOS TEMÁTICOS	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS
	<p>9- Saúde bucal: o Brasil pode voltar a sorrir.            10- Saúde mental; por uma sociedade sem manicômios.            11- Doenças crônico-degenerativas: o coração mata mais os pobres.            12- Atenção à pessoa portadora de deficiência.            13- Saúde do índio.</p> <p>Projetos para dar qualidade à saúde no Brasil:            1- Os serviços de saúde: menos fila, mais saúde.            2- Vigilância à Saúde: valorizar a vida, controlando os riscos.            3- Municipalização: repasse sem pires na mão.            4- Privado; o serviço de interesse público.            5- Materiais e medicamentos: investir para não faltar.</p> <p>Projetos básicos para assegurar a viabilidade dos compromissos:            1- Recursos Humanos em Saúde.            2- Financiamento para o setor da saúde.            3- Reorganização institucional.</p> <p>Todos os projetos acima relacionados são apresentados a partir da seguinte metodologia;            A) O Problema            B) Objetivos/Metas            Ações/Estratégias</p>

**BASES DO  
PROGRAMA DE  
GOVERNO DE  
1994**

Este caderno temático foi sistematizado a partir de três capítulos, compostos por 23 itens, assim organizados:

**CAPITULO I: A CRISE BRASILEIRA E A ALTERNATIVA DEMOCRÁTICA E POPULAR.**

Exclusão: fenômeno recorrente em nossa história.

2. Queremos uma modernidade ética, uma modernidade dos fins.
3. A crise e a possibilidade de um programa de caráter transformador.
4. Vivemos dificuldades semelhantes às de outros latino-americanos.
5. A vitória do PT em 94: mudar radicalmente o Brasil.

**CAPITULO II: POLITICA, CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO POPULAR.**

6. Participação popular.
7. A cidadania das mulheres.
8. A cidadania dos negros.
9. Contra a discriminação por orientação sexual.
10. Povos indígenas e a política.
11. Portadores de deficiência.
12. Crianças e adolescentes.
13. Juventude.
14. Terceira idade.
15. Relações de trabalho democráticas.
16. Liberdade religiosa.
17. Democratização da comunicação.
18. Violência e crime.

**CAPITULO III: REFORMA E DEMOCRATIZAÇÃO DO ESTADO**

19. Reformas do sistema de representação.
20. Combate à corrupção.
21. A Reforma administrativa.
22. A reforma do Judiciário.
23. Política externa.

**O NORDESTE E  
A INTEGRAÇÃO  
NACIONAL**

Este caderno temático apresenta uma ampla discussão sobre os problemas específicos da região nordeste do Brasil, bem como diversas propostas para superar os problemas analisados. O caderno foi sistematizado a partir dos seguintes itens ou capítulos:

- 1- O Nordeste e a integração nacional; sem medo de ser feliz;
- 2 – Marcos do programa de Governo da “Frente Brasil Popular” para o Nordeste;

CADERNOS TEMÁTICOS	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS
	3 – Linhas estratégicas para atuar no nordeste; 4 – Os grandes objetivos a serem atingidos; 5 – Desafios e prioridades principais: - Transformação das velhas estruturas do semi-árido, zona da mata e zona cacauzeira - Política de Recursos hídricos - Geração de empregos - Transportes, Telecomunicação, Energia. - Apoios ao turismo na região. - Apoio à agricultura irrigada associada à reforma agrária. - Educação, Cidadania e qualidade de vida na região. - Desenvolvimento científico e tecnológico para o nordeste; - Políticas sociais na região nordestina; - Reforma e democratização do Estado, - Ações prioritárias de curto prazo para a região nordeste, - Bases do financiamento das propostas para a região.

**Fonte:** Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores para a Presidência da República de 1994.

Como resultado das eleições para presidência da república de 1994, ocorreu a vitória do candidato Fernando Henrique Cardoso. Após obter grande aceitação popular devido à estabilidade na economia alcançada com a implantação do “Plano Real”, o então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso se candidatou para presidente da República pelo PSDB, tendo o apoio do então presidente Itamar Franco. Seu principal concorrente foi o candidato Luis Inácio Lula da Silva, reconhecido como liderança do movimento sindical, da “nova esquerda” brasileira, liderada pelo PT. Outros candidatos que também disputaram a eleições presidenciais de 1994 foram Enéas Carneiro (PRONA), Orestes Quércia (PMDB), Leonel Brizola (PDT), Esperidião Amin (PPR). Esta foi a segunda eleição direta após o fim do regime militar. No dia 3 de outubro de 1994 foram realizadas as eleições para deputados estaduais, federais e senadores, e em 15 de novembro do mesmo ano, para governador e presidente. O candidato do PSDB, Fernando Henrique Cardoso elegeu-se Presidente da República logo no primeiro turno, com 55% dos votos válidos contra 27% do candidato Lula da Silva.<sup>23</sup>

Para fins de ilustração apresentamos a **Figura 2**, referente ao Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores de 1994.

<sup>23</sup> Captado em <http://www.duplipensar.net/...eleicoes/todas-as-eleicoes-para-presidente-da-republica-federativa-do-brasil.html>. Acesso em 29 de julho de 2010.



**FIGURA 2:** Capas dos cadernos temáticos que compõem o Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores para a Presidência da República de 1994



### 4.3. O Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores para a Presidência da República de 1998.

O terceiro Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores foi apresentado à sociedade brasileira no ano de 1998. Nesta eleição a coligação de partidos em torno da candidatura de Lula da Silva foi ampliada com o apoio do PDT, de Leonel Brizola.

Quanto às suas características gerais, o Programa de 1998 é composto de seis cadernos, assim organizados:

#### QUADRO 3: Caracterização do Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores para a Presidência da República de 1998

CADERNOS TEMÁTICOS	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS
<b>CADERNO DE SAÚDE</b>	Caderno temático expando 13 metas e compromissos da coligação “União do povo Muda Brasil” para a área da saúde.
<b>CADERNO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E DAS CIDADES</b>	<p>Neste caderno temático são tratados, a princípio, os seguintes temas, abordados por uma ótica política de caráter oposicionista:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- O direito de viver melhor nas cidades;</li> <li>- A tímida resposta do governo federal à qualidade de vida nas cidades com inclusão social e gestão democrática.</li> </ul> <p>Realizada estas análises de caráter crítico ao governo FHC, o Programa de 1998 apresenta, então, detalhadamente as seguintes propostas:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1 - Ministério das Cidades.</li> <li>2 - Gestão Democrática.</li> <li>3 - O Direito à Cidade.</li> <li>4 - Fazer a Reforma Urbana.</li> <li>5 - Mais Recursos, melhor aplicados.</li> <li>6 - Poder para Estados e Municípios.</li> <li>7- Por uma Cidade Sustentável.</li> <li>8 - Investir em Tecnologia.</li> <li>9. Respeito ao Consumidor.</li> <li>10. Educação e Urbanidade.</li> <li>11 - Programas Especiais para Áreas Metropolitanas.</li> <li>12 - Direito à Moradia e Crédito Mais Fácil.</li> <li>13 - Universalização dos Serviços de Saneamento.</li> <li>14 - Por um Transporte Coletivo de Qualidade.</li> <li>15 - O Resgate do Patrimônio para a Cidadania.</li> </ol>
<b>CADERNO DE EMPREGO</b>	<p>O caderno temático inicia-se com o texto “MAIS E MELHORES EMPREGOS”, no qual é realizada uma contundente crítica sobre o crescimento do desemprego gerado pelo governo FHC.</p> <p>O mesmo realiza, na seqüência, análises sobre este problema na sociedade brasileira a partir de uma perspectiva histórica, comparando a situação do Brasil com outros países, apresentando em seguida, propostas para a construção de uma nova realidade no setor de geração de empregos, assim intituladas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Favorecer a geração de mais e melhores empregos.</li> <li>- Plano Nacional de Emprego.</li> <li>- Políticas de Geração de Emprego e Renda.</li> <li>- Reforma Agrária.</li> </ul>

<b>CADERNOS TEMÁTICOS</b>	<b>PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Programa de Fortalecimento da Propriedade Familiar.</li> <li>- Distribuição de renda e valorização do Salário Mínimo.</li> <li>- Bancos do Povo para fomentar a cobertura das políticas de geração de emprego e renda.</li> <li>- Sistema Público de Emprego.</li> </ul> <p>Apresenta também para o setor o que denomina “Programas de Emergência e de Solidariedade”, fundamentado nas seguintes propostas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Mutirões de trabalho solidário.</li> <li>- Emprego Jovem: <ul style="list-style-type: none"> <li>A) Programa “Primeiro Emprego”, visando conceder bolsas primeiro emprego para jovens.</li> <li>B) Programa de Serviço Civil Solidário, destinado a jovens que não prestem o serviço militar.</li> <li>C) Programa de Apoio ao Jovem Trabalhador Rural, destinado jovem agricultor familiar.</li> <li>D) Combate ao trabalho infantil</li> <li>E) Assegurar que o “Estatuto da Criança e do Adolescente seja cumprido.</li> <li>E) Trabalho do Idoso.</li> <li>F) Combate ao “Trabalho Escravo”, ainda persistente em algumas regiões brasileiras.</li> <li>G) Promover igualdade de condições para negros e mulheres no mercado de trabalho.</li> </ul> </li> <li>- Mudanças institucionais e de financiamento proposta pelo Programa de 1998: <ul style="list-style-type: none"> <li>1- Efetiva implementação de um “Programa Nacional de Emprego”.</li> <li>2- Criação do “Ministério do Emprego e da Solidariedade”.</li> <li>3- Democratização das relações de trabalho e das políticas públicas.</li> </ul> </li> </ul>
<b>CADERNO DE AGRICULTURA</b>	<p>Esse caderno temático apresenta análise sobre a realidade rural e a produção agrícola brasileira naquele contexto, apresentando propostas para o desenvolvimento da agricultura a partir dos temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Defesa da agricultura e erradicação da fome;</li> <li>- A timidez da política de assentamentos de trabalhadores;</li> <li>- Por um novo modelo de desenvolvimento rural sustentável;</li> </ul> <p>Após esta análise, apresenta as “Políticas Propostas” para a agricultura pelo “Governo União do Povo Muda Brasil” estabelecendo como objetivos principais:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Democratização e Inclusão Social no Campo.</li> <li>2. Defesa e dinamização da agricultura nacional.</li> <li>3. Fortalecimento e Incentivo à Agricultura Familiar.</li> <li>4. Geração de Emprego e Renda no Campo.</li> <li>5. Combate à Fome.</li> <li>6. Pesquisa Agrícola Voltada Para os Interesses do País e Para a Democratização do Acesso às Tecnologias.</li> <li>7. O Desenvolvimento da Área Rural e o Incentivo à Permanência do Homem no Campo.</li> <li>8. Medidas de Governo.</li> <li>9. Programa Nacional do Álcool.</li> </ol>
<b>CARTA COMPROMISSO</b>	<p>Carta assinada pelo candidato Lula da Silva expondo seu compromisso perante a sociedade brasileira de concretizar a partir do seu governo as diretrizes estabelecidas no Programa do “Governo União do Povo Muda Brasil”, composto pelos partidos que apoiaram sua candidatura à presidência da República na eleição de 1998.</p> <p>Nesta carta são analisadas, resumidamente, muitos dos temas presentes</p>

CADERNOS TEMÁTICOS	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS
<p><b>DIRETRIZES DO PROGRAMA DE GOVERNO</b></p>	<p>nos cadernos temáticos que compõem o programa de Governo de 1998. O candidato Lula da Silva resgata e reafirma o compromisso histórico de transformação do Partido dos trabalhadores com a sociedade brasileira.</p> <p>Neste caderno temático são detalhadas as “Diretrizes do Programa de Governo LULA Presidente, BRIZOLA Vice”. O caderno temático é também intitulado “UM BRASIL PARA OS BRASILEIROS”. Este caderno foi organizado a partir dos seguintes temas ou capítulos:</p> <p>1- A União fez a Força. Analisa o que considera a “união históricas das esquerdas pela primeira vez na história do Brasil para disputar a presidência da República”, a partir da coligação em torno do apoio ao candidato Lula da Silva chamada “União do Povo - Muda Brasil”.</p> <p>2- A herança de FHC. Apresenta críticas diversas ao governo FHC, considerado um governo “arrogante, autoritário e irresponsável”.</p> <p>3- Analisa a questão da dependência externa, instabilidade e crise brasileira. Na seqüência, o caderno temático apresenta as seguintes propostas de governo:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1- Promover o desenvolvimento com estabilidade e distribuição de renda.</li> <li>2- Enfrentar com urgência a crise social.</li> <li>3- Mudar o dia-a-dia dos brasileiros.</li> </ol> <p>Para tanto, apresenta mais detalhadamente neste caderno temático propostas para as seguintes áreas:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Mais e melhores empregos. (Geração de empregos).</li> <li>2. Melhor distribuição de renda. (Distribuição de renda).</li> <li>3. Nenhuma criança fora da escola. (Educação).</li> <li>4. Saúde. (Saúde Pública).</li> <li>5. Programa de combate à fome. (Programas sociais).</li> <li>6. Reforma agrária e política agrícola.</li> <li>7. Habitação, urbanização, saneamento e transporte de massas.</li> <li>8. Direito ao direito. (Justiça)</li> <li>9. Reforma agrária, descentralização e controle social do Estado</li> <li>10. Cultura.</li> <li>11. Meio ambiente.</li> <li>12. Presença soberana no mundo. (Política Externa).</li> </ol>

**Fonte:** Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores para a Presidência da República de 1998.

No que se refere aos resultados, a eleição presidencial brasileira de 1998 foi a terceira realizada após a promulgação da Constituição de 1988. Pouco antes dessa eleição foi aprovado um projeto de “Emenda Constitucional” permitindo a reeleição. Muito discutiu-se sobre a constitucionalidade deste projeto e foram feitas denúncias de parlamentares que venderam seus votos a favor da emenda. Controvérsias a parte, o presidente Fernando Henrique Cardoso, amparado por uma coligação que incluía os três maiores partidos da época, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), o Partido da Frente Liberal (PFL) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) foi reeleito em primeiro turno com cerca de 53% dos votos

válidos. Em segundo lugar ficou Luiz Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT) com quase 32% dos votos. A disputa pela presidência em 1998 contou com doze candidatos.<sup>24</sup>

Para fins de ilustração apresentamos a **Figura 3**, referente ao Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores de 1998.



**Figura 3:** Capas dos cadernos temáticos do Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores para a Presidência da República de 1998.

<sup>24</sup> Captado em <http://www.duplipensar.net/...eleicoes/todas-as-eleicoes-para-presidente-da-republica-federativa-do-brasil.html>. Acesso em 29 de julho de 2010.

#### **4.4. O Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores para a Presidência da República de 2002.**

O quarto Programa de Governo foi apresentado à sociedade brasileira no ano de 2002. Neste ano ocorreu a quarta eleição direta para a presidência da República no Brasil, após o fim do regime militar e a retomada do processo de redemocratização do país.

Neste ano Luiz Inácio Lula da Silva foi vitorioso na eleição para presidente e analisando os cinco Programas de Governo, constatamos que o de 2002 é o mais completo quanto à variedade de temas<sup>25</sup>. Verificamos também que é, entre os cinco Programas, o que mais amplamente discute e apresenta propostas para as questões ambientais no Brasil, até então. O mesmo apresenta dois fascículos específicos relacionados à temática ambiental: o primeiro, intitulado “O lugar da Amazônia no desenvolvimento do Brasil” e o segundo, “Meio ambiente e qualidade de vida”.

Outro dado importante deste Programa, no que se refere à temática ambiental é que ele incorpora e amplia as questões relativas à mesma, presentes nos Programas de Governo anteriores, e, por conseguinte, com a vitória do candidato da “Coligação Lula Presidente”, foi o Programa que orientou as ações de governo no período de 2003 a 2006. Neste período, o Ministério do Meio Ambiente (MMA), foi administrado pela militante histórica do movimento ambientalista e do Partido dos Trabalhadores, Marina Silva, que participou ativamente nas discussões e decisões a respeito da inserção da temática ambiental em todos os Programas de Governos produzidos pelo PT, até então.

Quanto às suas características gerais o Programa de Governo de 2002, encontra-se organizado em quatorze cadernos temáticos, cuja caracterização apresentamos no **Quadro 4**.

**QUADRO 4** : Caracterização do Programa de Governo de 2002 do Partido dos Trabalhadores para a Presidência da República.

<b>CADERNO TEMÁTICO</b>	<b>PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS</b>
<b>CARTA AO POVO BRASILEIRO</b>	Carta assinada pelo próprio candidato Lula da Silva, endereçada ao “Povo Brasileiro”, comentando o crescimento da adesão à sua candidatura e alguns aspectos da transição governamental rumo a um governo “Democrático e Popular” , a qual será “inaugurada no Brasil a partir da sua eleição presidencial”
<b>BRASIL SEM</b>	Caderno temático que aborda a “Política de combate ao Racismo” e

<sup>25</sup> O Programa de Governo de 2002 é composto por quatorze cadernos temáticos, enquanto os Programas anteriores possuíam apenas seis cadernos temáticos, conforme já apontado.

<b>CADERNO TEMÁTICO</b>	<b>PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS</b>
<b>RACISMO</b>	apresenta propostas para a inclusão do negro na sociedade brasileira a partir do “princípios” de “promoção dos direitos e da justiça social”.
<b>COMBATE À CORRUPÇÃO</b>	Caderno temático no qual são apresentadas as propostas de combate à corrupção no Brasil considerada como “um vício histórico das elites” a ser expurgada.
<b>PROGRAMA DE GOVERNO 2002 COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE</b>	<p>Este caderno temático é subdividido em quatro capítulos, assim organizados:</p> <p>Crescimento, Emprego e Inclusão Social</p> <p>Introdução.</p> <p>Política Externa para Integração Regional e Negociação Global.</p> <p>O Desafio é ter uma Economia menos Vulnerável.</p> <p>Mobilização pela Produção e pelo Emprego.</p> <p>Inclusão Social com Justiça Ambiental.</p> <p>Educação e Cultura para Fortalecer a Coesão do País.</p> <p>Programa de Reformas.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Reforma Tributária.</li> <li>· Reforma da Previdência.</li> <li>· Reforma Agrária.</li> <li>· Reforma Trabalhista.</li> <li>· Reforma Política.</li> </ul> <p>Desenvolvimento, Distribuição de Renda e Estabilidade</p> <p>A Herança Econômica.</p> <p>A Herança Social.</p> <p>O Social como Eixo do Desenvolvimento.</p> <p>O Fortalecimento da Economia Nacional.</p> <p>A Dinâmica do Novo Modelo.</p> <p>A Política Industrial do Novo Modelo.</p> <p>A Transição para o Novo Modelo tem como Alvo o Crescimento.</p> <p>Inclusão Social</p> <p>A Política de Garantia de Renda Mínima.</p> <p>Programa de Combate à Fome.</p> <p>A Política de Educação.</p> <p>Uma Nova Política Educacional.</p> <p>A Política de Saúde.</p> <p>A Política de Assistência Social.</p> <p>Infra-estrutura e Desenvolvimento Sustentável</p> <p>Diretrizes Gerais.</p> <p>Fontes de Financiamento.</p> <p>Nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional.</p> <p>Reconstrução das Cidades e Desenvolvimento Urbano.</p> <p>Projeto Moradia.</p> <p>Mobilidade Urbana.</p> <p>Transporte.</p> <p>Políticas Ambientais, Saneamento e Meio Ambiente.</p> <p>Recursos Hídricos.</p> <p>Energia.</p> <p>Setor Elétrico.</p> <p>Setor Petróleo.</p> <p>Álcool Combustível.</p> <p>Tecnologia da Informação.</p> <p>Política de Infra-Estrutura de Comunicação Telecomunicações.</p>
<b>O LUGAR DA AMAZÔNIA NO DESENVOLVIMENTO</b>	Caderno temático inteiramente dedicado à região amazônica brasileira, organizado a partir dos seguintes temas:

<b>CADERNO TEMÁTICO</b>	<b>PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS</b>
<b>DO BRASIL</b>	<p>1- Introdução: apresenta o conteúdo básico do caderno temático</p> <p>2- Amazônia hoje: Aspectos Críticos e Potencialidades</p> <p>3. Propostas Para um Desenvolvimento Regional Sustentável.</p> <p>Neste capítulo primeiramente são analisados os temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- A Contribuição da Amazônia para o Brasil.</li> <li>- Recursos energéticos e hídricos.</li> </ul> <p>Em seguida, são apresentadas as propostas específicas para “promover o desenvolvimento sustentável” na região nas seguintes áreas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Recursos energéticos.</li> <li>- Recursos hídricos.</li> <li>- Pacto Federativo e Desenvolvimento Regional.</li> <li>- Gestão do território.</li> <li>- Divisão territorial</li> <li>- Um novo gerenciamento socioambiental para a Amazônia.</li> <li>- Diversificação da Base Produtiva Financiamento do desenvolvimento regional.</li> <li>- O Banco da Amazônia.</li> <li>- A ADA - Agência de Desenvolvimento da Amazônia.</li> <li>- O Pro ambiente Zona Franca de Manaus.</li> <li>- A tributação, os incentivos e o gasto público.</li> <li>- Geração de Emprego e Renda.</li> <li>- Oportunidades econômicas.</li> <li>- Biodiversidade amazônica: patrimônio da humanidade com soberania nacional.</li> <li>- Recursos aquáticos.</li> <li>- Recursos florestais.</li> <li>- Investimentos em sistemas de produção sustentáveis.</li> <li>- Investimentos no Desenvolvimento Humano.</li> <li>- Igualdade de direitos com a população negra e Respeito às culturas indígenas.</li> <li>- Culturas amazônicas fortalecidas.</li> <li>- Transportes e comunicações.</li> <li>- Centro de Lançamento de Alcântara.</li> </ul>
<b>SAÚDE PARA A FAMÍLIA BRASILEIRA</b>	<p>Caderno temático no qual são apresentadas as propostas específicas do Programa de Governo 2002 para a área da saúde.</p>
<b>MAIS E MELHORES EMPREGOS</b>	<p>Caderno temático no qual são apresentadas as políticas públicas para geração de emprego e distribuição de renda formuladas pelo Programa de Governo de 2002.</p>
<b>VIDA DIGNA NO CAMPO</b>	<p>Caderno temático que analisa as condições de trabalho no espaço rural brasileiro e apresenta propostas de políticas públicas para dignificar as relações produtivas e as condições de vida dos trabalhadores rurais brasileiros.</p>
<b>MEIO AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA</b>	<p>Caderno temático inteiramente dedicado às “questões ambientais”.</p> <p>Organizado a partir dos seguintes temas e capítulos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>I- Introdução.</li> <li>II- A crise ambiental no Brasil.</li> <li>III- Política socioambiental do governo Lula: Ministério do Meio Ambiente. Prioridade para a água. Saneamento ambiental.</li> </ul> <p>Diretrizes da política nacional de saneamento ambiental.</p>

CADERNO TEMÁTICO	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS
<b>COOPERAR E DESENVOLVER</b>	<p>Conservação de recursos naturais e biomas. Florestas. Mata Atlântica. Biodiversidade. Caatinga e Semi-árido. Cerrado. Pantanal. Mar e zona costeira. Recursos minerais. Alterações climáticas. Desertificação. Fontes alternativas para financiamento da política socioambiental. IV- propostas de integração com outras políticas</p>
<b>UMA ESCOLA DO TAMANHO DO BRASIL</b>	<p>Caderno temático que analisa e apresenta propostas para o cooperativismo no Brasil.</p> <p>Caderno temático no qual o programa de 2002 realiza um diagnóstico sobre a realidade educacional brasileira e apresenta o conjunto de propostas que nortearão as ações do Governo Lula da Silva para a área da educação no Brasil.</p>
<b>CONCEPÇÃO E DIRETRIZES DO PROGRAMA DE GOVERNO DO PT PARA O BRASIL</b>	<p>Caderno temático no qual é apresentada a “CONCEPÇÃO E DIRETRIZES DO PROGRAMA DE GOVERNO DO PT PARA O BRASIL”, organizado a partir dos seguintes temas ou capítulos:</p> <p><b>1- A Ruptura necessária:</b> Apresenta vinte e dois tópicos críticos, relacionados aos mais diversos assuntos, sobre a realidade brasileira e aos governos anteriores a 2002.</p> <p><b>2- As Bases de um programa Democrático e popular para o Brasil:</b> Defende o “novo modelo de desenvolvimento brasileiro deverá articular três eixos estruturantes: o social, o democrático e o nacional e analisa detalhadamente cada um desses “três eixos estruturantes”.</p>
<b>COMPROMISSO COM OS POVOS INDÍGENAS</b>	<p>Caderno temático no qual são apresentadas as bases das políticas públicas do programa de Governo de 2002, a serem implementadas para proteção dos direitos das populações indígenas.</p>
<b>COMPROMISSO COM AS MULHERES</b>	<p>Caderno temático no qual são apresentadas as políticas de proteção aos Direitos da Mulher.</p>

**Fonte:** Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores para a Presidência da República de 2002.

Quanto aos resultados, a eleição presidencial brasileira de 2002 ocorreu em dois turnos. O primeiro aconteceu em 6 de outubro de 2002 e o segundo, no dia 27 do mesmo mês. Após três tentativas, Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), conseguiu



eleger-se presidente com da República com aproximadamente 53 milhões de votos, concorrendo com o candidato do PSDB, José Serra.<sup>26</sup>

Para fins de ilustração apresentamos abaixo as a **Figura 4**, a qual apresenta as capas dos cadernos temáticos que compõem o Programa de Governo do PT de 2002.



**Figura 4:** Capas dos cadernos temáticos que compõem o Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores para a presidência da República de 2002.

<sup>26</sup> Captado em <http://www.duplipensar.net/...eleicoes/todas-as-eleicoes-pra-presidente-da-republica-federativa-do-brasil.html>. Acesso em 29 de julho de 2010.

#### 4.5. O Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores para a Presidência da República de 2006.

No ano de 2006, Luiz Inácio Lula da Silva foi candidato vitorioso como candidato concorrente à reeleição para presidente da República. Neste ano o Partido dos Trabalhadores apresentou seu quinto Programa de Governo à sociedade brasileira, como “diretrizes políticas” para o segundo mandato do presidente Lula da Silva.

Quanto às características gerais, o Programa de Governo de 2006, ampliou ainda mais as discussões temáticas se comparado ao Programa de 2002. Neste, além do “Programa Síntese”, que apresenta resumidamente os diversos propostas elaboradas pelas chamadas políticas setoriais, foram também apresentados os cadernos temáticos elaborados pelos diversos setores, em um total de 20 cadernos temáticos.

Devido a essa grande quantidade de cadernos temáticos, no **Quadro 5**, apresentamos, resumidamente o conteúdo abordado em cada um desses cadernos que compõem o Programa de Governo de 2006.

**QUADRO 5:** Caracterização do Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores para a Presidência da República de 2006.

CADERNO TEMÁTICO	CARACTERIZAÇÃO
PROGRAMA SETORIAL DE POLÍTICA ENERGÉTICA E MINERAL 2007/2010	Temas abordados: <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Energia elétrica</li> <li>▪ Petróleo</li> <li>▪ Gás e bicomustíveis</li> <li>▪ Geologia e mineração</li> </ul>
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL PARA UMA VIDA DIGNA NO CAMPO 2007/2010	Temas abordados: <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Balanço do governo lula</li> <li>▪ Objetivos</li> <li>▪ Políticas agrícolas</li> <li>▪ Reforma Agrária e democratização</li> <li>▪ Acesso à terra, cidadania e vida digna no campo</li> </ul> Políticas territoriais para o desenvolvimento Rural Sustentável
PROGRAMA SETORIAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AQUICULTURA E PESCA 2007/2010	Temas abordados: <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A produção de pescados no Brasil</li> <li>▪ Uma realidade que começa a ser mudada</li> </ul> Política de Desenvolvimento Sustentável de Aquicultura e Pesca 2007-2010
PROGRAMA SETORIAL DE ESPORTE E LAZER 2007/2010	Temas abordados: <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Balanço de atuação de Governo</li> </ul> Diretrizes e propostas de ação
PROGRAMA SETORIAL DE	Temas abordados:

CADERNO TEMÁTICO	CARACTERIZAÇÃO
TURISMO 2007/2010	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Histórico dos anos de Governo</li> <li>▪ Novos desafios</li> <li>▪ Propostas</li> </ul>
PROGRAMA SETORIAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL 2007/2010	<p>Temas abordados:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ O que encontramos em 2003</li> <li>▪ Desenvolvimento social para todos os brasileiros</li> <li>▪ Eixos orientadores gerais e propostas para 2007-2010.</li> </ul>
PROGRAMA SETORIAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA 2007/2010	<p>Temas abordados:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Apresentação</li> <li>▪ Atuação do Governo Lula</li> <li>▪ Diretrizes</li> </ul>
PROGRAMA SETORIAL DE TRANSPORTES 2007/2010	<p>Temas abordados:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A situação do setor dos transportes nos últimos anos.</li> <li>▪ Ações do Governo Lula – 2003-2006</li> <li>▪ Diretrizes e ações para 2007-2010.</li> </ul>
PROGRAMA SETORIAL DE SAÚDE 2007/2010	<p>Temas abordados:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ O SUS (Sistema Único de Saúde)</li> <li>▪ O Complexo produtivo de Saúde</li> <li>▪ A situação da Saúde no Brasil</li> <li>▪ Principais realizações do Governo Lula no sistema de saúde</li> <li>▪ Principais Diretrizes/Metas e ações para o período de 2007 a 2010.</li> </ul>
PROGRAMA SETORIAL CIÊNCIA E TECNOLOGIA 2007/2010	<p>Temas abordados:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Balanço do governo Lula (2003-2006) para a CT&amp;I. (sic)</li> <li>▪ Diretrizes e Ações para 2007-2010</li> </ul>
PROGRAMA SETORIAL JUVENTUDE 2007/2010	<p>Temas abordados:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Balanço do Governo Lula</li> <li>▪ Diretrizes e Metas Setoriais</li> <li>▪ Principais ações 2007-2010</li> <li>▪ Juventude e trabalho</li> </ul>
PROGRAMA SETORIAL MULHERES 2007/2010	<p>Temas abordados:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ O que o Governo Lula mudou na vida das mulheres</li> <li>▪ Hora de consolidar conquistas</li> <li>▪ Governar com e para as mulheres</li> <li>▪ Institucionalidade necessária</li> <li>▪ Propostas para fortalecer a promoção da igualdade</li> </ul>
PROGRAMA SETORIAL DE DIREITOS HUMANOS 2007/2010	<p>Temas abordados:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Balanço da atuação do Governo Lula</li> <li>▪ Atividades em Direitos Humanos</li> <li>▪ Prioridade no período 2007-2010</li> <li>▪ Ações específicas.</li> </ul>
PROGRAMA SETORIAL DE CIDADES 2007/2010	<p>Temas abordados:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Balanço geral</li> <li>▪ Propostas e metas gerais para a próxima gestão.</li> </ul>
PROGRAMA SETORIAL DE	<p>Temas abordados:</p>

CADERNO TEMÁTICO	CARACTERIZAÇÃO
SEGURANÇA ALIMENTAR 2007/2010	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Balanço do governo Lula</li> <li>▪ Metas e Diretrizes para a Segurança Alimentar e Nutricional</li> <li>▪ Principais ações para 2007-2010`</li> </ul>
PROGRAMA SETORIAL DE EDUCAÇÃO 2007/2010	<p>Temas abordados:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Garantia de Educação Básica de qualidade e democrática</li> <li>▪ Educação e diversidade</li> <li>▪ Alfabetização</li> <li>▪ Educação profissional e tecnológica</li> <li>▪ Educação Superior</li> <li>▪ Cooperação Internacional</li> <li>▪ Ações Integradas</li> <li>▪ Financiamento da educação</li> <li>▪ Democratização da gestão nacional de educação.</li> </ul>
PROGRAMA SETORIAL DE CIDADANIA GLBT 2007/2010	<p>Temas abordados:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ O Governo Lula e os GLBT</li> <li>▪ Lula de novo, construindo um Brasil sem preconceitos e discriminação</li> </ul>
PROGRAMA SETORIAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO	<p>Temas abordados:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Política Ambiental do Governo Lula</li> <li>▪ Desenvolvimento Sustentável no Brasil</li> <li>▪ Educação Ambiental</li> <li>▪ Proposta para 2007-20010</li> </ul>
PROGRAMA SETORIAL DE CULTURA	<p>Temas abordados:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Economia da Cultura</li> <li>▪ Financiamento</li> <li>▪ A construção pactuada do Sistema Nacional de Cultura</li> <li>▪ Identidade e Diversidade Cultural</li> <li>▪ Cultura Afro-brasileira</li> <li>▪ Cultura Viva: “Pontos de Cultura”: a arte de cada dia</li> <li>▪ O direito à memória</li> <li>▪ Cultivar a língua</li> <li>▪ Audiovisual: nosso rosto no espelho do mundo</li> <li>▪ Diálogo com outras culturas do mundo</li> </ul>
PROGRAMA SETORIAL DE IGUALDADE RACIAL	<p>Temas abordados:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Avanços para consolidar a Democracia no Brasil</li> <li>▪ Ação de Governo, um passo para a política de Estado</li> <li>▪ Compromisso renovado e ampliado</li> <li>▪ Gestão Pública</li> </ul>

**Fonte:** Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores para a Presidência da República de 2006.

As eleições de 2006 aconteceram em meio a uma nítida reorganização das forças políticas do país. Com relação aos resultados, as eleições presidenciais foram realizadas em

dois turnos, sendo que, o candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, venceu o candidato Geraldo Alckmin, do PSDB, no segundo turno com mais de 60% dos votos válidos.<sup>27</sup>

Segundo Couto (2010), com a “era Lula”, ocorreu um verdadeiro realinhamento do sistema partidário brasileiro, a partir da bipolarização nacional entre PT e PSDB, sendo que, os demais partidos políticos passam a representar “satélites” dessa bipolarização de forças políticas majoritárias.

Para fins de ilustração apresentamos as **Figuras 5 e 6** referentes ao Programa de Governo para a Presidência da República do Partido dos Trabalhadores de 2006.

---

<sup>27</sup> Captado em <http://www.duplipensar.net/...eleicoes/todas-as-eleicoes-para-presidente-da-republica-federativa-do-brasil.html>. Acesso em 29 de julho de 2010.



**Figura 5:** Capa do Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores para a presidência da República de 2006.



**FIGURA 6:** Capa do caderno temático “Política Ambiental Integrada para o Desenvolvimento Sustentável do Programa de Governo para a Presidência da República do Partido dos Trabalhadores de 2006.

## **5. OS TEMAS AMBIENTAIS PRIORIZADOS NOS PROGRAMAS DE GOVERNO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES.**

Neste capítulo apresentamos os temas ambientais priorizados nos cinco Programas de Governo do Partido dos Trabalhadores e demais partidos aliados nos diferentes processos eleitorais.

Durante a primeira etapa desta pesquisa, a que Bardin (1991), denomina “Pré-análise”, na qual realizamos a exploração do *corpus* documental, constatamos nos Programas de Governo a recorrência de diversos temas ambientais, os quais possibilitaram a realização do presente capítulo.

### **5.1. Os temas ambientais presentes no Programa de Governo para a Presidência da República de 1989 do Partido dos Trabalhadores.**

No Programa de Governo de 1989, referências à temática ambiental ocorrem de modo “insipiente”. Nossa hipótese explicativa para esta ainda insipiente explicitação relaciona-se ao fato de o ambientalismo e suas questões inscreverem-se no interior dos “novos movimentos sociais”, conforme já analisamos no capítulo 3 desta pesquisa, quando analisamos as relações históricas do PT como o movimento ambientalista no Brasil.

No referido contexto histórico<sup>28</sup>, no qual o Programa de Governo de 1989 foi elaborado, o PT e demais partidos de esquerda que compunham naquela conjuntura a “Frente Brasil Popular” estavam fortemente envolvidos pela tradição marxista e pelas orientações ideológicas do “socialismo real”, conforme podemos verificar na apresentação do caderno temático intitulado “As Bases do Plano Alternativo de Governo: síntese popular”, do qual destacamos um parágrafo, que consideramos bastante ilustrativo, como apresentação das características ideológicas gerais deste Programa, bem como das concepções políticas da chamada “Frente Brasil Popular”, composta pelo PT, PCdo B e PSB, partidos que deram sustentação e apoio à primeira candidatura de Lula da Silva à presidência da República:

O projeto do PT é claro: **QUEREMOS CONSTRUIR UMA SOCIEDADE SOCIALISTA** neste país. É nossa definição histórica, cujos traços vão ganhando contornos mais nítidos na medida em que amadurece

---

<sup>28</sup> Para uma leitura, a partir de uma abordagem histórica a respeito do contexto das eleições presidenciais brasileiras, ver LIMA JÚNIOR, O. B. “Eleições presidenciais: Centralidade, Contexto e Implicações”. **Rev. bras. Ci. Soc.** vol.14 n.40 São Paulo Jun. 1999.



nossa reflexão partidária. Não queremos apenas mais pão, mais terra, mais liberdade, mais escolas e moradias. **Queremos tudo isso e mais: a posse e o controle de todas as riquezas, de toda a produção e dos meios que a produzem sob o controle dos trabalhadores,** queremos a plena democracia e a participação real em todas as decisões importantes. **Para isso vamos acumular forças, derrotar os setores que sustentam o capitalismo e construir a sociedade socialista** (PT, PROGRAMA DE GOVERNO, 1989, p.1, destaque em caixa alto no original, grifos nossos).

Notamos claramente nesta citação um posicionamento ideológico de um projeto de sociedade bastante próximo daquelas propostas pela tradição revolucionária marxista ao longo do século XX, que preconizavam, de acordo com aquela perspectiva, a emancipação político-social da classe trabalhadora, especialmente por meio do controle dos “meios de produção”, do embate com os “sustentáculos” do capitalismo e pela construção de uma sociedade socialista.

É também significativo o fato de o referido Programa ter sido elaborado em um contexto de perplexidade diante da crise do “socialismo real”, cujo grande marco deu-se com a queda do muro de Berlim, fato que marcará significativamente a história dos movimentos políticos do século XX.<sup>29</sup>

Não é intuito de esta pesquisa analisar o modelo ou os modelos político-ideológicos de sociedade propostos pelos diversos Programas do PT, porém esta citação é bastante ilustrativa no sentido de corroborar a idéia de que incorporação da temática ambiental ocorreu de modo lento e gradativo no interior do PT.

Na Tabela 1, apresentamos os temas ambientais presentes no PG-PT de 1989, para posterior análise.

---

<sup>29</sup> Sobre o socialismo real, o processo histórico e a natureza global da crise que provocou o seu desmoronamento ver HOBBSAWM, E. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991** especialmente a parte três, “**O Desmoronamento**”. São Paulo: Companhia das letras, 1995. 598 p.

**TABELA 1:** Os temas relacionados à temática ambiental presentes no Programa de Governo para a Presidência da República do PT de 1989.

TEMAS	CADERNOS TEMÁTICOS/CITACÕES						
	Democracia	Economia	Sociedade	Plano Alternativo de Governo	Questão Urbana	Questão Agrária	Total de Citações
Energia	01	25	00	03	01	07	37
Amazônia	03	02	01	08	00	19	33
Meio Ambiente	03	01	01	07	01	01	14
Agrotóxicos	00	00	00	03	00	04	07
Ecologia	01	00	00	01	00	02	04
Impactos ambientais	00	01	00	00	00	02	03
Desenvolvimento auto sustentado	00	01	00	00	00	00	01
Sistema Ecológico	00	00	00	01	00	00	01
Reservas Extrativistas	00	00	00	00	00	01	01

**Fonte:** Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores para a Presidência da República de 1989.

Na tabela acima, verificamos que no Programa de Governo de 1989, três temas ambientais são predominantes; “Energia”, “Amazônia” e “Meio Ambiente”.

Consideramos que a inserção do tema “energia” faz-se absolutamente necessária, na análise sobre os temas ambientais nos referidos PG-PT, pois, a produção, uso racional e consumo sustentável de energia, bem como os impactos ambientais decorrentes da sua produção, estar intimamente relacionados à questão ambiental. Daí a importância de analisarmos como os referidos Programas de Governo tratam tais questões.

Os temas “Amazônia” e “energia”, apresentados muitas vezes de modo inter-relacionados, e, pelo fato de se fazerem amplamente presentes em todos os cinco Programas de Governo, os mesmos serão objetos de análise do capítulo seguinte desta pesquisa.

Sobre o tema “meio ambiente”, um aspecto relevante, é que o mesmo é inserido em todos os cadernos temáticos, sendo que muitas dessas inserções enfatizam a necessidade de políticas públicas preservacionistas para o meio ambiente. No caderno temático “Democracia”

este aspecto é enfatizado quando o Programa apresenta “oito pontos para a soberania”, sendo um deles:

Defesa de uma política internacional de respeito ao meio ambiente, assumindo a proteção da Amazônia e diretrizes para seu desenvolvimento que acatem a preservação ecológica, ao mesmo tempo em que exigiremos de todos os países, especialmente dos mais industrializados, vigorosas políticas de defesa do meio ambiente (PT, PROGRAMA DE GOVERNO, 1989, p. 21).

Outro aspecto relevante em relação aos temas citados em menor quantidade, tais como; “ecologia”, “impactos ambientais”, “reservas extrativistas”, “agrotóxicos”, no Programa de 1989, relacionados na **Tabela 1**, é que os mesmos são abordados em relação aos temas predominantes “energia”, “meio ambiente” e “Amazônia”, como podemos verificar nos exemplos das citações abaixo:

Em relação aos temas “agrotóxicos”:

**Agrotóxicos** - Propomos constituir uma comissão técnica para examinar os processos de importação, produção, comercialização e uso dos agrotóxicos, responsabilizando os infratores pelos danos **causados** à saúde dos trabalhadores e **ao meio-ambiente**. (PT, PROGRAMA DE GOVERNO, 1989, p. 17, grifos nossos).

Em relação ao tema “reservas extrativistas”:

Demarcaremos as terras indígenas e implantaremos as **reservas extrativistas**, apoiando a formação de cooperativas para beneficiamento da borracha, castanha, óleos e essências vegetais, de forma **compatível com a preservação da ecologia regional** (PT, PROGRAMA DE GOVERNO, 1989, p.16, grifos nossos).

O Programa refere-se às atividades econômicas extrativistas tradicionais realizadas pelos povos da floresta amazônica e à necessidade de que essas atividades sejam compatíveis com a preservação da região.

Ou em relação ao tema “impactos ambientais”:

A **energia** é necessária para todas as atividades econômicas e sociais, e energéticos diferentes podem ser usados para o mesmo fim. Por isso, o planejamento do sistema de produção e distribuição deve estar entrosado com as políticas gerais de governo e precisa levar em conta, de forma integrada, a eficiência, os usos e os **impactos ambientais** de cada fonte (PT, PROGRAMA DE GOVERNO, 1989, P. 19, Grifos nossos).

Como já afirmamos outras questões igualmente abordadas nessas citações, tais como; “as relações entre sustentabilidade, produção energética e impactos ambientais”, especialmente em relação à região amazônica, serão tratadas de modo mais pormenorizado, no capítulo seguinte.

Os temas “ecologia” e “sistema ecológico” são igualmente mencionados a partir de uma abordagem preservacionista no Programa de 1989, como podemos verificar:

[...] No Nordeste e em outras regiões, permanece significativo o peso da grande propriedade tradicional, enquanto a Amazônia se tornou alvo da cobiça de grandes grupos sem experiência no trato da **ecologia regional** e sem vocação agrícola (PT, PROGRAMA DE GOVERNO, 1989, p. 7, grifo nosso).

Ou ainda:

O modelo de desenvolvimento da Amazônia destrói a floresta, o **sistema ecológico**, além de causar danos à população (índios, seringueiros), violência e mortes (PT, PROGRAMA DE GOVERNO, 1989, p. 15, grifo nosso).

A marcante abordagem em relação ao aspecto preservacionista em relação à temática ambiental no Programa de 1989 está de acordo com a análise que Viola (2005), realiza a respeito do que denomina “movimento social ecologista” nas décadas de 1970 e 1980 e suas relações com as “democracias”. Segundo este autor:

[...] A democracia liberal estimula a superexploração competitiva de recursos escassos, os estilos de vida hedonistas, a liberdade entendida como capacitação ilimitada de ação individual, os jogos de poder irresponsáveis, o imediatismo e o descompromisso com as gerações futuras. A democracia contemporânea, além de capitalista na sua base sócio-econômica, é predatória na sua relação com a natureza. Para a ecologia política um novo dilema básico agrega-se aos outros dois fundamentais que dominaram o século XX (democracia-autoritarismo, capitalismo-socialismo): sociedade predatória-sociedade ecológica (VIOLA, 2005, p.5).

Fazendo o paralelo entre as análises de Viola com o PG-PT, no contexto da década de 80, nos pareceu que a leitura dos estudos de Viola, sobre o movimento ambientalista no Brasil, constituem uma referência para os atores sociais que escreveram o primeiro PG de 1989. Consideramos significativa esta constatação, apesar de não ser objetivo da nossa pesquisa, realizar análises na perspectiva teórica de “análise do discurso” sobre a temática

ambiental que se faz presente nos Programas de Governos aqui analisados, a partir dos atores sociais que o produziram <sup>30</sup>.

## **5.2. Os temas ambientais presentes no Programa de Governo para a Presidência da República de 1994 do Partido dos Trabalhadores.**

Como já mencionamos em outros momentos, diferentemente de 1989, o contexto histórico no qual se insere o Programa de Governo de 1994, favoreceu a ampliação da inserção da temática ambiental neste Programa, por fatores já analisados. Na tabela 2, vemos que, esta ampliação ocorre tanto no aspecto quantitativo - com a expressiva ampliação de referências a temas ambientais- quanto no aspecto qualitativo- com a inserção de novos temas.

No programa de 1994, no caderno temático “Bases do Programa de Governo”, um capítulo específico será dedicado à temática ambiental. Trata-se do capítulo V intitulado “Bases Ecológicas do Projeto Nacional de Desenvolvimento”. Além de este dado ser bastante significativo para comprovar nossa afirmativa sobre a ampliação da temática ambiental no Programa de 1994, outra importante constatação, como pode ser observado na **Tabela 2**, refere-se ao fato de os temas ambientais se fazerem também presentes em quase todos os demais cadernos temáticos que constituem o Programa de 1994, com exceção do caderno de saúde.

---

<sup>30</sup> No entanto, a constatação sobre tais aproximações discursivas pode abrir perspectivas para novos estudos que venham a se interessar pela “análise dos discursos” relacionados à temática ambiental, que se fazem presente nos Programas de Governo do PT e partidos aliados.

**TABELA 2:** Os temas relacionados à temática ambiental presentes no Programa de Governo para a Presidência da República do PT de 1994.

<b>CADERNOS TEMÁTICOS/CITACÕES</b>							
<b>TEMAS</b>	A Saúde no Governo Lula	Bases do Programa de Governo	O Nordeste E a Integração Nacional	Os compromissos da Frente Brasil Popular Com a saúde E com a vida	Reforçar a pequena produção	Reforma Urbana	Total de Citações
Energia	00	58	12	00	00	04	74
Meio Ambiente	00	39	04	07	02	03	55
Amazônia	00	19	00	01	00	00	20
Ecossistemas	00	14	01	00	00	00	15
Biodiversidade	00	14	00	00	00	00	14
Educação Ambiental	00	07	02	00	00	00	09
Unidades de Conservação	00	09	00	00	00	00	09
Degradação	00	08	00	00	00	00	08
Agrotóxicos	00	17	00	03	00	00	07
Preservação Ambiental	00	05	00	00	00	00	05
Desenvolvimento Sustentado	00	03	01	01	00	00	05
Zoneamento Ecológico- econômico	00	03	00	00	00	00	03
Reservas Extrativistas	00	02	00	00	00	01	02
Impactos ambientais	00	01	00	00	00	00	01
Desenvolvimento Sustentável	00	01	00	00	00	00	01
Sociedades Sustentáveis	00	01	00	00	00	00	01

**Fonte:** Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores para a Presidência da República de 1994.

A ampliação da temática ambiental observada é expressa particularmente na inserção de novos temas ambientais como pode ser observado na **Tabela 2**.

O tema “Meio Ambiente”, apesar de ser um tanto quanto genérico, é mencionado 55 vezes, predominantemente no caderno temático “Bases do Programa de Governo”.

Destacamos, a seguir, alguns aspectos a respeito desta significativa inserção do tema “meio ambiente” no referido caderno temático, pertencente ao Programa de Governo de 1994:

- **Defesa** uma nova concepção de desenvolvimento que seja plenamente compatível com a **preservação do meio ambiente** (p. 5).
- O Brasil afirmará sua vocação universal, em suas relações internacionais, **defenderá o meio ambiente** e os direitos humanos (p.6).
- O Governo Democrático e Popular terá uma postura ofensiva na **defesa** e aplicação de uma concepção de desenvolvimento auto-sustentável, ecologicamente responsável, em que o combate à pobreza e às injustiças sociais caminhe junto com a **defesa do meio ambiente** (p.75, grifos meus).

Nestas citações o Programa é enfático na defesa do meio ambiente - que seja plenamente compatível com a nova concepção de desenvolvimento<sup>31</sup> proposta - o que pressupõe a necessidade de implementação de políticas públicas para que tal defesa seja efetivamente posta em prática em nível de governo federal. Este aspecto enfático a respeito da necessidade de políticas públicas mais efetivas na defesa do meio ambiente representa no programa de 1994 uma crítica ao modelo econômico hegemônico e, por extensão, aos governos anteriores a 1994 no Brasil, assim expressa no caderno temático “Bases do Programa de Governo”:

Para caminhar em direção a este novo padrão de desenvolvimento, o Brasil precisa assumir uma nova visão de economia que supere a visão tradicional, predominantemente baseada no conceito de crescimento. Esta visão estimulou a obsolescência e **o consumo acelerado e foi responsável, em grande parte, pela degradação do ambiente e pelo esgotamento dos recursos globais da humanidade**, sem que tenha conseguido evitar o aumento da pobreza no mundo (PT, PROGRAMA DE GOVERNO, 1994, grifos nossos).

A necessidade de implementação de políticas mais efetivas para o meio ambiente, é também expressa nas referências feitas no mesmo Programa a respeito dos temas

---

<sup>31</sup> Mais adiante analisaremos as propostas e concepções para o novo modelo de desenvolvimento.

“biodiversidade”, “ecossistemas” e “zoneamento ecológico-econômico” as quais são inseridas no mesmo caderno temático acima citado, a partir das seguintes abordagens:

- Destaca-se, a questão da conservação do patrimônio genético e da biodiversidade. O correto equacionamento desta questão exige a combinação adequada da soberania do país sobre as decisões atinentes à preservação, pesquisa e uso apropriado do patrimônio genético e da **biodiversidade** presentes no território nacional, com a abertura necessária à cooperação e aos acordos internacionais que visem compartilhar com a humanidade os benefícios decorrentes da conservação dinâmica de tais recursos naturais. (p. 130). Grifo nosso.
- O presente capítulo trabalha alguns pontos específicos, mas, sobretudo, oferece outra maneira de olhar o país, a população e a ética do desenvolvimento: o recorte dos **ecossistemas**. A partir dessas bases iniciais deve-se buscar no governo Lula a participação dos cidadãos na formulação do **zoneamento ecológico e econômico** nacional, que se encontra em curso, da mesma forma que pode colaborar na revisão do Sistema Nacional de Meio Ambiente. (p.129, grifos nossos).

Temas menos citados tais como; “degradação”, “agrotóxicos”, “preservação ambiental” e “impactos ambientais” são referenciados no mesmo Programa de Governo novamente pela ótica preservacionista sobre o meio ambiente, aspecto que identificamos também no programa de 1989.<sup>32</sup>

### **5.3- Os temas ambientais presentes no Programa de Governo para a Presidência da República do Partido dos Trabalhadores de 1998.**

No Programa de Governo de 1998, constatamos certo arrefecimento a respeito da inserção da temática ambiental. Esse arrefecimento pode ser verificado primeiramente pela expressiva diminuição de citações de temas ambientais como pode ser observado na **tabela 3**:

---

<sup>32</sup> A análise a respeito da inserção do tema “sociedades sustentáveis” no Programa de 1994 será realizada posteriormente nesta pesquisa.



**TABELA 3:** Os temas ambientais presentes no Programa de Governo para a Presidência da República do PT de 1998.

<b>CADERNOS TEMÁTICOS/CITACÕES</b>							
<b>CATEGORIA</b>	Caderno de Agricultura	Caderno de Desenvolvimento	Caderno de Emprego	Caderno de Saúde	Carta Compromisso	Diretrizes do Programa de Governo	Total de Citações
Meio Ambiente	04	05	00	00	01	03	13
Energia	01	03	01	00	00	00	04
Amazônia	00	00	00	00	01	01	02
Educação Ambiental	00	01	00	00	00	01	02
Zoneamento Ecológico-econômico	02	00	00	00	00	00	02
Impactos ambientais	02	00	00	00	00	00	02
Ecossistemas	00	00	00	00	00	01	01
Biodiversidade	01	00	00	00	00	00	01
Degradação Ambiental	00	01	00	00	00	00	01
Desenvolvimento Sustentado	00	00	00	00	00	01	01
Desenvolvimento Sustentável	00	00	00	00	01	00	01

**Fonte:** Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores para a Presidência da República de 1998.

Como exemplo desta expressiva diminuição de citações, que sugere certo arrefecimento da temática ambiental no Programa de 1998, quando comparado aos Programas anteriores, podemos citar o exemplo do tema “meio ambiente”. Enquanto no programa de 1989 o referido tema é mencionado 14 vezes, ampliando-se para 55 citações no Programa de 1994, no Programa de 1998 são apenas 13 citações, mesmo sendo o tema ambiental mais citado no programa de 1998. Também não verificamos a inclusão de novos temas ambientais mas sim, a exclusão de temas importantes do ponto de vista de uma política ambiental mais consistente, como no caso do não aparecimento neste Programa do tema “sociedades sustentáveis”.

Desde a primeira leitura deste Programa, notamos este arrefecimento. A hipótese explicativa para tal fato relaciona-se aos aspectos do contexto político do qual o Programa de 1998 se insere.

Com a estabilidade econômica alcançada após inúmeros planos frustrados pelos governos anteriores, o sucesso do “Plano real” instituído pelo governo de Fernando Henrique

Cardoso, alavancou sua candidatura à reeleição. A vitória de FHC no primeiro turno das eleições presidenciais de 1998 é evidência maior do sucesso do “Plano Real” junto à opinião pública.

Nesse contexto, o Programa do PT e dos partidos aliados em 1998 assume um caráter de forte teor oposicionista. Neste, as propostas de Governo ocupam um plano secundário. Parece-nos que a prioridade no Programa de 1998 foi realizar um embate ideológico<sup>33</sup> frente à política neoliberal da era FHC<sup>34</sup>, conforme se pode verificar nas citações abaixo, extraídas do caderno temático “Diretrizes do Programa de Governo”:

A união das esquerdas se amplia conquistando importantes setores comprometidos com o progresso, a soberania nacional, a democracia e a ética na política. Ela expressa o sentimento de todos aqueles que condenam o atual estado de coisas e que querem superar os problemas que afligem nosso país há séculos, sumamente agravado pelo governo FHC. (PT, PROGRAMA DE GOVERNO, 1998, p. 2).

Ou ainda, na crítica à política de privatizações implementadas no período:

As privatizações torraram o patrimônio do povo brasileiro e para efetivá-las o governo não hesita em usar recursos públicos, que deveriam ser destinados para o aumento da produção e a geração de empregos. A política econômica do governo FHC está baseada na valorização artificial da moeda, na abertura irresponsável da economia, na manutenção de altos juros e nas privatizações. A estabilização obtida assentou-se sobre pés-de-barro (PT, PROGRAMA DE GOVERNO, 1998, p.4).

Este incisivo teor oposicionista presente no Programa de governo de 1998, reflete-se igualmente na composição política partidária que formaram as alianças de apoio à candidatura de Lula da Silva em 1998. Esta composição além de PT, PSB e PC do B, foi ampliada pelo apoio do PDT, que indicou Leonel Brizola como vice de Lula, compondo a chamada “União do Povo - Muda Brasil”. Veja-se:

A União do Povo - Muda Brasil é uma efetiva opção de poder.

---

<sup>33</sup> Para um a leitura ampla do referido embate ideológico entre PT e PSDB nas eleições presidenciais, ver MARTINS JÚNIOR, J.P. “**A disputa entre PSDB e PT nas eleições presidenciais – 1994-2006**”. (tese de doutorado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH/USP). São Paulo 2007.

<sup>34</sup> Sobre os aspectos políticos do neoliberalismo e seu importante papel no processo de redemocratização Brasil, ver NEGRÃO, J.J.O. “**O governo FHC e o neoliberalismo**”. Disponível em: <http://www.scholar.google.com.br>. Acesso em: 12 Jul. 2010.

Seu Programa aponta para uma mudança profunda da economia, da sociedade e da política brasileiras em proveito das grandes majorias, em especial dos trabalhadores.

A união das esquerdas se amplia conquistando importantes setores comprometidos com o progresso, a soberania nacional, a democracia e a ética na política (PT, PROGRAMA DE GOVERNO, 1998, p.2).

Vemos, assim, que no Programa de 1998, avanços programáticos relacionados aos “novos movimentos sociais”, inseridos de modo mais amplo no programa de 1994 foram relegados a segundo plano. O Programa de 1998 por assumir caráter oposicionista, como apontado, é bastante focado nos aspectos político-econômicos da realidade brasileira daquele contexto.

A respeito da temática ambiental consideramos que o Programa de 1998, apresenta certo retrocesso ou arrefecimento quando comparado ao Programa de 1994. O enfoque sobre o meio ambiente continua a ser fundamentado a partir de uma abordagem preservacionista, conforme podemos constatar na citação abaixo, extraída do caderno temático “Diretrizes do programa de Governo”, do tópico 11, intitulado “Meio Ambiente”, o qual apresenta um programa mínimo de ações em caso de vitória no pleito eleitoral:

- a preservação do meio ambiente e a busca do desenvolvimento sustentado serão princípios do novo governo e estará presentes no planejamento e na execução de todas suas iniciativas, especialmente nas políticas de infraestrutura, industrial, agrícola, de ciência e tecnologia;
- trabalho permanente de conservação de espécies e ecossistemas;
- política florestal de conservação, reposição e uso múltiplo;
- fortalecimento das funções reguladoras, da fiscalização, do controle e da aplicação da legislação ambiental [...] (PT, PROGRAMA DE GOVERNO, 1998, p.12).

Novamente este enfoque de caráter preservacionista no programa de 1998, aparece relacionado à proposta de um novo modelo de desenvolvimento denominado “desenvolvimento sustentado”.

#### **5.4- Os temas ambientais presentes no Programa de Governo para a Presidência da República do Partido dos Trabalhadores de 2002.**

O contexto no qual ocorrem as eleições presidenciais de 2002 favoreceu de maneira significativa a vitória da candidatura oposicionista de Lula da Silva ao “Palácio do Planalto”. No contexto, no qual se deu o processo eleitoral, o fator mais relevante a ser destacado, parece ser a avaliação negativa que o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso passou a ter junto ao eleitorado brasileiro.

De acordo com a pesquisa realizada por Carreirão (2004), fica evidenciado que, ao longo dos dois mandatos, houve uma queda brutal da avaliação do referido governo entre o 1º e o 2º mandatos.<sup>35</sup>

Portanto, é nesse “clima de euforia” e de expectativa pela iminente vitória do candidato Lula da Silva, após as derrotas eleitorais nas três candidaturas anteriores, que foi elaborado o Programa de Governo de 2002.

Parece-nos que esta atmosfera de vitória favoreceu a elaboração de um Programa mais amplo e consistente, se comparado ao de 1998. Esta ampliação é evidente inclusive no aspecto quantitativo. Enquanto o Programa de 1998 é constituído por apenas 74 páginas em seis cadernos temáticos, o Programa de 2002 possui 343 páginas, com quatorze cadernos temáticos, sendo que, se considerarmos apenas os dois cadernos mais diretamente relacionados à temática ambiental, ou seja; o caderno “Meio Ambiente e Qualidade de Vida” e o caderno “O Lugar da Amazônia no Desenvolvimento do Brasil” somam 72 páginas, ou seja, quase a mesma quantidade de todo o Programa de 1998. Este dado nos permite inferir que houve, de fato, uma significativa ampliação e valorização da temática ambiental no Programa de 2002.

De fato, com a iminente vitória da Lula da Silva, nos parece, de acordo com os dados coletados que o Programa de Governo de 2002 preocupou-se em contemplar as reivindicações históricas de diversos setores dos movimentos sociais, com muitas das suas lideranças atuando organicamente no PT, naquele contexto.

Deste modo, as reivindicações do movimento ambientalista - particularmente dos setores desse movimento que vinham dialogando e incorporando uma militância orgânica no interior do Partido dos Trabalhadores ao longo da sua trajetória enquanto instituição política organizada - aparecem de modo expressivo no Programa de Governo de 2002.

---

<sup>35</sup> O autor evidencia por meio de análises de gráficos baseados em pesquisas de opinião pública do instituto Data-folha, a vertiginosa queda de avaliação do governo FHC, especialmente no seu segundo mandato.

A ampliação, bem como a valorização e o acolhimento das reivindicações históricas do movimento ambientalista no Programa de Governo de 2002, podem ser observados também, como apresentado na **Tabela 4**, na inclusão de novos temas, além da ampliação quantitativa já mencionada.

**TABELA 4:** Os temas ambientais presentes no Programa de Governo para a Presidência da República do PT de 2002.<sup>36</sup>

TEMA	CADERNOS TEMÁTICOS/CITACÕES						
	Programa de Governo 2002 da coligação Lula presidente	Concepções e diretrizes do Programa de Governo do PT para o Brasil	Compromisso com os Povos indígenas	O lugar da Amazônia no desenvolvimento do Brasil	Meio Ambiente e qualidade de vida	Uma Escola do tamanho do Brasil	Total de Citações
Amazônia	04	00	01	158	20	00	183
Meio Ambiente	04	02	03	08	64	00	81
Biodiversidade	00	00	00	27	23	00	50
Energia	25	03	00	11	10	00	49
Desenvolvimento sustentável	04	01	00	11	08	02	26
Ecosistemas	01	00	00	06	06	00	13
Educação Ambiental	00	00	00	01	11	00	12
Unidades de Conservação	00	00	00	10	02	00	12
Reservas Extrativistas	00	00	00	04	05	00	09
Impactos ambientais	01	00	00	03	04	00	07
Política ambiental	01	00	02	00	04	00	07
Política socioambiental	00	00	00	00	04	00	04
Transgênicos	00	00	00	01	05	00	06
Reflorestamento	00	00	00	01	04	00	05
Degradação	00	01	00	00	04	00	05

<sup>36</sup> Devido à maior quantidade de cadernos temáticos no Programa de Governo de 2002, nesta tabela incluímos apenas os cadernos temáticos que fazem alguma referência a temas ambientais. Portanto, os cadernos que não apresentam nenhuma referência a essas categorias não foram incluídos nesta tabela.

TEMA	CADERNOS TEMÁTICOS/CITACÕES						
	Programa de Governo 2002 da coligação Lula presidente	Concepções e diretrizes do Programa de Governo do PT para o Brasil	Compromisso com os Povos indígenas	O lugar da Amazônia no desenvolvimento do Brasil	Meio Ambiente e qualidade de vida	Uma Escola do tamanho do Brasil	Total de Citações
Ambiental							
Agrotóxicos	00	00	00	02	02	00	04
Zoneamento Ecológico-econômico	00	00	00	02	02	00	04
Sustentabilidade Ambiental	00	00	00	01	03	00	04
Áreas de Preservação Permanente (APP)	00	00	00	01	02	00	03
Crise ambiental	00	00	00	00	02	00	02

**Fonte:** Programa de Governo do Partido dos trabalhadores para a Presidência da República de 2002.

Com pode ser observado na

**Tabela 4**, os temas ambientais não mencionados ou pouco mencionados nos Programas de Governos anteriores, ocupam expressivo destaque no Programa de 2002, ocorrendo também grande ampliação de citações sobre os mesmos.

Comparando as **Tabelas 3 e 4** vemos que os temas como “biodiversidade”, “ecossistemas”, “Educação Ambiental”, “Unidades de Conservação”, “Políticas socioambientais”, “transgênicos”, “sustentabilidade ambiental”, se inscrevem entre aqueles que são poucos citados no Programa de 1998 e que passam a ocupar destaque no Programa de Governo de 2002, evidenciando, uma vez mais, a ampliação da temática neste Programa.

Outro exemplo significativo, que nos permite constatar a ampliação das discussões e propostas relacionadas à temática ambiental no programa de Governo de 2002, refere-se a inclusão no caderno temático “Meio Ambiente e Qualidade de Vida” de um capítulo exclusivamente dedicado à análise da “Crise ambiental no Brasil”. Trata-se do capítulo II do referido caderno temático. O caderno é iniciado com uma referência explícita à questão do “esvaziamento de políticas públicas e o isolamento da área ambiental”. Veja-se:

A Conferência de Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, realizada no Rio de Janeiro, em 1992 - a Eco 92 - reuniu mais de 100 chefes de Estado de todo o mundo. Entretanto, em lugar de uma política ambiental abrangente, íntegra na defesa de nosso patrimônio natural, com incentivos a alternativas produtivas sustentáveis, **o que se viu no país foi o esvaziamento de políticas públicas e o isolamento da área ambiental, relegada à condição de setor secundário.**

As conseqüências desse equívoco foram o agravamento da degradação ambiental nas cidades, no campo e nas florestas (PT, PROGRAMA DE GOVERNO , 2002, P. 9, grifos nossos).

Notamos que o documento tece uma enfática crítica aos governos anteriores a 2002, ao considerar que mesmo com a realização da Eco-92, o que se viu no país foi o esvaziamento de políticas públicas e o isolamento da área ambiental. Tais governos são responsabilizados pelo agravamento da degradação ambiental no Brasil, devido ao fato, de terem relegado a um plano secundário a questão ambiental. Isto pressupõe que, em caso de vitória no pleito eleitoral - como de fato ocorreu - no governo de Lula da Silva, as políticas públicas visando a construção da sustentabilidade ambiental seriam prioritárias.

Ora, de fato, esta é uma questão bastante complexa. Como já afirmamos, não é propósito desta pesquisa, avaliar até que ponto o desempenho do governo Lula na área ambiental, ao longo dos seus dois mandatos presidenciais, de 2003 a 2010, contemplou as reivindicações históricas do movimento ambientalista ou os compromissos programáticos para a área ambiental, inseridos nos Programas de Governo aqui analisados, sendo esta, portanto, uma via de análise, que permite amplas discussões, cabendo a novos estudos buscas de respostas mais consistentes. No entanto, esta pesquisa tem o propósito de contribuir com este debate, ao realizar reflexões sobre o processo em questão.

Ainda no capítulo “A crise ambiental no Brasil”, temas polêmicos relacionados às políticas públicas ambientais são analisados a partir de uma postura crítica e oposicionista aos governos anteriores a 2002, especialmente ao governo FHC, como se pode notar na síntese abaixo:

**Convenções.** No debate acerca da Convenção sobre Alterações Climáticas, o governo brasileiro assumiu posição de destaque nas negociações do Protocolo de Kyoto, mas não vem cumprindo satisfatoriamente o seu papel na redução das emissões de gases de efeito estufa [...] (PT, PROGRAMA DE GOVERNO, 2002, p.9).

**Destruição das florestas.** Neste item, são mencionados índices fundamentados em dados divulgados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), que comprovam expressivo aumento de devastação da floresta amazônica, inabilidade dos governos anteriores em aprovar leis de proteção aos remanescentes da mata atlântica, devastada em mais de 90% da sua área original e ocupação predatória do bioma Cerrado, com conseqüências desastrosas, tais como; perda de diversidade biológica, a concentração da riqueza, a exclusão social e a desintegração de modos tradicionais de vida baseados no uso de recursos locais. (PT, PROGRAMA DE GOVERNO, 2002, p.9-10).

Na seqüência do referido capítulo, temas como “saneamento ambiental”, “desenvolvimento rural”, “secas” são tratados igualmente a partir de uma perspectiva crítica em relação aos governos anteriores. Entre esses, merece destaque, a forma como o Programa de 2002 trata a questão da produção de produtos transgênicos:

***Transgênicos.*** De acordo com o princípio da precaução, consagrado na Agenda 21, quanto ao potencial impacto dos transgênicos à saúde e ao meio ambiente, o Brasil ainda não pode comercializar os organismos geneticamente modificados (OGMs). Mas o atual governo vem pressionando o Congresso a votar projeto de lei que facilita a liberação dos transgênicos, sem a necessidade de realizar estudos toxicológicos ou ambientais preliminares. Recentemente, o Executivo baixou uma Medida Provisória (2.137/2000), conferindo amplos poderes decisórios para a CTNBio, que já se mostrou abertamente favorável aos OGMs e tem tido, por isso mesmo, sua representatividade diretamente questionada. (PT, PROGRAMA DE GOVERNO, 2002, p. 12).

Vê-se claramente nesta citação uma postura absolutamente contrária à produção e liberação da comercialização de produtos transgênicos. Estando, portanto, o Programa de Governo de 2002, em concordância com a postura histórica do movimento ambientalista a respeito de tal polêmica, que sempre foi contrária a liberação e comercialização de tais produtos.

Ao longo da campanha eleitoral o Partido dos Trabalhadores foi o único partido que defendeu explicitamente sua posição contrária à rápida liberação dos OGM no Brasil. Em seu Programa de Governo essa posição era fundamentada em uma análise crítica aos argumentos “neo-malthusianos” de que a transgenia era uma solução capaz de reduzir a escassez de alimentos. Adotando um discurso tipicamente de esquerda, o programa enfatizava o risco da dependência tecnológica e econômica das empresas produtoras de sementes transgênicas, além do risco de acesso aos mercados externos que dão preferência aos produtos não



geneticamente modificados (INSTITUTO DA CIDADANIA, 2001 *apud* PELAEZ; ALBERGONI 2004).

O Programa de Governo de 2002 enfatizava ainda a importância de se estabelecer procedimentos de controle aos cultivos clandestinos de OGM no país, bem como de estudos de impactos ambientais, toxicológicos e socioeconômicos que contemplassem a posição estratégica do país no mercado internacional de produtos agrícolas (PT, PROGRAMA DE GOVERNO, 2002, p. 28).

Pelaez (2004), analisando as mudanças de rumo do governo Lula da Silva em relação à polêmica sobre os transgênicos, afirma que:

Quando em campanha para a Presidência da República, o então candidato Luiz Inácio Lula da Silva chegou a afirmar: “eu sou radicalmente contra [a liberação dos transgênicos] e acho um retrocesso o governo fazer isso. Isso, na verdade, está acontecendo porque mais uma vez a elite política desse país se rende ao fascínio de uma multinacional” (Folha de S. Paulo, 2003). Ao assumir o poder em janeiro de 2003 este discurso perdeu, no entanto a sua validade, com a nomeação dos novos ministros de estado. A fim de assegurar a governabilidade, a nomeação do ministério significou acomodar os aliados políticos representando diferentes interesses, inclusive no que concerne à regulamentação dos OGM. Nesse contexto, três ministros tinham maior destaque: o Ministro da Agricultura, o da Indústria, Comércio e Desenvolvimento que eram favoráveis à rápida liberação dos OGM, e a Ministra do Meio Ambiente que defendia uma regulamentação mais rígida e transparente para esses produtos (PELAEZ; ALBERGONI, 2004, p. 29).

Ora, estes dados são bastante significativos quanto a evidências de posturas contraditórias do PT enquanto oposição e posteriormente como governo sobre a polêmica em torno dos chamados OGM.

Como é de conhecimento público, a primeira crise de posturas opostas entre o Ministério do Meio Ambiente, na gestão Marina Silva, ocorrida ainda no primeiro mandato de Lula, deu-se justamente em relação à polêmica a respeito dos transgênicos, com os rumos tomados pelo mesmo governo, concedendo a liberação da comercialização de produtos transgênicos no sul do país.

Este fato tornou pública a mudança de discurso, bem como a postura predominante no governo Lula da Silva em torno da polêmica sobre a liberação do cultivo e da comercialização de organismos geneticamente modificados (OGMs).<sup>37</sup> Tal fato teve grande repercussão social, mobilizando amplos setores da sociedade brasileira.

---

<sup>37</sup> Sobre a atuação dos diversos atores sociais em torno da referida polêmica ver BOTELHO, R.M. “O terceiro setor e a democracia modificada: um estudo da mobilização civil contra a liberação de transgênicos no Brasil”.

O Ministério do Meio Ambiente assumiu, no caso em questão, uma postura de fidelidade quanto aos posicionamentos assumidos no Programa de Governo de 2002, mantendo-se contrário à comercialização, enquanto que, os setores majoritários do governo cederam às pressões dos grupos econômicos interessados, decidindo pela liberação da comercialização dos transgênicos.

Analisando ainda, o caderno temático “Meio Ambiente e Qualidade de Vida”, relacionamos, no **Quadro 6**, as principais propostas programáticas do Programa de 2002, as quais o Programa promete implementar no caso de vitória de Lula da Silva no pleito eleitoral.

Estas propostas, “deverão orientar a atuação do governo Lula rumo a um desenvolvimento ecologicamente sustentável, socialmente justo e economicamente viável.” (PT, PROGRAMA DE GOVERNO, 2002, p.12).

**QUADRO 6:** Propostas de ação constantes no capítulo “Política socioambiental do governo Lula”, do programa de Governo de 2002.<sup>38</sup>

PROPOSTAS	AÇÕES PRIORITÁRIAS
“ÁGUA VIVA”	Criar um Programa Nacional de Revitalização das Águas, por meio de mobilização nacional, envolvendo os Comitês de Bacia na recuperação e despoluição das águas, nascentes, florestas ciliares e áreas de recarga de aquíferos.
“CONVIVENDO COM O SEMI-ÁRIDO”	Implantar um Programa Permanente de Convivência com o Semi-Árido, por meio da Bolsa-Produção, dos agentes de desenvolvimento do semi-árido e dos conselhos municipais de meio ambiente e desenvolvimento sustentável, existentes ou a serem criados no interior do Nordeste.
“SANEAMENTO AMBIENTAL”	Formular uma Política Nacional de Saneamento Ambiental a partir de uma Conferência Nacional que assegure o acesso à água de boa qualidade e o direito ao ambiente saudável para todos, com equidade, participação e controle social.
“ARCO DE REFLORESTAMENTO”	Uma mobilização de recuperação florestal, articulando, com base no Zoneamento Ecológico-Econômico, programas e estudos sobre a Amazônia, como o Programa Nacional de Biodiversidade, o PPG-7, o Proambiente, o Proteger, o LBA, a fim de estancar e reverter a tendência do Arco do Desmatamento na região Norte (RO, MT, TO e PA).
“RENDA AMBIENTAL”	Estudar a criação de um programa de compensação financeira, nos moldes da Renda Mínima ou Bolsa-Escola, para atender populações tradicionais

**Revista Sociedade e Cultura, v. 7, n. 1, jan/jun. 2004, p. 46-60.** Para uma leitura sobre a mesma polêmica a partir de uma perspectiva de “análises dos discursos” ver BRUNELLI, A.F. “O interdiscurso na polêmica sobre os transgênicos: pré-construídos e simulacros”. **Rev. Est. Ling.**, Belo Horizonte, v. 17, n. 1 p.235-250, jan./jun. 2009.

<sup>38</sup> Mantivemos o título das 13 propostas em caixa-alta, do modo como constam no Programa de Governo de 2002.

PROPOSTAS	AÇÕES PRIORITÁRIAS
	agroextrativistas.
“CIDADE SUSTENTÁVEL”	Desenvolver um programa intergovernamental de investimento na revitalização de áreas degradadas das grandes cidades, reordenando o espaço urbano e mobilizando os cidadãos para a melhoria do bem-estar social e da qualidade de vida individual.
“EMPREGO E MEIO AMBIENTE”	Criar programas especiais de geração de emprego, incentivando a indústria de reciclagem, reflorestamento, saneamento ambiental, despoluição das águas, obras e construções urbanas, viveiros e plantio de árvores, contenção de encostas etc.
“CONFERÊNCIA AMBIENTAL”	Realizar um amplo debate sobre os grandes problemas do país na área ambiental e a implementação da Agenda 21, a partir de Conferências estaduais e municipais, a serem realizadas em conjunto com uma Bienal do Desenvolvimento Sustentável – “mostra nacional” e internacional de projetos, saber científico e popular, tecnologia apropriada e negócios sustentáveis.
“MATA ATLÂNTICA URGENTE”	Implementar um conjunto de ações de controle e fiscalização dos biomas nacionais ameaçados, em especial a Mata Atlântica, implantando corredores ecológicos e restaurando áreas degradadas.
“REFORMA AGRÁRIA SUSTENTÁVEL”	Criar, no âmbito da reforma agrária, um programa de apoio a assentamentos, com saneamento rural, assistência técnica e extensão, apropriadas a áreas de floresta, cerrado, várzea, semi-árido, proteção das áreas de preservação (APP) e ao uso adequado das reservas legais, criando novas reservas extrativistas, pólos agro-florestais e programas de saneamento.
“EDUCAÇÃO AMBIENTAL”	Reestruturar e consolidar o Programa Nacional de Educação Ambiental, envolvendo educadores formais, não-formais e populares de todo o país, mantendo vivo o objetivo permanente de valorizar o patrimônio natural e cultural brasileiro;
“BIODIVERSIDADE”	Rediscutir a Política Nacional de Biodiversidade, mobilizando a comunidade científica, populações locais e tradicionais, governos estaduais e municipais, para ações e medidas de bioprospecção e proteção do patrimônio biológico do país, assegurando a repartição justa e equitativa dos benefícios com as comunidades, de acordo com a Convenção da Diversidade Biológica;
“SISNAMA”	Reestruturar os órgãos do (Sisnama,) SISNAMA estabelecendo competências específicas; articulando com o Sistema de Recursos Hídricos; ampliando os investimentos do Fundo Nacional do Meio Ambiente; fortalecendo o (Conama;) CONAMA redefinindo as funções do (Ibama); IBAMA e assegurando ao Ministério do Meio Ambiente a centralidade da política ambiental no conjunto do governo.

**Fonte:** Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores para a Presidência da República de 2002.

A julgar pelas amplas proposta apresentadas no **Quadro 6**, consideramos que o Programa de Governo de 2002 é bastante abrangente no sentido de inclusão de várias reivindicações históricas do

movimento ambientalista nacional e internacional, no intuito de consolidá-las como políticas públicas estruturadas.

Este caráter avançado, a respeito da inclusão da temática ambiental no Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores de 2002, revela-se pela ampliação da inclusão da temática ambiental no Programa.

A partir das propostas apresentadas, nos parece que o grupo de ambientalistas sob a liderança de Marina Silva, identificado com uma proposta de construção de um governo ecosocialista<sup>39</sup>, atuou determinantemente para que a inclusão das amplas propostas relacionadas a “políticas ecológicas”<sup>40</sup>, no Programa de Governo do PT e partidos aliados de 2002. Este dado pode ser observado também em outros momentos dos cadernos deste Programa.

### **5.5- Os temas ambientais no Programa de Governo para a Presidência da República do Partido dos trabalhadores de 2006.**

O Programa de Governo de 2006 possui um caráter bastante diferenciado em relação aos Programas anteriores. Como se trata de um Programa elaborado pelo partido que se encontra na condição de governo e que pleiteia a reeleição e não mais de caráter oposicionista, como nos Programas anteriores, o mesmo expressa em seu conteúdo duas características marcantes: a necessidade de continuidade das ações e mudanças implementadas no primeiro mandato, bem como a defesa ideológica em relação às ações do governo, no sentido de convencimento do eleitorado de que o país caminhava “no rumo certo” com a presidência de Lula da Silva.

Esses dois aspectos podem ser percebidos a partir das ações concretas de governo para a área ambiental evidenciados no **Quadro 7**, implementadas pelo governo liderado pelo Partido dos Trabalhadores no período de 2003 a 2006, especificamente na área de políticas socioambientais.

---

<sup>39</sup> Sobre os princípios fundamentais do “ecosocialismo”, bem como a identificação de setores militantes do PT com a causa ecosocialista ver ALEXANDRE, A.F., “O papel dos atores sociais do ambientalismo na reorganização das políticas públicas do estado brasileiro”. **Civitas – Revista de ciências Sociais**, v.5 n.1, jan.-jun. 2005.

<sup>40</sup> De acordo com Alexandre (2005), “A categoria *políticas ecológicas* designa aqui uma diversidade de formas de intervenção política promovidas por ambientalistas nos contextos sociais marcados por crise de participação política, cultural e de sobrevivência. ALEXANDRE, A.F. O papel dos atores sociais do ambientalismo na reorganização das políticas públicas do Estado brasileiro. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v.5, n.1, jan.-jun. 2005.

**QUADRO 7:** Principais Realizações do Governo Lula da Silva no mandato presidencial de 2003 a 2006, de acordo com o Programa de Governo 2007 – 2010.

TEMAS DESTACADOS	PRINCIPAIS REALIZAÇÕES
Plano reduz desmatamento	<ul style="list-style-type: none"> <li>- desmatamento tratado por meio da ação conjunta de 15 ministérios;</li> <li>- redução na taxa de desmatamento de 31% no período de 2004/5 e de 11% em 2005/6.</li> </ul>
BR -163 Uma estrada sustentável	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Plano concebido para promover o desenvolvimento sustentável e evitar impactos negativos da obra;</li> <li>-Objetivo: fortalecer políticas de gestão associadas à criação e implementação de áreas protegidas, à viabilização de oportunidades econômicas em bases sustentáveis e à consolidação de políticas de monitoramento e controle ambiental para coibir a degradação de recursos naturais.</li> </ul>
Nova lei para Florestas Públicas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Lei de Gestão de Florestas Públicas, sancionada em março de 2006;</li> <li>- estabelece regras para o uso sustentável, criando o Serviço Florestal Brasileiro e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal.</li> </ul>
30 milhões de hectares Em UCs	<ul style="list-style-type: none"> <li>- criação de cerca de 30 milhões de hectares em UCs em todos os biomas;</li> <li>- em dez anos o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa), protegerá 50 milhões de hectares, criando e implementando UCs, de proteção integral e uso sustentável e consolidando UCs de proteção integral.</li> </ul>
COP-8 no Brasil	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pela primeira vez o Brasil foi sediado a 8ª. Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP-8), e a reunião das Partes do Protocolo de Cartagena (MOP-3).</li> </ul>
Águas têm plano no Brasil	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Foi lançado o plano Nacional de Recursos Hídricos;</li> <li>- O Brasil foi o primeiro país da América Latina, a definir diretrizes, metas e programas para garantir o uso racional da água;</li> <li>- criação de dois comitês federais de bacia hidrográfica.</li> </ul>
Política para povos e comunidades tradicionais	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Foi criada a Comissão nacional para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades tradicionais;</li> <li>- atendimento pelo MMA de 110 mil famílias de comunidades indígenas e quilombolas através de projetos;</li> <li>- foram criadas no período de 2003-2006 dezenove novas reservas extrativistas de desenvolvimento sustentável.</li> </ul>
Contra a desertificação	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Foi elaborado o Programa de Ação nacional de Combate à Desertificação (PAN-Brasil) e o Projeto Água Doce (PAD), com o objetivo de ampliar a renda e fortalecer o desenvolvimento sustentável nas chamadas Áreas Suscetíveis à Desertificação;</li> <li>- Foi editado pela Agência Nacional das Águas (ANA), o Atlas Nordeste sobre abastecimento Urbano e Água com 1.300 municípios.</li> </ul>
Fortalecimento do (Sisnama) SISNAMA	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O MMA concluiu, em 2005, a instalação de 26 Comissões tripartites estaduais e a Bipartide do Distrito federal;</li> <li>- As comissões foram instituídas como um espaço de diálogo entre os órgãos e entidades ambientais dos municípios, dos Estados, do Distrito federal e da União, com o objetivo de fortalecer o Sistema Nacional do Meio Ambiente –( Sisnama) SISNAMA</li> <li>- Foi iniciado o processo de regulamentação do artigo 23 da Constituição, que prevê a gestão ambiental compartilhada e descentralizada.</li> </ul>
Sistema nacional de	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O (Sinima,) SISNAMA instituído pela lei nº 6.938, de 1981, começou a ser</li> </ul>

TEMAS DESTACADOS	PRINCIPAIS REALIZAÇÕES
Informações sobre Meio Ambiente	implantado na atual gestão e já disponibiliza um banco de dados com informações sobre licenciamento ambiental, unidades de conservação, caatinga, georeferenciamento de projetos, mapas interativos e MERCOSUL;
IBAMA mais forte	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O IBAMA contratou cerca de 1.550 analistas ambientais.</li> <li>- o órgão bateu o recorde ao conceder 455 licenças a obras de infra-estrutura (2004 e 2005).</li> <li>- Em três anos, a execução orçamentária do IBAMA aumentou em 50%, atingindo, em 2005, a maior cifra de sua história, R\$ 881 milhões.</li> <li>- Foi regulamentada a Câmara Técnica de Compensação Ambiental.</li> </ul>
Jovens e adultos em Conferências	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A “Conferência Nacional do Meio Ambiente” realizada em 2003, reuniu 65 mil pessoas, em todo o país;</li> <li>- A segunda (2005), reuniu mais de 86 mil pessoas no país, apresentando ao final cerca de 800 novas propostas.</li> <li>- Em Brasília, 800 jovens se reuniram ao final. Na segunda “Conferência Nacional do Meio Ambiente” realizada em 2005, foi produzida e entregue ao Presidente Lula, a “Carta de Responsabilidades”.</li> </ul>
Ação para a Educação	<ul style="list-style-type: none"> <li>- criação do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental;</li> <li>- “Criação de 24 Comissões Estaduais de Educação Ambiental, 44 redes de educação ambiental nos Estados, 60 Coletivos Educadores e 450 Salas Verdes”;</li> <li>- “o Brasil sediou o V Congresso Ibero-Americano de Educação Ambiental, em abril de 2006, que reuniu 5 mil pessoas de 23 países”.</li> </ul>
Programa para os Biomas	<ul style="list-style-type: none"> <li>-“Foram criados Núcleos para a Caatinga e para o Cerrado e Pantanal, ficando o Pampa agregado ao Núcleo da Mata Atlântica.”</li> <li>-“Foi elaborado um Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável do Cerrado e outro semelhante está em curso para a Caatinga”.</li> </ul>
Parceria na Pesca	<ul style="list-style-type: none"> <li>-“Cadastramento pelo IBAMA cadastrou a frota pesqueira do litoral Norte e Nordeste, realizou o censo estrutural da pesca marítima nas regiões Sul e Sudeste e monitorou toda a atividade no litoral brasileiro.”</li> </ul>
Saneamento ambiental	<ul style="list-style-type: none"> <li>- “Criação do Ministério das Cidades que passou a coordenar o programa de saneamento ambiental, investindo cerca de 10 bilhões de reais, especialmente em saneamento básico, atendendo a seis milhões de famílias”.</li> <li>- “O MMA e o CONAMA elaboraram um Anteprojeto de Lei de Política Nacional de Resíduos Sólidos, a ser apresentado ao Congresso Nacional.”</li> </ul>
Agrobiodiversidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>- “Em parceria com o Ministério de Desenvolvimento Agrário/MDA, o MMA implantou onze Centros Irradiadores de Manejo da Agrobiodiversidade (CIMAs), em nove estados.”.</li> </ul>
Combatendo a poluição	<ul style="list-style-type: none"> <li>- “Lançamento da Primeira Comunicação Nacional da Convenção sobre Mudança do Clima com o Primeiro Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa”.</li> <li>- Implementação do “Protocolo de Montreal”, com ratificação de emendas e treinamento de mais de 6.000 refrigeristas para recolhimento de CFCs em geladeiras velhas.</li> </ul>
Energia	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Lançamento da a Primeira Comunicação Nacional da Convenção sobre Mudança do Clima com o Primeiro Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa.</li> <li>-“Foi implementado o Protocolo de Montreal, com ratificação de emendas e treinamento de mais de 6.000 refrigeristas para recolhimento de CFCs.”</li> </ul>
Inclusão produtiva	<ul style="list-style-type: none"> <li>- “O Ministério do Meio Ambiente apoiou projetos de inclusão produtiva com inovação tecnológica, atendendo a cerca de 150 mil famílias, possibilitando a</li> </ul>

TEMAS DESTACADOS	PRINCIPAIS REALIZAÇÕES
Revitalização do São Francisco	<p>geração de emprego e renda e proteção ambiental, por meio dos programas PDA, PDPI, Agroextrativismo, Proambiente, Gestar, Cimas, Pró-várzea, Pró-Manejo, PNF, Revitalização do São Francisco etc.”</p> <p>- Criação do programa de “Revitalização da bacia do rio são Francisco”, com investimentos de 250 milhões de reais; -“ Nesta bacia são mais de 160 projetos em andamento.”</p>

**Fonte:** Caderno temático Programa Setorial de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – 2007/2010.

Comparando os **Quadros 6 e 7**, vemos que, o Programa de 2006 busca evidenciar os avanços e conquistas implementados pelo governo de Lula da Silva para a área ambiental no primeiro mandato.

A julgar pelo conteúdo exposto no Programa de 2006, como se evidenciou no **Quadro7**, pode-se concluir, grosso modo, que os avanços de fato ocorreram. No entanto, por se tratar de um documento oficial, político-partidário, o qual também possui caráter propagandístico, voltado para um projeto de reeleição e de permanência do mesmo governo na direção política da sociedade brasileira, é evidente que o tema em questão carece de análises mais consistentes realizadas a partir de outras fontes de dados.

Quanto aos temas ambientais no Programa de 2006, constatamos certa ampliação em relação aos Programas anteriores, conforme pode ser observado na **Tabela 5**:

**TABELA 5:** Os temas ambientais presentes no Programa de Governo para a Presidência da República do Partido dos Trabalhadores de 2006 <sup>41</sup>.

TEMAS	CADERNO TEMÁTICO/CITAÇÕES		
	Programa de Governo 2007-2010 Lula Presidente	Programa Setorial de Meio Ambiente e Desenvolvimento	Total de Citações
Amazônia	03	10	13
Meio Ambiente	03	18	21
Biodiversidade	01	04	05
Energia	04	05	09
Desenvolvimento sustentável	04	10	14
Ecosistemas	00	04	04
Educação Ambiental	01	12	13
Educação e Cidadania Socioambiental	00	04	04
Unidades de Conservação	00	12	12
Reservas Extrativistas	00	02	02
Impactos ambientais	01	02	03
Política ambiental	00	07	07
Transgênicos	00	00	00
Degradação Ambiental	00	03	03
Zoneamento Ecológico-econômico	00	02	02
Sustentabilidade Ambiental	01	05	06
Áreas de Preservação Permanente (APP)	00	02	02
Sociedades sustentáveis	00	02	02
Gestão Ambiental	00	05	05

<sup>41</sup> Esta tabela foi elaborada com base no Programa de Governo 2007-2010, que apresenta uma síntese para todas as áreas de atuação de governo e no caderno temático “Política Ambiental Integrada para o desenvolvimento Sustentável – Programa setorial de Meio Ambiente e desenvolvimento – 2007/2010”, o qual apresenta as realizações do Governo Lula na área ambiental no primeiro mandato, de 2002 a 2006, além das novas propostas para o segundo mandato de 2007 a 2010. Devido à ampliação de temas relacionados a temática ambiental, a seqüência foi organizada a partir do critério de agrupamento pela proximidade dos temas e não do critério de quantidade de citações de cada tema, como nas tabelas anteriores.



TEMAS	CADERNO TEMÁTICO/CITAÇÕES		Total de Citações
	Programa de Governo 2007-2010 Lula Presidente	Programa Setorial de Meio Ambiente e Desenvolvimento	
Controle do Desmatamento	00	04	04
Biomassas	00	05	05
Uso Sustentável	00	18	18
Desertificação	00	06	06
Coletivos educadores	00	02	02
Efeito Estufa	00	02	02
Fontes Alternativas de energia	00	02	02
Educadores sustentáveis	00	03	03

**Fonte:** Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores para a presidência da República de 2006.

Dentre os novos temas ambientais inseridos no Programa de 2006 e evidenciados na tabela 6 destacam-se “educadores sustentáveis” e o retorno do tema “sociedades sustentáveis”.

## 6. O TEMA “AMAZÔNIA” NOS PROGRAMAS DE GOVERNO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES: A “AMAZÔNIA E A QUESTÃO DA PRODUÇÃO ENERGÉTICA.”

Na impossibilidade de realizar uma análise exaustiva sobre todos os temas relativos à Amazônia identificados no *corpus* documental, julgamos que uma alternativa viável, seria nos dedicarmos àquele para a qual é dado grande destaque em vários momentos dos Programas de Governo, e também pelo fato de este possuir um caráter significativamente polêmico, ao mesmo tempo em que evidencia uma mudança no discurso do candidato, opositorista Lula da Silva para o presidente Lula da Silva.

Neste sentido, optamos por priorizar na análise, aqui realizada, sobre a “Amazônia” a discussão em torno do tema “a Amazônia e a questão da produção energética”.

Outros fatores contribuíram igualmente para a inclusão do tema “Amazônia” nesta pesquisa, a saber; o grande destaque dado ao tema, nos cinco Programas de Governo do PT, bem como nosso grande interesse pelo referido tema <sup>42</sup>.

A necessidade da construção de um novo modelo de desenvolvimento para região amazônica brasileira é um tema constante nos cinco Programas de Governo elaborados pelo Partido dos Trabalhadores, como pode ser observado na **Tabela 6**.

**TABELA 6:** O tema “Amazônia” nos Programas de Governo do Partido dos Trabalhadores para a Presidência da República.

TEMA	PROGRAMA DE GOVERNO/CITAÇÕES					TOTAL DE CITAÇÕES
	PG/1989	PG/1994	PG/1998	PG/2002	PG/2006	
AMAZÔNIA	33	20	03	183	13	252

**Fonte:** Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores para a Presidência da República de 1989, 1994, 1998, 2002, 2006.

Em linhas gerais, ao tratar do tema em questão, os Programas de Governo afirmam que o modelo de desenvolvimento hegemônico na Amazônia brasileira, teve ao longo da

<sup>42</sup> O interesse pela análise do tema “Amazônia” e de como se dá a sua inclusão nos referidos Programas de Governo, relaciona-se também com minha trajetória pessoal, pois durante um longo período da minha vida profissional, atuei como educador no Estado do Pará, onde realizei meus primeiros estudos acadêmicos de Licenciatura em História e Especialização em História da Amazônia e, posteriormente, Especialização em Educação Ambiental, além de ter atuado como educador ambiental na administração do PT na Prefeitura de Belém, nos anos de 2003 e 2004.

história um caráter predador e inadequado para sua realidade, conforme evidenciaremos, mais adiante, a partir dos excertos destacados dos Programas analisados neste capítulo.

No Programa de Governo de 1989, notamos que, no caderno temático intitulado “As Bases do Plano Alternativo de Governo”, é dado um destaque especial à “necessidade de um novo modelo de desenvolvimento para a Amazônia”.

O referido Programa tece uma crítica ao modelo de desenvolvimento implementado historicamente pelos governos anteriores a 1989 para a região, em relação “à floresta e aos povos da floresta”. Neste sentido, defende a necessidade, de mudanças para a Amazônia e de um aprofundamento da internacionalização das discussões e ações comuns sobre os problemas relativos à região entre os países pertencentes ao “Pacto da Amazônia”:

**O modelo de desenvolvimento da Amazônia destrói a floresta, o sistema ecológico,** além de causar danos à população (índios, seringueiros), violência e mortes.

A Amazônia é parte do patrimônio nacional da qual não abrimos mão: é dever do futuro governo assegurar a soberania, aplicando um novo modelo de desenvolvimento que não destrua a natureza, que respeite os povos da floresta.

**A defesa da Amazônia brasileira deve estar integrada em ações comuns aos países pertencentes ao Pacto da Amazônia.**<sup>43</sup>

[...] É imprescindível para a defesa da floresta, criar reservas extrativistas, rever a colonização, desenvolver políticas mineral, energética e madeireira que respeitem as nações indígenas e sua cultura (PT, PROGRAMA DE GOVERNO, 1989, p.15, grifos nossos).

A preocupação com a preservação dos recursos naturais, particularmente na região amazônica é retomada na introdução do caderno temático sobre “Questão Agrária”, em carta intitulada “Terra, Trabalho e Alimentos” de autoria do próprio candidato Lula da Silva, na qual reforça também a “necessidade dos governantes em ouvir a voz dos povos da floresta”:

---

<sup>43</sup> O Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), celebrado em Brasília, Brasil, em 3 de julho de 1978, pelos oito países amazônicos (Bolívia Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela), é um instrumento jurídico de natureza técnica que tem por objetivo promover o desenvolvimento harmoniosos e integrado da bacia amazônica, de maneira a permitir a elevação do nível de vida dos povos daqueles países, a plena integração da região amazônica às suas respectivas economias nacionais, a troca de experiências quanto ao desenvolvimento regional e o crescimento econômico com a preservação do meio ambiente.

Para tanto, o tratado prevê a cooperação entre os membros para a promoção da pesquisa científica e tecnológica, a utilização racional dos recursos naturais, a criação de uma infra-estrutura de transportes e comunicações, o fomento do comércio entre populações limítrofes e a preservação de bens culturais.

Em 1995, os Ministros do Exterior dos países membros, reunidos em Lima, Peru, acordaram criar a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), de modo a fortalecer institucionalmente o TCA e dar-lhe personalidade internacional. A emenda ao tratado foi aprovada em Caracas, Venezuela, em 1998, permitindo o estabelecimento da Secretaria Permanente da OTCA em Brasília. O texto na íntegra do Referido Tratado e emenda que cria o OTCA, encontra-se disponível em <http://www2.mre.gov.br/di/tca.htm>.

Como se verá no segundo fascículo da nossa série, isso também se estende à **Amazônia. Lá chegou a hora de ouvir a voz dos povos da floresta. Do contrário, as gerações atuais serão responsáveis por um desastre de dimensão histórica na vida do país.** Não podemos queimar os preciosos recursos da Amazônia em função do pagamento da dívida externa, da ganância de alguns ou de outras questões menores, que se esgotam num horizonte de meses ou de poucos anos. [...] O curto prazo não pode mais reinar de forma soberana, impondo decisões que afetarão para sempre nossa geografia, nosso enfoque de recursos estratégicos, a distribuição da população e o ambiente. É preciso pensar no futuro e começar a mudar desde já. (PT, PROGRAMA DE GOVERNO, 1989, p. 2 grifos nossos).

Neste excerto, vemos que, a preocupação com a preservação dos recursos naturais, especialmente da biodiversidade existente na Amazônia, é colocada como questão estratégica para o novo modelo de desenvolvimento que o Programa de Governo de 1989 defende para o país.

Para reforçar a crítica à devastação da floresta amazônica que ocorria, no país naquele contexto. No mesmo caderno temático, o Programa de 1989, identifica como principal responsável o governo do então presidente José Sarney, assim como a expansão da pecuária na região. Para fundamentar esta crítica o Programa faz referência ao artigo extraído do jornal “Folha de São Paulo”, datado de 16/06/1989, concordando, portanto, com os dados apresentados pelo jornal, produzidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE):

O governo do presidente José Sarney é o campeão da devastação florestal na Amazônia. Segundo o Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE), nos últimos anos foram destruídos pelo menos 128 mil quilômetros quadrados na floresta amazônica. É mais do que a metade dos 215,9 mil quilômetros quadrados desmatados na região ao longo dos 500 anos de história do Brasil. Cerca de 60% da destruição decorrem de áreas queimadas para a criação ou renovação de pastagens (PT, PROGRAMA DE GOVERNO, 1989, p.18).

No caderno temático “Questão Agrária” é introduzido um capítulo específico sobre a Amazônia, intitulado “**Amazônia: cuidado frágil**”. Neste, o Programa fundamentado em estudos históricos e econômicos sobre a geopolítica governamental para a região amazônica, estabelece duras críticas ao modelo então predominante e defende, em síntese, as seguintes propostas para um novo modelo de “desenvolvimento sustentado” para a região:

- Criaremos um fórum nacional que dotado de inquestionável legitimidade, encaminhe ampla discussão sobre a Amazônia, passando a exercer influência decisiva sobre a estratégia de ocupação e sobre a avaliação de obras que tenham apreciável impacto social e ambiental.

- Proporemos um cuidadoso zoneamento ecológico e sócio-econômico das diversas regiões naturais da Amazônia, de modo a definir suas aptidões demarcar áreas de preservação permanente e criar nas demais as premissas para uma ocupação sustentada em longo prazo que respeite a floresta e os modos de vida e de produção dos povos que ali vivem.
- Suspenderemos a política de incentivos fiscais e faremos auditoria nos financiamentos e vantagens concedidos, cancelando os projetos que resultem em desmatamentos extensivos.
- Demarcaremos as terras indígenas e implantaremos as reservas extrativistas, apoiando a formação de cooperativas para beneficiamento da borracha, castanha, óleos e essências vegetais, de forma compatível com a preservação da ecologia regional.
- Implantaremos rígido controle da extração de madeira e do uso do carvão vegetal, suspendendo a utilização industrial desse energético quando proveniente da floresta nativa.
- Em paralelo à reforma agrária e à política econômica de pleno emprego, desestimularemos o fluxo de trabalhadores para o garimpo, atividade que deve ser reorganizada com a formação de cooperativas, micro e pequenas empresas, capazes de absorver novas tecnologias não poluentes.
- reavaliaremos o Projeto 2010 da Eletrobrás e a política mineral (incluindo o Programa Carajás), tendo em vista os interesses regionais e nacionais (PT, PROGRAMA DE GOVERNO, 1989, p.19).

Um dos temas mais polêmicos relacionados à temática ambiental e que já se faz presente desde o primeiro Programa de Governo do PT, como podemos observar em uma das propostas acima relacionadas, refere-se à questão da produção de energia a partir da construção de usinas hidrelétricas na Amazônia brasileira.

Este se torna um tema profícuo e atual, para podermos analisar e constatar mudanças no discurso do PT das origens com o PT da atualidade quanto à implementação de projetos não poluentes na Amazônia, uma vez que, como veicula a imprensa escrita, falada e informatizada<sup>44</sup> nos últimos meses, o maior dos projetos em vias de implementação “Programa de Aceleração do Crescimento” (PAC), propagandeado pelo governo federal como o maior projeto do PAC para desenvolvimento da região amazônica e para a sustentabilidade da demanda futura de energia para o Brasil, é a construção da usina hidrelétrica de “Belo Monte” no leito do rio Xingu, na região Sul do Estado do Pará.

---

<sup>44</sup> Pesquisando apenas em fontes de notícias, estudos e artigos na *internet* que analisam a questão da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte no estado do Pará, encontramos aproximadamente 300 referências à polêmica sobre o tema em questão, o que evidencia sua atualidade e importância. Para fundamentar nossa análise, faremos referências a algumas dentre essas fontes encontradas.

Como veremos oportunamente a postura do governo na defesa da construção de “Belo Monte”, é permeada de contradições quanto ao conceito de “sustentabilidade ambiental”, bem como, da defesa tão grandemente propagandeada nos Programas de Governo do PT quanto à necessidade dos governantes ouvirem as reivindicações dos chamados “povos da floresta”.

Como está amplamente divulgado na imprensa de todo país, muitos protestos de comunidades ribeirinhas, indígenas e ambientalistas, vêm ocorrendo no Brasil nos últimos meses, fundamentados na crítica de que não existem estudos seguros sobre os impactos ambientais se a curto, médio longo prazo para as comunidades e ecossistemas da região se a usina de Belo Monte for realmente construída. Este posicionamento é veementemente contrário ao discurso do ex-ministro do meio ambiente, Carlos Minc, que afirma serem os estudos sobre os “impactos ambientais” suficientes para sua aprovação e apoio à construção de Belo Monte.

Os protestos das lideranças indígenas da região contra a construção da usina são tão incisivos, que o cacique Luis Xipaia, da aldeia Tukaia, afirma que “quatro mil índios estão preparados para a guerra para impedir a construção da usina” e que “o rio Xingu vai ficar vermelho de sangue se usina for construída”<sup>45</sup>. Em resposta, grupos ligados ao governo afirmam que a construção da usina é “absolutamente indispensável para suprir a futura demanda do país por energia elétrica”<sup>46</sup>, como ressalta o presidente do “Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social” (BNDES), Luciano Coutinho. No entanto, no entender do superintendente regional do “Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária” (INCRA), João Pedro Gonçalves da Costa, a construção da usina de Belo Monte ou de outras que venham a ser construídas na Amazônia brasileira “é ilegal e catastrófica”.<sup>47</sup>

Este projeto tem provocado uma verdadeira “batalha institucional” no Brasil entre instituições vinculadas ao governo que o apóiam como o IBAMA e a Advocacia geral da União (AGU) e aqueles que o contestam, como o Conselho Indígena Missionário (CIMI), que promete entrar com recurso no Superior Tribunal de Justiça (STJ) contra a aprovação do projeto.

Quanto à mobilização das comunidades indígenas e ribeirinhas da região do Xingu em defesa do ambiente natural e dos direitos dos povos da floresta, sabemos que é histórica,

---

<sup>45</sup> Disponível em <http://www.g1.com.br>. Acesso em 06 de fevereiro de 2010.

<sup>46</sup> Disponível em <http://zerohora.com.br>. Acesso em 06 de fevereiro de 2010.

<sup>47</sup> Disponível em <http://www.brazil-brasil.com>. Acesso em 06 de fevereiro de 2010.

remontando ao período da construção dos chamados “grandes projetos na Amazônia”, pelos governos militares, no início da década de 1970.

As polêmicas referentes à construção de usinas hidrelétricas na Amazônia é igualmente uma questão histórica no Brasil, que tem repercutido internacionalmente ao longo das últimas décadas <sup>48</sup>. Transcrevemos a seguir trechos da matéria recentemente editada pelo Instituto Sócioambiental (ISA), o qual discute aspectos relativos a dimensão histórica, social e ambiental desta polêmica:

[...] O I Encontro dos Povos Indígenas foi o resultado de um longo processo de preparação iniciado um ano antes, em janeiro de 1988, depois que o pesquisador Darrel Posey, do Museu Emílio Goeldi do Pará, e os índios kaiapó Paulinho Paiakan e Kuben-I participaram de seminário na Universidade da Flórida, no qual denunciaram que o Banco Mundial (BIRD) liberara financiamentos para construir um complexo de hidrelétricas no Rio Xingu sem consultar os índios. [...] O Programa Povos Indígenas no Brasil, do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), uma das organizações que deu origem ao Instituto Socioambiental (ISA), convidou Paiakan a vir a São Paulo, denunciou o fato e mobilizou a opinião pública contra essa arbitrariedade. Para avançar na discussão sobre a construção de hidrelétricas, lideranças kaiapó reuniram-se na aldeia Gorotire em meados de 1988 e decidiram pedir explicações oficiais sobre o projeto hidrelétrico no Xingu, formulando um convite às autoridades brasileiras para participar de um encontro a ser realizado em Altamira (PA). O encontro finalmente aconteceu e o CEDI, com uma equipe de 20 integrantes, reforçou sua participação naquele que seria, mais tarde, considerado um marco do socioambientalismo no Brasil. Ao longo desses anos, o CEDI, e depois o ISA, acompanharam os passos do governo e da Eletronorte na questão de Belo Monte, estando alertas para os impactos que provocaria sobre as populações indígenas, ribeirinhas e todo o ecossistema da região. <sup>49</sup>

Como afirma ainda a matéria do ISA, listada no governo FHC como uma das muitas obras estratégicas do Programa de Governo intitulado “Avança Brasil”, a construção do complexo de hidrelétricas no Rio Xingu faz parte da herança legada ao governo Lula da Silva

---

<sup>48</sup> “O I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, realizado entre 20 e 25 de fevereiro de 1989, em Altamira (PA), reuniu três mil pessoas - 650 eram índios - que bradaram ao Brasil e ao mundo seu descontentamento com a política de construção de barragens no Rio Xingu. A primeira, de um complexo de cinco hidrelétricas planejadas pela Eletronorte, seria Kararaô, mais tarde rebatizada Belo Monte. De acordo com o cacique Paulinho Paiakan, líder kaiapó e organizador do evento ao lado de outras lideranças como Raoni, Ailton Krenak e Marcos Terena, a manifestação pretendia colocar um ponto final às decisões tomadas na Amazônia sem a participação dos índios. Tratava-se de um protesto claro contra a construção de hidrelétricas na região. Em 2008, 19 anos depois, realizou-se em Altamira o II Encontro dos Povos Indígenas do Xingu e daí nasceu o Movimento Xingu Vivo para Sempre.” Disponível em <http://www.socioambiental.org.br>. Acesso em 06 de fevereiro de 2010.

<sup>49</sup> Disponível em <http://www.socioambiental.org.br>. Acesso em 06 de fevereiro de 2010.

<sup>50</sup>, eleito em novembro de 2002. Herança que era bem conhecida. Tanto assim, que o caderno temático “O Lugar da Amazônia no Desenvolvimento do Brasil”, parte do Programa do Governo de 2002, do então candidato Lula, alertava:

**Dois projetos vêm sendo objeto de intensos debates: a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará,** e o de Gás de Urucu, no Amazonas. Além desses também preocupam as 18 barragens propostas na Bacia do Rio Araguaia e Tocantins. [...] A matriz energética brasileira, que se apóia basicamente na hidroeletricidade, com megaobras de represamento de rios, tem afetado a Bacia Amazônica. Considerando as especificidades da Amazônia, o conhecimento fragmentado e insuficiente que se acumulou sobre as diversas formas de reação da natureza em relação ao represamento em suas bacias, não é recomendável a reprodução cega da receita de barragens que vem sendo colocada em prática pela Eletronorte (PT, PROGRAMA DE GOVERNO, 2002, p.14, grifo nossos).

Na mesma matéria o Instituto Socioambiental afirma que a decisão final sobre a construção de Belo Monte ficou para o governo Lula da Silva.

No entender do ISA, diante desse quadro, em relação a Belo Monte, é preciso questionar a forma antidemocrática como o projeto vinha sendo conduzido, a relação custo-benefício da obra, o destino da energia a ser produzida e a inexistência de uma política energética para o país que privilegie energias alternativas. Essas questões continuam a ser repisadas pelos movimentos sociais que atuam na região, como por exemplo, o Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), entre outros. São eles que levam adiante a batalha contra a construção de Belo Monte e de outras hidrelétricas no Rio Xingu <sup>51</sup>.

---

<sup>50</sup> “Exemplos infelizes como a construção das usinas hidrelétricas de Tucuruvi (PA) e Balbina (AM), as últimas construídas na Amazônia, nas décadas de 1970 e 1980, são provas concretas do caráter catastrófico dessas obras na região: desalojaram comunidades, inundaram enormes extensões de terra e destruíram a fauna e flora. Balbina, a 146 quilômetros de Manaus, significou a inundação da reserva indígena Waimiri-Atroari, mortandade de peixes, escassez de alimentos e fome para as populações locais. A contrapartida, que era o abastecimento de energia elétrica da população local, não foi cumprida. O desastre foi tal que, em 1989, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), depois de analisar a situação do Rio Uatumã, onde a hidrelétrica fora construída, concluiu por sua morte biológica. Em Tucuruvi não foi muito diferente. Quase dez mil famílias ficaram sem suas terras, entre indígenas e ribeirinhos.” Disponível em <http://www.socioambiental.org.br>. Acesso em 06 de fevereiro de 2010.

<sup>51</sup> Empossado em janeiro de 2003, o novo presidente da Eletrobrás, o físico Luiz Pinguelli Rosa, declarou à imprensa que o projeto de construção de Belo Monte será discutido e opções de desenvolvimento econômico e social para o entorno da barragem estarão na pauta, assim como a possibilidade de reduzir a potência instalada, prevista em 11 mil megawatts (MW) no projeto original. As discussões sobre o empreendimento deverão envolver outros ministérios, como o do Meio Ambiente. Em todas as suas entrevistas, a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte é líquida e certa, embora ele insista que o processo será permeado de consultas e incluirá “medidas compensatórias”. Disponível em <http://www.socioambiental.org.br>. Acesso em 06 de fevereiro de 2010.



Também no Programa de Governo de 1994, a questão da construção de usinas hidrelétricas de grande porte na Amazônia é analisada no caderno temático “Bases do Plano alternativo de Governo”, no item sobre “Política Energética”, nos seguintes termos:

**A candidatura Lula defende a implantação de política energética** alternativa que reduza as diferenças de oferta nas diferentes partes do país, atenda as necessidades de desenvolvimento, **crie novas fontes e ao mesmo tempo não traga danos ao meio-ambiente. As hidroelétricas de pequeno e médio porte devem ser privilegiadas**, em vista dos altos custos econômicos e sociais das grandes hidroelétricas, principalmente na Amazônia. (PT, PROGRAMA DE GOVERNO, 1994, p.15, grifos nossos).

Ora, uma vez mais, fica explícita a partir desta citação a postura contrária do Programa de 1994, em relação à construção de Usinas Hidrelétricas de grande porte com o projeto de Belo Monte, pois pelo que tudo indica os danos que esta poderá causar ao meio ambiente e as populações ribeirinhas da região serão irreversíveis, caracterizando-se, portanto, como um projeto que contraria todos os “princípios” da “sustentabilidade ambiental”, amplamente defendidos nos Programa de Governo do PT até 2002, conforme já evidenciamos.

Também no Programa de 1998 a questão da preservação dos recursos naturais, especialmente na região amazônica, bem como os direitos das populações indígenas é defendida pelo próprio candidato Lula da Silva na “Carta Compromisso” que integra o Programa de Governo:

Assumo o compromisso de defender o meio ambiente, preservar os recursos naturais da Amazônia, combater a poluição nas cidades, nos campos, nos rios, nos lagos e no mar.  
No meu governo, vamos impedir a destruição das nossas florestas e defender os direitos dos povos indígenas, que são também filhos desta terra e aqui nos antecederam (PT, PROGRAMA DE GOVERNO, 1998, p. 4).

Uma vez mais se evidencia a partir desta citação, as contradições e distanciamento entre os discursos do candidato Lula da Silva com os rumos que se foram delineando gradativamente pelo governo Lula da Silva, pois na questão polêmica aqui analisada, referente à construção de Belo Monte, demonstra-se uma face truculência do governo em relação as posturas ambientalistas e um total distanciamento do antigo discurso do Programas de Governo no sentido de ouvir os povos da floresta nas questões referentes aos seus interesses.<sup>52</sup>

---

<sup>52</sup> Sobre as mudanças ocorridas nos Programas de Governo do PT no campo político-ideológico ver AMARAL, O.E. **Mudanças no PT: um estudo dos Programas de Governo de 1989 a 1998**. (Dissertação de Mestrado), PUC: São Paulo, 2002. Disponível em < <http://www.scielo.br> >. Acesso em 23 maio 2009.

Abre-se com isso uma frente polêmica na relação dos socioambientalistas com o governo Lula da Silva. A persistência governamental em construir a usina de Belo Monte está baseada em uma sólida estratégia de argumentos dentro da lógica e vantagens comparativas da matriz energética brasileira <sup>53</sup>. Os socioambientalistas, entretanto, estão convencidos de que além dos impactos diretos e indiretos, Belo Monte é um “cavalo de tróia”, porque outras barragens virão depois, modificando totalmente e para pior a vida na região.

Nos Programas de governo de 2002 e de 2006 a defesa de um “modelo de desenvolvimento sustentável” para a Amazônia é amplamente defendida como o ocorre no caderno temático “O Lugar da Amazônia no Desenvolvimento do Brasil”, especialmente no capítulo intitulado “Propostas Para um Desenvolvimento Regional Sustentável”.

No entanto, pelo que buscamos evidenciar neste capítulo, será necessário análises rigorosas, que tracem paralelos entre os conteúdos presentes nos Programas de Governo e as ações concretas implementadas, para avaliarmos se ocorreram realmente avanços rumo à construção do desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira durante o governo Lula da Silva.

Este fato, certamente levará a opinião pública e as organizações sociais a refletir mais a fundo sobre as contradições do Partido que governa atualmente o país, quanto ao seu discurso histórico, presente em seus Programas de Governo sobre sustentabilidade sócio-ambiental e as ações e projetos atuais do governo, vinculados ao PAC, que se fundamentam claramente como um projeto econômico desenvolvimentista <sup>54</sup>.

Este debate deverá ser profícuo, especialmente neste ano de 2010, quanto devem ocorrer novas eleições para a Presidência da República, nas quais o partido do governo, o PT, lançará como candidata a principal mentora do PAC, a ministra Dilma Rousseff e quando também ocorrerá, a candidatura à presidência da República da senadora Marina Silva, ex-ministra do meio ambiente do governo Lula da Silva.

O embate em torno da polêmica sobre a construção de Belo Monte e sobre a questão da produção energética brasileira deverá, portanto, ser questão recorrente nas eleições presidenciais de 2010.

---

<sup>53</sup> “Os rios da margem direita do Amazonas têm declividades propícias à geração de energia, e o Xingu se destaca, também pela sua posição em relação às frentes de expansão econômica (predatória) da região central do país. O desenho de Belo Monte foi revisto e os impactos reduzidos em relação à proposta da década de 80. O lago, por exemplo, inicialmente previsto para ter 1.200 km<sup>2</sup>, foi reduzido posteriormente para 400 km<sup>2</sup>.” Disponível em <http://www.socioambiental.org.br>. Acesso em 06 de fevereiro de 2010.

<sup>54</sup> No capítulo seguinte analisaremos com mais rigor, fundamentando-nos em outros autores, o caráter do PAC como projeto desenvolvimentista.

## 7. AS CONCEPÇÕES SOBRE “DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL” NOS PROGRAMAS DE GOVERNO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES.

A partir de reflexões sobre os estudos e constatações dos autores que analisam o movimento ambientalista no Brasil e a aproximação de expressivos setores deste movimento com a “nova esquerda” brasileira a partir dos anos de 1980, bem como, sobre as leituras de trabalhos de referência produzidos por autores que analisam o debate contemporâneo sobre “desenvolvimento sustentável”, estabelecemos como uma das questões desta pesquisa, investigar quais concepções sobre “desenvolvimento sustentável” podem ser identificadas nos cinco Programas de Governo produzidos pelo Partido dos Trabalhadores, considerando que este conceito, e algumas das suas variantes se fazem presente, de modo recorrente ao longo do período estudado, como pode ser observado na **Tabela 7**:

**TABELA 7:** O tema “Desenvolvimento Sustentável” e suas variantes nos Programas de Governo do para a Presidência da República do Partido dos Trabalhadores

TEMA	PROGRAMA DE GOVERNO/CITAÇÕES					TOTAL DE CITAÇÕES
	PG/1989	PG/1994	PG/1998	PG/2002	PG/2006	
Desenvolvimento Sustentável	00	01	01	26	14	42
Desenvolvimento Sustentado	00	05	01	00	00	06
Desenvolvimento Auto-sustentado	01	00	00	00	00	01

**Fonte:** Programas de Governo do Partido dos Trabalhadores para a Presidência da República de 1989, 1994, 1998, 2002 e 2006.

Um primeiro dado que se evidencia na **Tabela 7** relaciona-se ao fato de que, no Programa de 1989, o PT adotou a categoria “desenvolvimento auto-sustentado”, para designar o novo modelo de desenvolvimento proposto, ao qual não se fará mais nenhuma referência nos Programas posteriores. Esta referência ocorre no caderno temático intitulado “Economia”, que apresenta propostas para a economia brasileira, mais especificamente no tópico sob o título “energia: sinal de alerta”:

Um novo de desenvolvimento, **auto sustentado**, democrático e harmônico sensível à defesa das comunidades, à preservação do ambiente e à qualidade

geral da vida, exige uma reflexão detalhada sobre as formas de geração distribuição e consumo de energia, um dos principais problemas deste fim de século. Também aqui, a democratização das relações entre o Estado e a sociedade, com o esboço de novos processos decisórios, é um aspecto chave da nossa política. É preciso revalorizar o planejamento estratégico no setor energético e, ao mesmo tempo, estimular a participação social e fortalecer a organização federativa do país, garantindo amplo acesso à informação e aumento da margem de autonomia regional, com a União exercendo um papel mediador dos diversos interesses (PT, PROGRAMA DE GOVERNO, 1989, p.21, grifo nosso).

É interessante observar que neste primeiro Programa, o conceito utilizado é o de “desenvolvimento auto-sustentado”, semelhante àquele utilizado por Viola (1995), em um dos estudos já analisados nesta pesquisa. Uma vez mais se evidencia, a partir desta constatação, já apontada em outros momentos desta pesquisa, de que este autor, no contexto em que se insere o Programa de 1989, parece ser uma referência para alguns atores sociais, militantes no interior do PT, que contribuíram para a inserção de temas relativos à temática ambiental no referido Programa. Nesta citação, nota-se que o modelo de desenvolvimento proposto estabelece a necessidade de revalorização do planejamento estratégico do Estado no que se refere ao setor energético, compreendendo, ainda, o “desenvolvimento auto-sustentado” em relação a outros setores da vida política e econômica e social do país, estabelecendo que, para que tal modelo se torne concreto, deverá incluir a sensibilidade ao meio ambiente e a qualidade geral da vida, como variável condicionante.

Ainda no Programa de 1989, no caderno temático intitulado “As Bases do Plano Alternativo de Governo” são explicitadas as orientações para que o novo modelo de desenvolvimento proposto seja construído, tais como o rompimento com um modelo de capitalismo dependente, as desigualdades sociais produzidas pela propriedade privada dos meios de produção, destacando-se ainda, entre essas condições determinantes a:

Distribuição de renda para acabar com a miséria, reduzir as desigualdades entre as regiões, repartir os benefícios do desenvolvimento, buscando uma política de emprego para todos. Portanto, **o desenvolvimento** é voltado para a necessidade do povo brasileiro e significa o verdadeiro progresso, porque **valoriza a vida, o bem estar e o meio ambiente** (PT, PROGRAMA DE GOVERNO, 1989, p.7, grifo nosso).

Verificamos na citação acima, uma vez mais, que o Programa de 1989 foi elaborado a partir de uma perspectiva ideológica bastante próxima da tradição marxista e do “socialismo real”. A inclusão da categoria “meio ambiente” sugere a inserção dos “novos movimentos

sociais” na discussão acerca da construção de um novo modelo de desenvolvimento, que o Programa de Governo propõe.

Outro dado relevante evidenciado na **Tabela 7** refere-se ao fato de que algumas recorrências aos temas “desenvolvimento sustentado” e “desenvolvimento auto-sustentado”, a partir do Programa de Governo de 2002, essas categorias não serão mais mencionadas, passando a ser adotada a categoria “desenvolvimento sustentável”.

No Programa de Governo de 1994, a categoria “desenvolvimento auto sustentado” será abandonada. Neste, o que vemos é a recorrência predominante à categoria “desenvolvimento sustentado”, aparecendo também pela primeira vez, uma menção à categoria “desenvolvimento sustentável”, como evidencia a **Tabela 7**.

Consideramos duas hipóteses para esta mudança; a primeira de ordem conceitual relaciona-se a uma provável assimilação mais ampla pelos atores responsáveis pela inserção da temática ambiental no referido Programa de 1994, do debate sobre sustentabilidade que estava em pleno vigor, principalmente pelo impulso dado neste sentido com a realização da “CNUMAD” em 1992 no Rio de Janeiro. A segunda, de ordem política, revela, para nós, uma estratégia do próprio PT para se adaptar, e adaptando-se se aproximar e atrair para seus quadros partidários a intelectualidade e os atores sociais militantes da “causa ambiental”. Como já nos referimos, em outros momentos desta pesquisa, consideramos esta estratégia em relação aos “novos movimentos sociais”, natural e necessária para um partido que se apresenta historicamente como condutor de um projeto “emancipatório” para as camadas populares.

Analisando ainda o Programa de 1994, vemos que, neste, a primeira referência direta à questão do desenvolvimento, ocorre logo na introdução do caderno temático “Bases do Programa de Governo”, assim descrita:

Defendemos uma nova concepção de **desenvolvimento** que seja **plenamente compatível com a preservação do meio ambiente** (PT, PROGRAMA DE GOVERNO, 1994, p.5, grifos nossos).

Verificamos nesta citação, que “a nova concepção de desenvolvimento” proposta pelo Programa, se compromete em conciliar desenvolvimento com a preservação do meio ambiente, o que nos leva a inferir que o novo modelo esteja de acordo com um plano de ação fundamentado na sustentabilidade ambiental, pois os projetos meramente desenvolvimentistas, como no caso dos “grandes projetos”, implementados na Amazônia na década de 1970 pelos governos militares, se caracterizaram como altamente degradantes para o meio ambiente.

O Programa de 1994 reafirma, portanto, a existência de uma interlocução com as reivindicações dos “novos movimentos sociais” emergentes, os quais, como já analisamos, tiveram ampla atuação no contexto histórico no qual este Programa se insere.

O capítulo I do caderno temático “Bases do Programa de Governo de 1994”, apresenta uma análise da crise da sociedade brasileira sob vários aspectos, a partir daquela conjuntura histórica.

Ao propor soluções para a crise brasileira naquele contexto histórico analisando-a a partir de uma perspectiva que resgata o processo de industrialização brasileira e sobre a defesa do meio ambiente pelo Brasil nas suas relações internacionais o Programa defende que:

O Brasil afirmará sua vocação universal, **em suas relações internacionais, defenderá o meio ambiente** e os direitos humanos, lutará pela democratização das relações internacionais, propugnará por uma reestruturação econômica internacional em proveito dos países do Sul, na defesa do emprego e de uma cooperação científica e tecnológica (PT, PROGRAMA DE GOVERNO, 1994, p.11, grifo nosso).

Também no item “Política de Habitação”, do mesmo caderno temático, o Programa de 1994, elabora uma crítica enfática ao modelo de urbanização predominante naquele contexto, considerando que tal política foi predatória ao meio ambiente:

A política habitacional do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) desprezou a questão do desenvolvimento urbano, trazendo, não raro, mais problemas do que soluções para o crescimento das cidades brasileiras. **Conjuntos habitacionais mal localizados, predatórios ao meio ambiente, e baixa qualidade urbanística e arquitetônica**- verdadeiros depósitos de pessoas, não raros (superfaturados)- foram usados e abusados clientelisticamente, na troca de votos por moradia (PT, PROGRAMA DE GOVERNO, 1994, p.9, grifo nosso).

Ampliando o debate sobre a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento, no item “Política Externa”, ainda do mesmo caderno temático, o Programa de 1994, estabelece as propostas para um novo posicionamento internacional do Brasil frente às questões ambientais e a busca do “desenvolvimento auto-sustentável ecologicamente responsável”:

O Governo Democrático e Popular terá uma postura ofensiva na defesa e aplicação de uma concepção de **desenvolvimento auto-sustentável ecologicamente responsável, em que o combate à pobreza e às injustiças sociais caminhe junto com a defesa do meio ambiente**. A questão ambiental, hoje um ponto de vulnerabilização do país no cenário internacional, deve se transformar um ponto forte e uma alavanca para uma

presença ofensiva nas relações internacionais, bem como para catalisar apoio para o processo de transformações que impulsionaremos (PT, PROGRAMA DE GOVERNO, 1994, p.75, grifos nosso).

O Programa de 1994 evidencia e tece críticas, portanto, a vulnerabilidade brasileira no cenário internacional, no que se refere à elaboração de políticas públicas para a questão ambiental dos governos até aquele período, propondo, em seguida, medidas que possibilitem transformar este cenário de vulnerabilidade para um ponto forte em políticas públicas. Indica, assim, que este o caminho a ser seguido para alavancar uma presença ofensiva do Brasil nas relações internacionais, reconhecendo, ainda, este como um aspecto determinante, para catalisar apoio internacional sobre o processo de transformações que o novo governo se propõe a realizar em caso de vitória nas eleições daquele ano.

Para tanto, o Programa de 1994, se compromete a por em prática as seguintes medidas de proteção ao meio ambiente:

- proibir a importação de lixo tóxico de qualquer espécie;
- manter posição de firme defesa da Convenção de Proteção à Flora e Fauna, bem como da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Natural e Cultural, incluindo entre tais patrimônios Fernando de Noronha, o complexo estuarino de Iguape-Paranaguá, o Parcel de Manoel Luís no Maranhão;
- cumprir as Convenções para Proteção de Áreas Úmidas, de 1971 e a de Espécies Migratórias de Animais Silvestres, de 1979; · deflagrar política de manutenção da Antártica, como patrimônio da humanidade;
- cumprir as Convenções dos Recursos Marinhos vigentes na Antártida, sobre Comércio Internacional de Espécies, Fauna e Flora Silvestres em perigo de extinção, e do Patrimônio Cultural Natural do Mundo;
- a relação com os países fronteiriços deverá levar em conta o planejamento integrado nas bacias hidrográficas e biomas compartilhados;
- Em relação ao MERCOSUL constituir um subgrupo sobre questões ambientais (PT, PROGRAMA DE GOVERNO, 1994, p. 75).

Notamos a partir dessas seis medidas programáticas defendidas, que o Programa de 1994, apresenta prédicas relacionadas à temática ambiental em defesa aos recursos naturais e aos biomas. Em relação a estes prevê igualmente a necessidade de ações preservacionistas compartilhadas entre os países participantes do MERCOSUL.<sup>55</sup> Novamente a defesa sobre a urgência de “políticas públicas preservacionistas” é afirmada.

---

<sup>55</sup> O MERCOSUL, fundado oficialmente no ano de 1996, como é conhecido o Mercado Comum do Sul é a união aduaneira, ou seja, livre comércio intra zona e política comercial comum de cinco países da América do Sul: Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Venezuela, cuja adesão ao bloco oficializou-se em 2006.

No item intitulado “Cultura como invenção do futuro”, do mesmo caderno temático, o Programa de 1994 analisa o papel do Estado e a importância da cultura, das parcerias sociais e dos meios de comunicação para a construção do desenvolvimento sustentável e da equidade social, estabelecendo como proposta de ação:

Assumir o papel do Estado na cultura sem admitir distorções. Dar espaço e caminho à produção cultural do cidadão em todas as suas formas, belas artes ou não, em todo o país, sem confundi-lo com práticas cooperativistas. Não dividir. Somar. Encontrar canais de comunicação, parcerias entre o público e o privado, capazes de **conciliar desenvolvimento sustentável e equidade social** (PT, PROGRAMA DE GOVERNO, 1994, p.80, grifo nosso).

Analisando agora o capítulo V do caderno temático “Bases do programa de Governo de 1994”, intitulado “As bases ecológicas do projeto nacional de desenvolvimento”, constatamos que a defesa de um modelo de “desenvolvimento sustentável”, como “expressão de um novo modelo de desenvolvimento introduzida pela reflexão ecológica e pelos movimentos ambientalistas”, é colocado em pauta de modo recorrente.

O Programa de 1994 reconhece, igualmente, o caráter de interface da temática ambiental com os mais diversos aspectos da vida nacional. Logo na introdução do capítulo V, essas premissas são assim mencionadas:

**Um novo projeto nacional de desenvolvimento não pode ser pensado, na sua globalidade, fora da ótica sócio-ambiental introduzida pela reflexão ecológica e pelos movimentos ambientalistas.** Isso coloca como estratégica a questão da transição do país para um novo padrão de desenvolvimento, ambientalmente seguro e logicamente equilibrado: o desenvolvimento sustentado, entendido como aquele que cria condições para a sustentabilidade da própria sociedade.

**Essa premissa reaparece em diversos capítulos desse programa, já que o caráter geral da questão ambiental a coloca em interface com quase todos os aspectos da vida nacional.** O presente capítulo trabalha alguns pontos específicos, mas, sobretudo oferece outra maneira de olhar o país, a população e a ética do desenvolvimento: o recorte dos ecossistemas. A partir dessas bases iniciais deve-se buscar no governo Lula a participação dos cidadãos na formulação do zoneamento ecológico e econômico nacional, que se encontra em curso, da mesma forma que pode colaborar na revisão do Sistema Nacional de Meio Ambiente (PT, PROGRAMA DE GOVERNO, 1994, p.87, grifos nossos).

Evidencia-se, assim, a defesa de um novo projeto nacional de desenvolvimento proposto, “ambientalmente seguro e ecologicamente equilibrado”, apresentado, agora, como “desenvolvimento sustentado”. Quanto ao aspecto conceitual, notamos que o Programa de



1994, não faz diferenciações entre “desenvolvimento sustentado” e “desenvolvimento sustentável”, apresentando-os, como no caso desta citação, como sinônimos.

Notamos, igualmente, que o Programa de 1994, defende a necessidade da “cidadania ambiental” para que novo modelo de desenvolvimento proposto se torne realidade, o que indica uma preocupação de ampliação do conceito de “cidadania”, com a inclusão da “causa ambiental”.

“No item 30 intitulado “Assumir uma nova visão da economia”, do caderno temático “Bases do Programa de Governo de 1994”, o Programa defende a necessidade de rompimento com a visão de uma economia capitalista desenvolvimentista”, fundamentada no conceito de “crescimento a qualquer custo”, sendo esta considerada como principal responsável pela degradação do meio ambiente.

Neste sentido, o mesmo Programa de 1994, propõe claramente a necessidade e um novo modelo de desenvolvimento que busque conciliar desenvolvimento econômico com sustentabilidade ambiental.

O Programa reafirma, assim, que para o novo governo far-se-á necessário assumir uma nova visão da economia, fundamentada em outros pressupostos, para além do conceito da visão econômico-desenvolvimentista, devendo tomar como premissa para a construção desta nova visão de desenvolvimento, “os valores de uma ética de desenvolvimento”:

**Para caminhar em direção a este novo padrão de desenvolvimento, o Brasil precisa assumir uma nova visão de economia que supere a visa tradicional predominantemente baseada no conceito de crescimento.**

Esta visão estimulou a obsolescência e o consumo acelerado e foi responsável, em grande parte, pela degradação do ambiente e pelo esgotamento dos recursos globais da humanidade, sem que tenha conseguido evitar o aumento da pobreza no mundo. O crescimento da indústria tradicional não consertou as desigualdades sociais nem melhorou a qualidade de vida das pessoas. Nos países menos desenvolvidos, como o Brasil, verificou-se, ao contrário, a explosão urbana, a produção não-sustentável, o largo emprego de tecnologias inapropriadas, levando à exigência cada vez maior de recursos financeiros e de uma numerosa burocracia administrativa e operativa, em níveis de especialização inatingíveis, aumentando a dependência, a perda da auto-suficiência na produção de alimentos e a destruição da pluralidade e das originalidades nacionais, desarticulando as culturas locais.

Uma nova visão da economia deve estar baseada em outros pressupostos, para além, unicamente, do conceito de crescimento [...] (PT, PROGRAMA DE GOVERNO, 1994, p.129, grifo nossos).

Vemos nesta citação, portanto, uma crítica contundente à visão econômica tradicional do capitalismo, adotado amplamente pelos governos anteriores, fundamentada predominantemente no conceito de “crescimento a qualquer custo”.

Esta crítica contundente a este modelo pressupõe que o novo governo, em caso de vitória, tomará medidas concretas para viabilizar no Brasil o novo modelo de desenvolvimento proposto, o qual, como já afirmado, anteriormente, considerará, como determinante, a necessidade de preservação dos recursos naturais em consonância com a adoção de políticas públicas voltadas para a construção da sustentabilidade ambiental.

Outro aspecto que verificamos no Programa de 1994, encontra-se no item “Patrimônio genético e biodiversidade: uma questão estratégica”. Neste, os imensos recursos naturais presentes nos biomas brasileiros, bem como a “extraordinária biodiversidade”, são colocados como imensas fontes de riqueza e, por conseguinte, estratégicas para o desenvolvimento do país, se forem identificadas e exploradas economicamente a partir de uma perspectiva ecologicamente correta:

**Desenvolvendo seu potencial ambiental o Brasil deve tornar dinâmica a vantagem comparativa representada pela sua biodiversidade**, isto é, torná-la permanentemente adequada para suprir um mercado mundial em expansão. As imensas reservas naturais do Brasil e sua extraordinária biodiversidade constituem a mais importante vantagem comparativa do país com longa perspectiva de futuro. Identificar e explorar ecologicamente estes recursos naturais que possuímos e oferecer em troca de vantagens nas relações econômicas e políticas internacionais, além de suprir partes das necessidades internas do país, **é uma prioridade estratégica central para o desenvolvimento nacional** (PT, PROGRAMA DE GOVERNO, 1994, p.130, grifos nossos).

No Programa de Governo de 1998, no caderno temático “Bases do Programa de Governo”, no tópico “Promover o desenvolvimento com estabilidade e distribuição de renda”, afirma-se com ênfase, a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento para o Brasil, fundamentado em novas prioridades, especialmente priorizando a “dimensão humana e social e a defesa do meio ambiente”, compreendidos de modo interligados a um “verdadeiro desenvolvimento”:

O Brasil pode e deve ter um caminho próprio. Novas prioridades substituirão as atuais. **A dimensão humana e social e a defesa do meio ambiente são inseparáveis** de um verdadeiro desenvolvimento (PT, PROGRAMA DE GOVERNO, 1998, p. 5, grifo nosso).

Neste sentido, o Programa de 1998, se compromete a por em prática para viabilizar o novo projeto de desenvolvimento proposto, as seguintes ações, as quais sintetizamos a seguir:

- Fortalecimento da autonomia nacional, tendo por objetivo a defesa da produção e do emprego;
- Tornar a educação dos brasileiros prioridade nacional;
- Assegurar aos cidadãos uma saúde digna;
- Defender e renovar a produção industrial e agrícola;
- Apoiar a criação e o desenvolvimento de micros e pequenas empresas;
- Ampliar a competitividade e incrementará a pesquisa científica e tecnológica;
- Estimular as exportações, sobretudo de produtos industrializados, e restringirá as importações predatórias;
- Redefinir o sistema financeiro, garantindo crédito com juros acessíveis;
- Dirigir a política de crédito das agências públicas de financiamento – notadamente BNDES, BNB, BB e CEF - para o fortalecimento da economia e o desenvolvimento social;
- Promover a formação de Bancos do Povo;
- Desenvolver os programas de habitação popular, saneamento e transporte urbano;
- Reformar os sistemas tributários e previdenciários;
- Favorecer a negociações transparentes com trabalhadores e;
- Aumentar a participação dos salários na renda nacional por meio da elevação dos salários mais baixos (PT, PROGRAMA DE GOVERNO, 1998, p.5-6).

A partir desse programa de medidas apresentadas, vemos que a premissa é trabalhar na perspectiva de construção de um novo modelo de desenvolvimento que leve em conta as dimensões humana, social e ambiental de modo integrado. Prevê, portanto, a transição para um novo modelo econômico que passe a integrar crescimento com distribuição de renda e inclusão social.

No entanto, a partir das medidas acima preconizadas, nota-se, que os aspectos econômicos e sociais são priorizados, não evidenciando como o Programa implementará, de modo efetivo, a integração desse novo modelo de desenvolvimento com a dimensão ambiental. Ou seja, não basta afirmar apenas que a dimensão ambiental estará integrada ao novo modelo de desenvolvimento, é necessária, como política pública, apontar caminhos efetivos rumo a esta integração.

É interessante notar também que nesta citação, o referido Programa não qualifica ou se conceitua o termo “desenvolvimento”. “O Programa recorre a expressões, como; “verdadeiro desenvolvimento” e “um novo projeto de desenvolvimento”. Ora, se o conceito “desenvolvimento sustentável” já vinha sendo utilizado anteriormente no Programa de 1994

para qualificar o novo projeto de desenvolvimento proposto, podemos indagar: por que o modelo de desenvolvimento proposto em 1998, não é qualificado como “sustentável”? Seria este fato um indício de um retrocesso do partido quanto à assimilação do conceito? Seria esta mudança conceitual produto das novas coligações partidárias nesta eleição de 1998, com a inclusão do PDT de Leonel Brizola que provocou mudanças no discurso do PT sobre o tema?

Fundamentados em citações posteriores responderíamos negativamente a estas indagações, já que, como veremos, a qualificação “sustentado” para o modelo de desenvolvimento proposto volta a ser utilizada em outros momentos do mesmo Programa de 1998. Há indícios, portanto, de que este fato revela certa “despreocupação” do Programa em qualificar com mais especificidade o novo modelo de desenvolvimento proposto.

Ainda no caderno temático “Bases do Programa de Governo”, no item intitulado “Meio ambiente”, o Programa de 1998 reforça novamente a preservação do meio ambiente e a busca do “desenvolvimento sustentado” como princípios de governo:

**[...] a preservação do meio ambiente e a busca do desenvolvimento sustentado serão princípios do novo governo** e estarão presentes no planejamento e na execução de todas suas iniciativas, especialmente nas políticas de infra-estrutura, industrial, agrícola, de ciência e tecnologia (PT, PROGRAMA DE GOVERNO, 1998, p.52, grifos nossos).

Como já apontado volta-se a utilizar a qualificação “desenvolvimento sustentado”, sendo que este é aqui apresentado em relação com outras áreas de desenvolvimento estabelecidos nas políticas públicas do referido Programa. A única referência direta no Programa de Governo de 1998 à categoria “desenvolvimento sustentável” ocorre no caderno temático “Carta Compromisso”, nos seguintes termos:

Mais do que um desenvolvimento sustentável, queremos uma sociedade sustentável, em que a economia tenha no ser humano seu eixo fundamental (PT, PROGRAMA DE GOVERNO, 1998, p.3).

A defesa de um projeto de “desenvolvimento sustentável” é ampliada para a defesa de uma “sociedade sustentável”, considerando a dimensão da promoção humana como “eixo fundamental” neste processo.

No Programa de governo 2002, a defesa do “desenvolvimento sustentável”, se faz presente de modo incisivo como meta de um novo modelo de desenvolvimento a ser implementado pelo governo federal. No caderno temático intitulado “Concepção e Diretrizes

do Programa de Governo do PT para o Brasil”, este projeto de desenvolvimento é assim apresentado:

[...] Para quem defende não uma mera “continuidade sem continuísmo”, pela adoção de uma política “desenvolvimentista” que agrega o “social” como acessório, mas sim uma verdadeira transformação inspirada nos ideais éticos da radicalização da democracia e do aprofundamento da justiça social, não pode restar dúvida de que **um governo democrático e popular precisará operar uma efetiva ruptura global com o modelo existente, estabelecendo as bases para a implementação de um modelo de desenvolvimento alternativo.**

**Tal projeto** deverá incorporar o combate à dependência externa e a defesa da autonomia nacional; **terá o social como referência central do desenvolvimento – ou seja, o desenvolvimento sustentável incorporará em sua própria dinâmica interna a distribuição de renda e de riqueza, a geração de emprego, a inclusão social e o uso dos recursos naturais com sustentabilidade;** e buscará criar condições, de modo permanente, para a democratização do Estado e da política. Sua implementação só será possível a partir da constituição de uma nova coalizão de forças que rompa com os sucessivos pactos conservadores que vêm dominando o país há décadas. É hora de ousar, pois é em momentos de grandes mudanças mundiais, como este, que se abrem novas possibilidades para os países da periferia do sistema, como o Brasil, conquistar uma posição de inserção soberana no mundo (PT, PROGRAMA DE GOVERNO, 2002, p. 5, grifos nossos).

Verificamos a partir citação que no Programa de 2002, a categoria “desenvolvimento sustentável” será amplamente utilizada, para qualificar “um modelo de desenvolvimento alternativo”. Nota-se aqui a defesa de uma ruptura global com o modelo existente até então e a necessidade de o “desenvolvimento sustentável” incluir outros aspectos que o qualifiquem como tal, entre esses, merece destaque, o uso dos recursos naturais com “sustentabilidade”.

Assim, aparece pela primeira vez entre os Programas o tema “sustentabilidade”. Consideramos a inclusão desta nova categoria conceitual um avanço do discurso programático do PT em relação à concepção ao modelo de “desenvolvimento sustentável” proposto, pelo fato de ser evidenciado com mais amplitude outros elementos definidores do que seria este “desenvolvimento alternativo” proposto, elementos como; distribuição de renda, geração de emprego, inclusão social e sustentabilidade ambiental. Vemos também que o Programa propõe uma ruptura global com a política “desenvolvimentista” que, segundo o mesmo, prevalecia no Brasil até aquele momento.

No mesmo caderno temático, o Programa de 2002, afirma ainda que, “novo modelo de desenvolvimento”, deverá ser implementado a partir de três eixos estruturantes e interligados; o social, o democrático e o nacional. Sendo este tripé assim explicitado:

**O novo modelo de desenvolvimento brasileiro deverá articular três eixos estruturantes: o social, o democrático e o nacional.** Por um lado, sendo a democracia concebida como meio e como fim, como procedimento e como conteúdo – e, portanto muito mais que um regime político – o democrático é inseparável do social. Por outro lado, historicamente, as coalizões políticas que têm governado o país fizeram-no sustentadas na dependência externa e, internamente, fechando-se sobre si mesmas, de modo autocrático; daí que o democrático seja indissociável do nacional. Por fim, se o processo de globalização em curso não estabelece fronteiras para as mercadorias e para o capital (que se concentram em poucos países), os povos, em particular os mais pobres, continuam obrigados a viver no território dos seus próprios países; por isso, a questão social é inseparável da questão nacional (PT, PROGRAMA DE GOVERNO, 2002, p.6, grifo nosso).

Nesta citação a defesa incisiva da democracia, assim como referências ao processo de globalização, em curso, e a necessidade de uma inserção segura do Brasil neste processo, são mencionadas como determinantes para a consolidação do “novo modelo de desenvolvimento” proposto.

No caderno temático intitulado “Meio Ambiente e Qualidade de Vida”, o Programa de governo de 2002, se dedica a esmiuçar as propostas para que se torne realidade um modelo de desenvolvimento para o Brasil que incorpore a “idéia-força” de “sustentabilidade ambiental” como meta e princípio, destacando o patrimônio natural pelo seu caráter simbólico e estratégico para um “projeto sensato de desenvolvimento”:

Os principais problemas ecológicos demonstram a estreita relação existente entre degradação ambiental e degradação social. **Nosso governo enfrentará o desafio de internalizar no Estado brasileiro, como um todo orgânico, a idéia-força de sustentabilidade ambiental**, que funcionará como um dos eixos estruturais das políticas públicas. Não se trata apenas da conservação dos recursos naturais, mas, sobretudo, das formas sociais de apropriação e uso desses recursos.

Por isso o nosso governo estimulará a realização de uma Conferência Nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento, de modo a estimular o livre debate sobre as estratégias da **sustentabilidade ambiental**.

O patrimônio natural do Brasil é uma referência para o país, tanto pelo valor simbólico quanto pelo caráter estratégico de seus recursos em qualquer projeto sensato de desenvolvimento.

A participação da economia brasileira na base produtiva mundial ainda se dá predominantemente por meio da exploração de nosso patrimônio natural. Essa é uma de nossas grandes vantagens comparativas. Mas desenvolver o Brasil com responsabilidade social significa internalizar os custos ambientais ao processo produtivo e substituir as exportações de produtos primários, *in natura*, que geram poucos empregos e mantêm nosso país tecnologicamente dependente por produtos de maior valor agregado. Somos um país com grande potencialidade para atingir um estágio avançado de regulação das atividades produtivas, compatível com a **sustentabilidade**

dos recursos naturais, a valorização da biodiversidade, a diversificação da agricultura e da pecuária, o manejo da produção florestal e extrativista e o uso adequado da água (PT, PROGRAMA DE GOVERNO, 2002, p.8, grifos nossos).

Segundo nosso entendimento, nesta citação, a recorrência à categoria “sustentabilidade” é feita de modo mais completo entre todos os programas de governo analisados, por isso justificamos sua inserção na íntegra, neste trabalho, apesar de longa. Nesta, o Programa considera o patrimônio natural como uma referência para o país, “tanto pelo valor simbólico quanto pelo caráter estratégico”. É significativa a incorporação da categoria “valor simbólico” ao patrimônio natural. Notamos, com isso, uma ampliação do conceito de sustentabilidade.

Vemos também, que o Programa de 2002, defende ainda, que não pode existir um “projeto sensato de desenvolvimento”, sem a inclusão da “sustentabilidade ambiental”, evidenciando, ainda, a estreita relação entre degradação ambiental e degradação social. Assim sendo, a superação destas condições de degradação historicamente construídas, exige a necessidade do Estado brasileiro de internalizar a “idéia-força” de construção da “sustentabilidade ambiental” como um dos eixos estruturantes das políticas públicas. É notável, como já afirmamos, nesta citação, um avanço no entendimento sobre as relações entre o social e o ambiental.

A sistematização de propostas para a emergência do “desenvolvimento sustentável” no Brasil no Programa de Governo de 2002 é aprofundada e ampliada no caderno temático “Programa de Governo 2002 da coligação Lula Presidente”, mais especificamente no item intitulado “Infra-estrutura e Desenvolvimento Sustentável”. Este capítulo do Programa afirma incisivamente o compromisso do governo do Partido dos Trabalhadores e partidos aliados, signatários do programa, com a construção de um novo modelo de desenvolvimento. No referido caderno temático, o projeto para “o assentamento dos alicerces de um Brasil sustentável, mais justo e ambientalmente equilibrado”, é assim descrito:

O esforço fundamental do **nosso projeto** é a busca de elaboração e implementação de políticas de médio e longo prazos voltadas para o assentamento dos alicerces de um **Brasil sustentável, mais justo e ambientalmente equilibrado** e sem as desigualdades que vêm marcando nossa história de exclusão. Nesse sentido, o novo governo terá no centro de suas preocupações a construção e implementação de estratégias que melhorem a distribuição de renda e reforcem a conservação da diversidade ambiental, a pluralidade e a singularidade das nossas diferentes culturas (PT, PROGRAMA DE GOVERNO, 2002, p.52, grifos nossos).

Novos elementos são, assim, incorporados ao projeto de construção de um Brasil sustentável, tais como; a superação das desigualdades sociais e o reconhecimento da pluralidade cultural do país.

O Programa de 2002 é dedicado ainda, a esmiuçar “as linhas estratégicas do futuro governo para recuperar a infra-estrutura produtiva do país”. Neste sentido é que defende o “planejamento integrado nacionalmente, combinado a uma perspectiva regional flexível e descentralizada”, afirmando ainda, a necessidade de o novo governo manter-se distante tanto “velho nacional-desenvolvimentismo das décadas de 1950, 1960 e 1970, quanto do liberalismo que marcou os anos 90”, reafirmando, portanto, a implementação de um governo que será marcado por profundas rupturas com o modelo de sociedade então prevalecente (PT, PROGRAMA DE GOVERNO, 2002, p. 52).

Os modelos de desenvolvimento econômico implementados pelos governos militares e democráticos prevalecentes no Brasil até 2002, são amplamente criticados no Programa aqui analisado, sendo o “nacional-desenvolvimentismo” considerado responsável pela “distorção das estruturas de mercado, a geração de ineficiências econômicas e um quadro de má distribuição de renda” enquanto que o “liberalismo econômico” dos anos de 1990 e “as políticas do atual governo aprofundaram a fragmentação da estrutura econômica e industrial, as desigualdades regionais e a concentração de renda”. Estabelece, portanto, uma crítica contundente ao modelo neoliberal adotado na era FHC (PT, PROGRAMA DE GOVERNO, 2002, p.53).

Ainda no item “Infra-estrutura e Desenvolvimento Sustentável”, o Programa de 2002, reafirma as bases do “novo modelo de desenvolvimento” que defende para o Brasil, nos seguintes termos:

Um **novo modelo de desenvolvimento** exigirá a superação efetiva de importantes estrangulamentos na infra-estrutura existente hoje no País, cuja insuficiência e desgaste tem se revelado como um obstáculo decisivo ao crescimento sustentado.

As bases programáticas do nosso governo apontam para um País diferente. Um Brasil capaz de construir seu próprio futuro e de sustentar seu desenvolvimento econômico e social (PT, PROGRAMA DE GOVERNO, 2002, p. 53, grifo nosso).

Aqui o novo modelo de desenvolvimento é qualificado como “crescimento sustentado”. Vemos que o Programa afirma que a idéia de sustentabilidade deverá estar presente também na



política econômica do novo governo, sendo o candidato da coligação eleito, o que, como sabemos, ocorreu.

Nesta perspectiva, o Programa se dedica, ainda, no caderno temático “Infra-estrutura e Desenvolvimento sustentável”, a detalhar as “Diretrizes Gerais”, para o plano do novo governo para os setores da infra-estrutura, “sustentado por três pilares básicos”:

Uma nova concepção de Planejamento e Desenvolvimento;  
Reconstrução das cidades e Desenvolvimento Urbano;  
Energia para o desenvolvimento; (PT, PROGRAMA DE GOVERNO, 2002, p.53).

O caderno temático “Infra-estrutura e Desenvolvimento Sustentável” do Programa de 2002 apresenta, ainda, propostas específicas para as três áreas citadas para que, assim, o novo modelo de desenvolvimento preconizado possa ser efetivamente construído a partir do novo governo.

Finalmente, no Programa de Governo de 2006, logo na introdução, se faz presente a afirmação de que o Brasil no primeiro mandato do Governo Lula “ingressou em uma etapa de desenvolvimento sustentável”, apontando para a necessidade de “avançar no rumo desse novo ciclo de desenvolvimento no segundo mandato”:

[...] o Governo Lula apontou o caminho da mudança. Depois de quase três décadas perdidas, o Brasil ingressou em uma etapa de **desenvolvimento sustentável**. As mudanças são visíveis, como atestam principalmente a expansão do emprego e da renda de milhões de brasileiros. Caberá ao segundo mandato avançar mais aceleradamente no rumo desse novo ciclo de desenvolvimento. Um **desenvolvimento de longa duração**, com redução das desigualdades sociais e regionais, respeito ao meio ambiente e à nossa diversidade cultural, emprego e bem-estar social, controle da inflação, ênfase na educação, democracia e garantia dos Direitos Humanos, presença soberana no mundo e forte integração continental. (PT, PROGRAMA DE GOVERNO, 2006, p. 5, grifos nossos).

Vemos, assim, o Programa de 2006 afirmar categoricamente que “[...] o Brasil ingressou em uma etapa de desenvolvimento sustentável”, e que estas mudanças são visíveis, “[...] como atestam principalmente a expansão do emprego e da renda de milhões de brasileiros”.

Como já pudemos verificar no capítulo anterior desta pesquisa, mais especificamente no **Quadro 2**, é no caderno temático “Política Ambiental Integrada para o Desenvolvimento Sustentável”, que integra o Programa de Governo de 2006, que são apresentadas todas as

ações governamentais que evidenciam este provável avanço ocorrido no Brasil durante o primeiro Governo Lula da Silva, no período de 2003 a 2006, rumo ao “desenvolvimento sustentável”.

Em outra citação o Programa de 2006 volta a afirmar que no primeiro mandato do presidente Lula da Silva, foi lançado os “alicerces” de um “desenvolvimento sustentável”:

As políticas aplicadas a partir de 2003 pelo Governo Lula não só evitaram a catástrofe econômica, como lançaram os alicerces de um **desenvolvimento sustentável** que, no médio prazo, permitirá ao Brasil ingressar em um ciclo virtuoso capaz de combinar crescimento econômico, bem-estar social, democratização política, soberania nacional e integração continental. Para atingir esse objetivo estratégico o presidente Lula renova seus compromissos com o povo brasileiro, apresentando seu Programa de Governo estruturado em torno de seis eixos. (PT, PROGRAMA DE GOVERNO, 2006, p. 5, grifo nosso).

No entanto, o tema “desenvolvimento sustentável” é utilizado somente a partir de referenciais de mudanças econômicas e sociais, não fazendo menção às mudanças no sentido de construção da “sustentabilidade ambiental”:

No mesmo caderno temático, o item intitulado “Aprofundamento do novo modelo de desenvolvimento: crescimento com distribuição de renda e sustentabilidade ambiental” apresenta propostas de integração dos diversos aspectos da vida em sociedade; econômico, social, político e cultural, segundo o novo modelo de desenvolvimento “em construção”, afirmando, ainda, a necessidade da consolidação de uma política de ciência e tecnologia, que contribua para que as universidades e os centros de pesquisa se aproximem mais dos temas mais relevantes para o “desenvolvimento nacional”:

A **sustentabilidade** dessas transformações será condicionada pelo prosseguimento das políticas de conservação do meio ambiente. Ações de planejamento e controle ecológico darão também novo alento à investigação científica e terão seus resultados monitorados por indicadores públicos. Uma política de ciência e tecnologia, necessária para a inovação industrial, agrícola e de serviços, fará com que as universidades e os centros de pesquisa se aproximem mais dos grandes temas do **desenvolvimento nacional**. O novo ciclo de desenvolvimento estimulará ainda mais os micro, pequenos e médios empreendedores por meio de medidas jurídicas, técnicas, fiscais e creditícias. (PT, PROGRAMA DE GOVERNO, 2006, p.5, grifos nossos).

Nesta citação, como pode ser observado, recorre-se a usos de diferentes palavras para qualificar o “desenvolvimento” que o Programa afirma estar sendo colocado em prática pelo

governo do PT, mais uma vez priorizando aspectos econômicos, não fazendo qualquer referência aos aspectos ambientais.

Vemos, portanto, que o Programa de Governo de 2006, defende enfaticamente a implementação de um processo de “desenvolvimento sustentável” no Brasil, a partir do governo Lula da Silva. No entanto, há muitas vozes dissonantes em relação a este provável processo de “desenvolvimento sustentável”. Por se tratar de um processo muito recente, o qual apresenta um amplo horizonte de análises, apesar de o debate, sobre o mesmo, já vir ocorrendo de modo caloroso, julgamos que a avaliação ampla sobre este processo em voga, apresenta-se como um grande desafio para as atuais e futuras gerações de pesquisadores, que deverão ser feitas sobre os mais amplos aspectos. Apesar disso, julgamos necessária a inclusão de alguns elementos do contexto para contribuir para o debate.

Em que pese à recorrência do conceito de “desenvolvimento sustentável” nos Programas de Governo do PT e da defesa de políticas de preservação do meio ambiente, a partir de uma perspectiva de busca da sustentabilidade ambiental, um fato que marcou recentemente as mudanças políticas do Governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva foi a saída da Ministra do Meio Ambiente Marina Silva, em 2008, uma personalidade política reconhecida pela sua coerência na luta pelas questões ambientais e pela grande contribuição ao longo da história do próprio PT para a inserção das questões ambientais nos discursos programáticos do Partido.

Em carta de sua autoria, enviada ao Partido dos Trabalhadores em agosto de 2009, Marina Silva que exerceu a função de Ministra do Meio Ambiente (MMA) no governo Lula, no período de 2002 a 2008, avalia seu trabalho no Ministério e explica os motivos da sua saída do PT, após trinta anos de militância no interior do Partido, dedicando-se neste período, principalmente à “causa ambiental”. Em sua carta, fica evidente que, os rumos tomados a partir do segundo mandato pelo governo do presidente Lula se tornaram “insustentáveis” quanto ao projeto de “sustentabilidade ambiental” presente nos Programa de Governo, dos quais, como já mencionamos, a ex-ministra participou ativamente da elaboração. Diz a carta:

Tive a honra de ser ministra do Meio Ambiente do governo Lula e participei de importantes conquistas, das quais poderia citar, a título de exemplo, a queda do desmatamento na Amazônia, a estruturação e fortalecimento do sistema de licenciamento ambiental, a criação de 24 milhões de hectares de unidades de conservação federal, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e do Serviço Florestal Brasileiro. **Entendo, porém, que faltaram condições políticas para avançar no campo da visão estratégica, ou seja, de fazer a questão ambiental alojar-se no coração do governo e do conjunto das políticas públicas.** É evidente que a resistência a essa mudança de enfoque não é exclusiva de governos. Ela está presente nos partidos políticos em geral e em vários setores da

sociedade, que reagem a sair de suas **práticas insustentáveis** e pressionam as estruturas políticas para mantê-las<sup>56</sup>. Grifo nosso.

O que ficou claro nos debates que ocorreram com a saída da ministra Marina Silva do MMA em 2008, é que, apesar de o discurso da sustentabilidade perpassar como projeto de um novo modelo de desenvolvimento nos cinco Programas de Governo do Partido dos Trabalhadores, a partir do lançamento do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC)<sup>57</sup>, o modelo concreto de ação governamental passa a fundamentar-se muito mais em projeto econômico “desenvolvimentista” e este rumo tomado estaria provocando um retrocesso no que se refere às políticas públicas de avanço, com inclusão da questão ambiental como estratégica no Governo Lula da Silva.

As contradições internas quanto à política de meio ambiente adotada pelo governo Lula da Silva, com as orientações do MMA, já vinham sendo evidenciadas, quando o governo decidiu pela liberação da produção e comercialização da soja transgênica, agindo, assim, de modo truculento contra as orientações do MMA, cedendo às pressões dos grandes produtores deste gênero alimentício, que visam prioritariamente o mercado externo e ignoram o debate sócio-ambiental sobre tal polêmica, conforme já analisamos no capítulo anterior.

Ainda segundo a ex-ministra Marina Silva, os rumos adotados pelo governo Lula a partir do segundo mandato, com a priorização do PAC, carece de uma visão estratégica, e caminha na contramão de um projeto de sociedade fundamentado na sustentabilidade sócio-ambiental, preconizado em muitos momentos, como verificamos, nos Programas de Governo do Partido dos Trabalhadores.

Nas palavras de Marina Silva, a busca da sustentabilidade estaria definitivamente “desalojando-se do coração do governo”. É público e notório o embate ideológico no que se refere às políticas públicas para o meio ambiente entre Marina Silva e a ex-ministra da casa civil Dilma Rousseff, principal mentora do PAC.

Ora, O PAC tem como prioridade a construção de grandes obras de infra-estrutura, fundamentado em uma concepção governamental de crescimento econômico a qualquer custo

---

<sup>56</sup> Disponível em <http://www.noticias.uol.com.br/politica>. Acesso em 09/02/2010.

<sup>57</sup> O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 28 de janeiro de 2007, é um programa do governo federal brasileiro que engloba um conjunto de políticas econômicas planejadas e que tem como objetivo acelerar o crescimento econômico do Brasil, prevendo investimento de R \$ 503, 9 bilhões até 2010, sendo uma das suas prioridades o investimento em infra-estrutura, em áreas como saneamento, habitação, transporte, energia e recursos hídricos, entre outros. Disponível em <http://www.wikipédia.org.br>. Acesso em 22 de julho de 2010.

e de submissão ao capital, recorrendo ao discurso da sustentabilidade apenas como uma “maquiagem politicamente correta”.

Sampaio Júnior (2008), em artigo intitulado “Notas sobre o PAC: um passo atrás” apresentado em um seminário<sup>58</sup> sobre o tema em questão refere-se ao PAC da seguinte maneira:

Anunciado como uma guinada na política econômica, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi recebido por muitos – à esquerda e à direita – como uma negação da herança neoliberal e a volta do papel regulador do Estado na economia. Nada mais longe da realidade. As medidas anunciadas são apenas um pouco mais do mesmo. Seus fins e seus meios enquadram-se perfeitamente nos parâmetros do padrão de acumulação neoliberal-periférico, implantado por Collor de Mello, consolidado por FHC e reciclado e re-legitimado por Lula da Silva (SAMPAIO JÚNIOR, 2009, p.1).

Ainda segundo o autor:

Generoso com os empresários e mesquinho com os trabalhadores, o PAC acentua a privatização da economia, estimulando as Parcerias Públicas Privada e as Sociedades de Propósitos Especiais; transfere, por diferentes mecanismos, grandes volumes de recursos fiscais e para-fiscais para a iniciativa privada; **torna a legislação ambiental ainda mais vulnerável à ação predatória do capital**; e aumenta os obstáculos a uma maior participação dos salários na renda nacional. (SAMPAIO JÚNIOR, 2009, p.6, grifo meu).

Ávila (2007) é ainda mais contundente em suas críticas. Na sua perspectiva o PAC significa, na verdade, um “Programa de Atendimento aos Credores”, elaborado pelo Governo Lula da Silva. Diz o autor:

Apresentado pelo governo e pela imprensa como um Programa ambicioso de meio trilhão de reais em investimentos, o PAC, na verdade, é mais do mesmo. Nada menos que R\$ 274 bilhões (dos R\$ 503 bilhões totais) são investimentos em energia, oriundos de empresas estatais - principalmente a Petrobrás, cujos investimentos já estavam previstos antes do PAC - e outras fontes (fora do Orçamento Geral da União), ou seja: isso não representa um aumento significativo nos investimentos públicos. Outros R\$ 146 bilhões referem-se a supostos investimentos em habitação e saneamento. Porém, não se trata de investimento público, e sim, preponderantemente, de financiamentos a empresas e pessoas físicas, que podem não ser

---

<sup>58</sup> Versão integral dos artigos aqui mencionados, bem como de outros apresentados no mesmo seminário encontram-se disponíveis em [http://www.corecon-rj.org/ced\\_documentos-base.asp](http://www.corecon-rj.org/ced_documentos-base.asp). Acesso em 20 de julho de 2010.

contratados, e caso o sejam, terão de ser reembolsados ao governo. Outros R\$ 58,3 bilhões são investimentos em transportes, em obras que, na maioria das vezes, já estavam previstas no Plano Plurianual de Investimentos (2004-2007) (ÁVILA, 2007, p. 4).

O autor considera, portanto, que a maior parte dos investimentos públicos propagandeados pelo governo federal, que seriam feitos por meio do PAC, não passa de falácia.

No entender do autor, na realidade:

O PAC aprofunda a política de superávits primários e de priorização aos gastos com a dívida pública, adotando medidas que implementam a proposta feita recentemente por Delfim Neto, do chamado “Déficit Nominal Zero”. Esta proposta consiste em aumentar o superávit primário de forma a viabilizar o pagamento de todos os juros da dívida. Visto que hoje o superávit equivale a menos da metade dos juros, a proposta de Delfim prega a realização de um ajuste fiscal de longo prazo, que busque cortar os gastos sociais (principalmente os da previdência, salário mínimo e dos servidores públicos) por um período de 10 anos, de forma a viabilizar o total pagamento dos encargos da dívida. Para implementar a idéia proposta por um dos maiores ícones da ditadura militar, o governo Lula incluiu no PAC medidas que visam cortar gastos sociais pelos próximos 10 anos. Não por acaso, um dos itens do Programa denomina-se “Medidas Fiscais de Longo Prazo”, e prevê a limitação por 10 anos dos gastos com os servidores públicos, a limitação do reajuste do salário mínimo a índices pífios até 2011 e a criação do Fórum Nacional da Previdência Social, que visa propor uma nova Reforma da Previdência, para retirar mais direitos duramente conquistados pelos trabalhadores (ÁVILA, 2007, p. 1).

Como podemos notar, não são poucas as críticas direcionadas aos rumos tomados pelo governo Lula da Silva, principalmente a partir do seu segundo mandato e dos rumos adotados pela política econômica, especialmente a partir do lançamento do PAC em 2007.

Como evidenciam algumas das críticas por nós aqui expostas, o projeto de desenvolvimento fundamentado em uma concepção de sustentabilidade sócio-ambiental, estaria sendo suprimido e substituído, gradativamente, por um projeto econômico-desenvolvimentista, fundamentado prioritariamente em um modelo de crescimento, nos moldes das antigas políticas econômicas dos governos anteriores, veementemente criticadas e consideradas como promotoras de miséria, exclusão social e degradação ambiental, nos Programas de governos, analisados nesta pesquisa.

## 8. AS CONCEPÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS PROGRAMAS DE GOVERNO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES.

Neste capítulo, são apresentadas as propostas para a Educação Ambiental, a partir das citações destacadas dos cinco Programas de Governo, que compõem o *corpus* documental desta pesquisa, buscando ao mesmo tempo, analisar quais concepções de Educação Ambiental podem ser identificadas a partir dessas propostas destacadas nos mesmos Programas.

Partindo desses propósitos, estabelecemos diálogo com elementos do contexto histórico no qual os referidos Programas de Governo foram produzidos, bem como com outros autores. Os autores incluídos neste capítulo, muito nos auxiliaram, no sentido de colaborar, para que pudéssemos construir análises e encontrar resultados mais consistentes para a questão norteadora desta pesquisa, referente à inserção da Educação Ambiental nos Programas de Governo aqui pesquisados.

Um importante aspecto constatado ainda na fase exploratória do *corpus* documental nos possibilitou verificar, que a inserção do tema Educação Ambiental nos referidos Programas de Governo, ocorreu de modo gradativo, no decorrer dos cinco Programas, particularmente nos Programas de Governo de 1994 e 1998, conforme pode ser observado no **Quadro 8**.

**QUADRO 8:** Citações relativas à Educação Ambiental nos Programas de Governo do Partido dos Trabalhadores.

PROGRAMA DE GOVERNO	QUANTIDADE DE CITAÇÕES
1989	00
1994	07
1998	02
2002	12
2006	13

**Fonte:** Programas de Governo do Partido dos Trabalhadores de 1989, 1994, 1998, 2002 e 2006.

Apesar de considerarmos as citações sobre Educação Ambiental exíguas, do ponto de vista quantitativo, a presença de referências diretas à Educação Ambiental em quatro dos cinco Programas analisados, nos possibilitou a identificação de duas concepções abrangente de Educação Ambiental nos Programa analisados:

**1<sup>a</sup>.** A Educação Ambiental em suas dimensões políticas: emancipatória, libertária e engajada no resgate da cidadania.

**2<sup>a</sup>.** A Educação Ambiental institucionalmente estruturada a partir de uma concepção interdisciplinar.

Cabe ainda ressaltar, antes de adentrarmos na análise dessas concepções, que um dado conceitual relevante para os propósitos do presente capítulo, identificado a partir da elaboração do quadro quantitativo acima, refere-se ao surgimento de novos conceitos ou subcategorias no Programa de Governo de 2006 relativos à categoria “Educação Ambiental”, a saber; “educação para a cidadania sócio-ambiental” e “educadores sustentáveis” (este último quando o documento faz referência aos educadores ambientais). Outro diferencial conceitual, igualmente relevante, que identificamos, está presente no Programa de 1994, quando este se refere à “educação para o meio ambiente e para sociedades sustentáveis”.

Como pode ser observado no **Quadro 8**, no primeiro Programa de Governo de 1989, apesar de outros assuntos relacionados à temática ambiental se fazerem presentes, não encontramos em nenhum dos seis cadernos temáticos que o compõe, qualquer referência à “Educação Ambiental” ou propostas específicas relacionadas à Educação Ambiental.

No fascículo intitulado “As Bases do Plano Alternativo de Governo: síntese popular”, composto por quatorze subtítulos, é o VIII, intitulado “Política de Educação”, que apresenta “As diretrizes gerais do plano educacional da Frente para o Brasil”. Mesmo neste, não aparece nenhuma referência específica sobre Educação Ambiental, o mesmo ocorrendo no item XIV do mesmo caderno temático intitulado “Ecologia e Meio Ambiente.

Este dado reforça a idéia apresentada no capítulo 3 deste trabalho, de que a incorporação da temática ambiental, na qual se insere a Educação Ambiental, pelo Partido dos Trabalhadores, nesta primeira década da sua existência, era neste período, ainda bastante “tímida” e/ou secundária. Como vimos no capítulo I, esta constatação é também compartilhada por outros pesquisadores que produziram trabalhos, nos quais se dedicaram a analisar a história do movimento ambientalista no Brasil (DIAS, 2002; VIOLA, 2009; JACOBI, 2003, REIGOTA, 2006).

### **8.1 A Educação Ambiental em suas dimensões políticas: emancipatória, libertária e engajada no resgate da cidadania.**

Para a identificação da Educação Ambiental no que se refere às suas diferentes concepções, este trabalho considera “Educação Ambiental emancipatória”, quando esta “[...] se propõe crítica e transformadora, constituindo a formação de um campo anti-hemônico relativamente ao paradigma dominante” (TAMAIIO, 2007).



Segundo a revisão realizada por Tamaio, vários autores brasileiros contribuíram para a permanente construção da abordagem da educação ambiental como uma visão “crítica e emancipatória”, tais como; Sorrentino (2002a, 2002b); Carvalho (2002, 2004); Layrargues (2004); Guimarães, (2004) e Quintas (2004), que propõem a “Educação Ambiental crítica” e Loureiro (2006) e Lima (2004), que propõem a “Educação Ambiental emancipatória e transformadora” (TAMAIO, 2007).

Para Loureiro, no caso da Educação Ambiental no Brasil, apesar da pluralidade das tendências existentes, elas podem ser separadas em dois grupos distintos, “[...] a “Educação Ambiental conservadora ou comportamentalista” e a “Educação Ambiental crítica ou emancipatória”. Essa distinção baseia-se nas características referentes ao que o autor nomeia de “eixos estruturadores”, a saber: “quanto à condição de ser natureza; quanto à condição existencial; quanto ao entendimento do que é educar e quanto à finalidade do processo educativo” (LOUREIRO, 2005, p. 1483-1484).

Na presente pesquisa, particularmente importante para a compreensão da vertente “crítica e emancipatória” de Educação Ambiental, foi o estudo realizado por Loureiro (2005), que, ao resgatar as contribuições da “Teoria Crítica” em Adorno e as contribuições de Morin, assim define o que seriam as características fundamentais da “Educação Ambiental de conteúdo emancipatório”:

A Educação Ambiental de conteúdo emancipatório e transformador é aquela em que a dialética, forma e conteúdo se realiza de tal maneira que as alterações da atividade humana, vinculadas ao fazer educativo, impliquem mudanças individuais e coletivas. Em que a dimensão política da educação seja “a arte do compromisso e da intransigência”. (Morin, 2002), compromisso com a transformação societária e intransigência na defesa dos valores, atitudes individuais e ações coletivas condizentes com a emancipação. Em que a dialética da vida seja um movimento ético e material, pois “trata-se ao mesmo tempo de mudar de vida e transformar o mundo, de revolucionar o indivíduo e de unir a humanidade”. (Morin, 1999). Conteúdo emancipatório é entendido, nesse contexto enquanto movimento de libertação consciente e de superação permanente das formas de alienação material e simbólica coletiva e individual, existentes em cada fase definida (Adorno, 2000). Educar é emancipar a humanidade, criar estados de liberdade diante das condições que nos colocamos no processo histórico e propiciar alternativas para irmos além de tais condições. Não no sentido absoluto proposto pela Razão Iluminista e pela ciência moderna de matriz cartesiana e positivista. Estas acreditaram na prosperidade humana progressiva baseada no conhecimento total e no domínio da realidade pela racionalidade objetiva, em que, portanto, haveria um momento futuro para atingirmos a plenitude do ser. (LOUREIRO, 2005, p. 1484).

Dentre os autores brasileiros que abordam a Educação Ambiental a partir de uma “perspectiva emancipatória”, consideramos esta apresentada por Loureiro (2005), a que nos parece a que mais se aproxima do que identificamos enquanto “concepção emancipatória de Educação Ambiental” nos Programas de Governo do PT, pela proximidade com a “Teoria Crítica” e com a perspectiva emancipatória presente na tradição marxista.

A concepção sobre emancipação da classe trabalhadora e de que forma a Educação Ambiental pode contribuir com esse processo, nos pareceu evidenciada quando esta categoria temática é abordada nos Programas de Governos produzidos pelo PT.

Como se evidencia **Quadro 8** é no Programa de Governo de 1994, que tanto o conceito de Educação Ambiental quanto propostas específicas para a Educação Ambiental se farão presentes pela primeira vez.

No caderno temático “Bases do Programa de Governo”, no capítulo V intitulado “Bases Ecológicas do Projeto Nacional de Desenvolvimento”, o item 33 denomina-se “Educação Ambiental”. Neste, essa modalidade da Educação é apresentada da seguinte maneira:

**A educação para o meio ambiente e para as sociedades sustentáveis** propõe novos valores, práticas e uma postura ética que, aliada à ciência, modifique as relações entre homens, mulheres, crianças e a natureza. Propõe que a variável educativa perpassa todas as questões que envolvam ações das comunidades, dos órgãos governamentais e das ONGs. Propõe o resgate do cotidiano na educação das dimensões locais, regionais e mundiais. **Propõe uma educação popular e libertária, engajada no resgate da cidadania e integrada à base estrutural da educação.** (PT, PROGRAMA DE GOVERNO, 1994, p.99, grifos nossos).

Notamos nessa citação que, apesar, de o referido capítulo do Programa de 1994 ser intitulado “Educação Ambiental”, a citação refere-se à “educação para o meio ambiente e sociedades sustentáveis”, o que pode sugerir, que para os autores do capítulo, esta definição seja sinônimo de Educação Ambiental.

Quanto ao conceito “Sociedades Sustentáveis”, o mesmo é mencionado uma única vez neste Programa, não sendo mencionado nos Programas posteriores de 1998 e 2002, voltando a aparecer somente no Programa de 2006, diferentemente do conceito “Desenvolvimento Sustentável”, presente de modo recorrente em quatro dos cinco Programas analisados.

Entendemos que, este fato, está relacionado ao contexto histórico no qual o Programa de Governo foi elaborado. Neste período, como já analisamos no capítulo 3, o Brasil vivenciou o auge do “movimento ambientalista” (Leis, 1996; Viola, 1998), com a realização

da “Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento” (CNUMAD), também conhecida como “Eco-92”, que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro no período de 03 a 14 de junho de 1992, na qual também foi elaborado pelo “Fórum Global” das ONGs o “Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global”<sup>59</sup>. Este tratado incorpora amplamente o conceito de “Sociedades Sustentáveis”, presente no próprio título e ao longo do documento. Esta incorporação também ocorre em relação “à dimensão política e emancipatória” da Educação Ambiental, principalmente voltada para a construção de uma “cidadania socioambiental”, no interior das camadas populares, como podemos verificar principalmente nos “princípios” 2º, 4º e 10º do referido Tratado:

2. A educação ambiental deve ter como base o pensamento crítico e inovador, em qualquer tempo ou lugar, em seus modos formal, não formal e informal, promovendo a transformação e a construção da sociedade.

4. A educação ambiental não é neutra, mas ideológica. É um ato político, baseado em valores para a transformação social.

10. A educação ambiental deve estimular e potencializar o poder das diversas populações, promover oportunidades para as mudanças democráticas de base que estimulem os setores populares da sociedade. Isto implica que as comunidades devem retomar a condução de seus próprios destinos. (TRATADO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS E RESPONSABILIDADE GLOBAL, 1992, P.2)

O fato de o Programa de Governo do PT e demais partidos aliados na campanha presidencial de 1994, ter incorporado o conceito de “Sociedades Sustentáveis”, amplamente incorporado pelo “Fórum Global” das ONGs, bem como as dimensões político-emancipatórias da Educação Ambiental é bastante significativo, no sentido de revelar aproximações no campo político-ideológico entre os atores sociais atuantes no “Fórum Global das ONGs” em 1992 com aqueles que atuaram na elaboração dos cadernos relacionados à temática ambiental nos Programa de Governo do PT de 1994.

Como mencionamos na introdução, um dos propósitos programáticos do PT, enquanto partido político, desde suas origens no ano de 1979, é atrair e aglutinar para os seus quadros as lideranças políticas e engajadas identificadas com os “novos movimentos sociais”.<sup>60</sup> Disso

---

<sup>59</sup> Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho das Organizações Não-Governamentais, reunido para este fim, no Rio de Janeiro, de 3 a 14 de junho de 1992. Disponível em <[www.ufpa.br/npadc/gpeea/DocsEA/TratadoEA.pdf](http://www.ufpa.br/npadc/gpeea/DocsEA/TratadoEA.pdf)>. Acesso 24 jun. 2010.

<sup>60</sup> Segundo Sader “Os movimentos sociais foram um dos elementos da transição política entre 1975 e 1985. Eles expressam tendências profundas da sociedade que assinalavam a perda de sustentação do sistema político instituído. Expressaram a enorme distância existente entre os mecanismos políticos instituídos e as formas de

decorre, o fato de em seu discurso programático de governo, em um período de auge do movimento ambientalista no Brasil, o partido incorporar os novos conceitos, amplamente assimilados pelo “movimento ambientalista”.

Esta busca estratégica de aproximação do PT com o movimento ambientalista parece evidenciar-se também a partir da defesa que o Programa de Governo de 1994 apresenta para a implementação da Educação Ambiental, a partir de uma concepção “libertária e engajada”, afinada com a “educação popular e o resgate da cidadania”, (IDEM, 1994, p.9), concepção afinada, portanto, com as concepções de EA do movimento ambientalista no Brasil. Em outra citação referente à proposta para a Educação, de modo mais amplo, o Programa de 1994, no tópico 26 do caderno temático “Bases do Programa de Governo” intitulado “Educação: prioridade máxima” defende uma proposta diferenciada de ações educacionais para as populações das áreas rurais. Nesta proposta, igualmente pode ser observada certa afinidade com as propostas presentes no referido Tratado, especialmente com seu “10º princípio”:

O Governo Democrático e Popular estimulará ações educacionais nas áreas rurais em todos os níveis e modalidades de ensino que visem garantir o desenvolvimento integral dos alunos, independente de sua idade, **articulando o processo pedagógico, suas experiências social e cultural e seu meio ambiente.** (PT, PROGRAMA DE GOVERNO, 1994, p.60-61, grifo nosso).

Parece-nos, que as citações a respeito da Educação e da Educação Ambiental extraídas do Programa de 1994, apresentam elementos próximos a uma concepção “emancipatória” da Educação, ao defender a articulação entre o processo pedagógico, suas experiências social e cultural e seu meio ambiente, no processo ensino-aprendizagem, para que, desta forma, a educação possa cumprir seu papel social de propiciar o desenvolvimento integral

Nesta perspectiva, há indícios no programa de 1994 de uma aproximação com uma “concepção de educação ambiental a partir de uma visão emancipatória”, a qual busca englobar diversas abordagens às quais se alinham no mesmo campo político, entre elas, as tendências popular, libertária, transformadora e crítica (LOUREIRO, 2006).

---

vida social. Mas foram mais que isso: foram fatores que aceleraram essa crise e apontaram um sentido para a transformação social. Havia neles a promessa de uma radical renovação da vida política. Apontaram no sentido de uma política constituída a partir das questões da vida cotidiana. Apontaram para uma nova concepção de política, a partir da intervenção direta dos interessados. Colocaram a reivindicação da democracia referida às esferas da vida social em que a população trabalhadora está diretamente implicada: nas fábricas, nos sindicatos, nos serviços públicos e nas administrações nos bairros”. (SADER, 1988, p.313).

Outro dado relevante, apontado por esta pesquisa, refere-se ao fato de o referido conceito “Sociedades Sustentáveis” não se fazer presente em nenhum dos cadernos temáticos dos dois Programas subsequentes ao de 1994 elaborados pelo PT (1998 e 2002)

Este dado reafirma a análise que fizemos de que, por um lado, o PT busca “afinar” seu discurso programático com o movimento ambientalista, especialmente no período imediato à realização da CNUMAD, aproximação esta, expressa como vimos, no Programa de 1994, e, por outro lado, busca também com esta estratégia, a ampliação de militantes do movimento ambientalistas nos quadros partidários do PT, neste período, como consequência da aproximação do partido com os “novos movimentos sociais”.

O único trabalho que encontramos que faz referência direta a esta ampliação quantitativa de militantes ambientalistas nos quadros do PT, na década de 1990, foi realizado por Viola (2005), já citado no capítulo 3 desta pesquisa. Assim sendo, consideramos que este dado careça de mereça uma atenção maior por parte daqueles que se dedicam à história do ambientalismo no Brasil.

Isto constatado refletiria o sucesso da estratégia do PT de buscar aglutinar a militância política ambientalista no interior do Partido. Nossa constatação sobre a aproximação discursiva entre o Programa de 1994 com o Fórum das ONGs, particularmente com o “Tratado de Educação Ambiental”, aponta indícios que ampliam esta tendência de aproximação a partir de uma perspectiva estratégica política do PT em atrair para seus quadros os atores sociais militantes do movimento ambientalista. No entanto, a respeito de tais questões, podemos indagar:

- Se de fato ocorreu esta ampliação de militantes ambientalistas nos quadros do PT nos anos 1990, por que os cadernos temáticos referentes à “questão ambiental” nos dois Programas subsequentes, de 1998 e 2002, não fazem referência ao conceito de “Sociedades Sustentáveis”, optando pelo conceito de “Desenvolvimento Sustentável”? Seria esta opção conceitual sinônimo de um “enquadramento” do Partido dentro de um discurso mais “oficial” sobre sustentabilidade? <sup>61</sup>

Outras questões nos parecem igualmente relevantes para um estudo mais aprofundado sobre o mesmo processo:

---

<sup>61</sup> Uma leitura ampla sobre o debate contemporâneo a respeito do tema “sustentabilidade” e de suas variantes, “desenvolvimento sustentável” e “sociedades sustentáveis”, evidenciando a trajetória da construção social dos conceitos, pode ser realizada a partir de Bursztyn (2001). Segundo este autor a concepção de sustentabilidade é plural e historicamente construída. Para uma leitura sobre o tema “sustentabilidade” e suas relações intrínsecas com “crescimento” e “mudanças econômicas” ver Cavalcanti (2003); Bruseke (2003); Leff (2001) e Sachs (2000). A respeito da concepção de sustentabilidade como disputa de poder político-ideológico nos rumos conceituais de desenvolvimento ver Nobre (2002); Ruscheinsky (2002), Layrargues (1997) e Herculano (1992).

- Neste mesmo período como ocorreu a relação dos ambientalistas com outros partidos políticos? Como o PV e outros partidos se inserem neste contexto?

Estas seriam algumas questões a serem pensadas e que podem lançar novas luzes sobre a história do movimento ambientalista no Brasil, a partir de novos dados, que poderão ser alcançados, a partir de uma perspectiva de análise comparativa sobre o referido processo e atuação político-partidária dos diversos atores sociais.

No Programa de Governo de 1998, a concepção de Educação Ambiental enfatizando suas dimensões políticas, não se faz presente de modo direto como ocorrido no Programa de 1994.

Observando o **Quadro 8**, notamos, inclusive, que o Programa de 1998 apresenta somente duas citações específicas sobre Educação Ambiental, o que evidencia certo “arrefecimento” neste Programa com relação à importância dada à Educação Ambiental e sua dimensão política, se comparado ao Programa de 1994. Isto fica evidente até mesmo no aspecto quantitativo, como demonstrado no **Quadro 8**.

As duas citações defendem a incorporação de Educação Ambiental no currículo escolar, bem como, a necessidade da implementação do “Programa Nacional de Educação Ambiental”, discussão que retornaremos mais adiante.

No Programa de Governo do PT de 2002, o foco dado à Educação Ambiental reafirma, assim como no Programa de 1998, a necessidade de reestruturação do “Programa Nacional de Educação Ambiental”.

Portanto, como veremos com mais detalhes no tópico seguinte capítulo o caráter “estruturante” para a consolidação da educação ambiental será uma vez mais assumido enquanto Programa de Governo.

No Programa de Governo de 2006, em um primeiro momento de análise, encontramos uma única e breve citação no capítulo intitulado “Meio Ambiente”, no qual são apresentadas propostas relativas à temática ambiental. Esta citação, segundo nosso entendimento, apresenta uma proposta de Educação Ambiental bastante reducionista, sugerindo apenas ações de Educação Ambiental para promover consumo sustentável entre a população brasileira e economia de energia. Veja-se:

Expandir as ações de educação ambiental promovendo campanhas de consumo sustentável e economia de energia. (PT, PROGRAMA DE GOVERNO 2006, p. 22).

Em um primeiro momento da análise, trabalhamos com a perspectiva de este possível reducionismo caracterizar-se como um “arrefecimento” da importância atribuída à Educação Ambiental no Programa de 2006 quando comparado aos Programas anteriores, principalmente aos de 1994 e 2002. No entanto, ampliando posteriormente nossa pesquisa, nos foi apresentado o caderno temático “Política Ambiental Integrada para o Desenvolvimento Sustentável” o qual afirma logo na Introdução:

Esse programa ambiental é parte integrante do Programa de Governo Lula presidente 2007-2010 cujo compromisso central é a promoção do desenvolvimento com distribuição de renda, educação de qualidade e sustentabilidade ambiental (PT, PROGRAMA DE GOVERNO, 2006, p.6).

Este fato novo nos permitiu uma análise muito mais abrangente sobre a temática ambiental no Programa de 2006, fazendo-nos abandonar, portanto, a perspectiva de reducionismo ou arrefecimento suscitada no período anterior ao nosso “Exame de Qualificação”.<sup>62</sup>

A mesma mudança de perspectiva se estendeu igualmente ao que se refere especificamente à Educação Ambiental, pois este caderno temático nos permitiu perceber que, até mesmo no aspecto quantitativo ampliou-se a defesa do enraizamento da Educação Ambiental na sociedade brasileira, afirmando o mesmo caderno, ainda na Introdução que “[...] O bem estar das nações deve estar apoiado no respeito às diversidades culturais e ambientais” (PT, PROGRAMA DE GOVERNO, 2006, p.6).

A concepção a respeito do caráter “político-emancipatório da educação Ambiental nos Programas de Governo do PT” pode ser uma vez mais reafirmada no Programa de Governo de 2006, no caderno temático “Política Ambiental Integrada para o Desenvolvimento Sustentável”, no item intitulado “Agenda de Educação e cidadania socioambiental”, a partir da seguinte abordagem:

**A educação e a cidadania socioambiental passam a ser eixos estratégicos da Política Ambiental Integrada**, porque orientam mudanças fundamentais de valores e atitudes, na formação e na mobilização das pessoas e até na interlocução entre instituições do

---

<sup>62</sup> Para esta ampliação referente ao Programa de Governo de 2006 foram fundamentais as contribuições da Profa. Dra. Haydée Torres de Oliveira e Prof. Dr. Luiz Carlos Santana na ocasião da realização do Exame de Qualificação sobre esta pesquisa, realizada em 16/04/2010, assim como as visitas técnicas realizadas na Fundação Perseu Abramo, posteriores a esta data.

Estado e da Sociedade (PT, PROGRAMA DE GOVERNO 2006, p.14, grifo nosso).

Esta dimensão afirmativa da participação política é agora ampliada pela inclusão da categoria “cidadania socioambiental”, neste Programa de Governo. Isto significa que, pelo menos, enquanto conteúdo programático de ações, o governo do presidente Lula da Silva, ou setores desse governo, passam a reconhecer a necessidade de ampliação do conceito de cidadania, incluindo a variante “ambiental” ou “socioambiental”.

Este dado abre perspectivas para importantes indagações:

- Ocorreu, de fato, esta ampliação relacionada à cidadania no período de 2002 a 2006, que corresponde ao primeiro mandato do governo Lula?

- Este governo comprometido historicamente com a emancipação social e política dos excluídos, como afirma, contribuiu concretamente para a ampliação da cidadania na sociedade brasileira e para a inclusão da variante ambiental, na “práxis” da cidadania? Ou ao contrário:

- Teria ocorrido neste período um “esfacelamento” do movimento pela cidadania construído historicamente pelos “movimentos sociais”, especialmente no período de resistência à ditadura militar ao processo de redemocratização do Brasil, por meio de “cooptação” de importantes setores de intelectuais, lideranças estudantis e sindicais, dentre outros setores, pelo novo governo, conforme aponta Marcos Reigota?

Retomaremos esta discussão no tópico seguinte.

## **8.2 A Educação Ambiental institucionalmente estruturada a partir de uma concepção interdisciplinar.**

O caráter interdisciplinar da Educação Ambiental, bem como a necessidade de uma real estruturação da Política Nacional de Educação Ambiental, principalmente por meio da dinamização de um “Programa Nacional de Educação Ambiental” são “princípios” bastante defendidos nas propostas presentes nos Programas de Governo de 1994, 1998, 2002 e 2006.

No tópico 33, intitulado “Educação Ambiental”, do caderno temático “Bases do Programa de Governo de 1994”, são apresentadas, sete propostas para a Educação Ambiental a serem implementadas pelo governo da “Frente Brasil Popular”, em caso de vitória no pleito eleitoral:



1. Implementar no processo educacional a variável ambiental, respeitando as diferenças regionais, facilitando a incorporação de diferentes segmentos da população e democratizando o acesso aos meios de comunicação.
2. Atribuir ao Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) a função de apoiar o sistema de ensino público no que tange à educação ambiental.
3. Ampliar a rede de ensino técnico profissionalizante de 2º grau, nas áreas de silvicultura, agronomia, zootecnia e pesca.
4. Recuperar o sistema de ensino público tendo a questão ambiental como filosofia que norteie e permeie de forma interdisciplinar todas as matérias sem que isto signifique a criação de uma disciplina específica.
5. Promover a organização do sistema educacional através de alterações curriculares estruturais, considerando e incorporando culturas regionais.
6. Incentivar a formação, o treinamento e a reciclagem de professores, especialistas, técnicos e funcionários de órgãos governamentais cuja atribuição seja de agentes de implementação da política ambiental, articulando e conhecendo as várias ações de governo na área da educação ambiental.
7. Apoiar os cursos de pós-graduação lato sensu na área ambiental já existentes e incentivar a criação destes cursos em todas as unidades da federação. (PT, PROGRAMA DE GOVERNO 1994, p.99-100).

Nessas propostas, fica evidenciado, que o referido Programa defende tanto a necessidade de uma estruturação no que tange à Educação Ambiental, por meio de medidas concretas como promover a expansão de cursos relacionados à Educação Ambiental no currículo oficial da Educação formal brasileira, quanto o caráter interdisciplinar que deve perpassar e orientar as medidas relacionadas à expansão, inclusão e institucionalização.

Em relação ao Programa de 1998, a primeira citação referente à Educação Ambiental, presente nos caderno temático “Diretrizes do Programa de Governo”, no item 11, intitulado “Meio ambiente”, reforça esta defesa da estruturação da Educação Ambiental pelo poder público a partir da implementação de um “Programa Nacional de Educação Ambiental”, quando o mesmo expõe suas propostas para a área ambiental:

- A preservação do meio ambiente e a busca do desenvolvimento sustentado serão princípios do novo governo e estarão presentes no planejamento e na execução de todas suas iniciativas, especialmente nas políticas de infra-estrutura, industrial, agrícola, de ciência e tecnologia;
- Trabalho permanente de conservação de espécies e ecossistemas;
- Política florestal de conservação, reposição e uso múltiplo;

- Fortalecimento das funções reguladoras, da fiscalização, do controle e da aplicação da legislação ambiental;
- Programa nacional de educação ambiental. (PT, PROGRAMA DE GOVERNO, 1998, p. 12).

O Programa de 1998 é o primeiro dentre os Programas de Governo do PT a defender explicitamente a necessidade de implementação de um “Programa Nacional de Educação Ambiental”. Consideramos esta defesa um avanço programático, pelo fato de o Programa de 1998 reconhecer a necessidade da estruturação da Educação Ambiental, fundamentada em um Programa Nacional.

Fica evidenciado, a partir disso, que o Programa de 1998, passa igualmente a reconhecer o caráter crucial da Educação e da Educação Ambiental para consolidação de políticas públicas que estejam efetivamente orientadas para a implementação de uma nova perspectiva de “[...] desenvolvimento ecologicamente sustentável, socialmente justo e economicamente viável para o Brasil trabalhar incansavelmente pela melhoria da qualidade de vida e por um ambiente saudável para todos” (IDEM, 2002, p.5). Esta concepção de política ambiental será defendida desde a apresentação do caderno temático “Meio Ambiente e Qualidade de Vida”, que compõe o Programa de Governo de 2002.

A segunda citação referente à Educação Ambiental no Programa de Governo de 1998 está presente no caderno temático intitulado “Caderno de Desenvolvimento Urbano e das Cidades”, ou seja, “Incorporar os temas da urbanidade, educação ambiental, segurança no trânsito e uso dos espaços públicos da cidade no currículo escolar (IDEM, 1998, p.26)”.

Nesta citação, verifica-se novamente que o caráter de interdisciplinaridade e a defesa da inclusão e expansão da Educação Ambiental no *currículo* escolar são reafirmados.

É também a partir desta perspectiva de defesa da estruturação da EA por meio de um “Programa Nacional de Educação Ambiental”, bem como sua incorporação no currículo de modo “interdisciplinar”, que a Educação Ambiental é abordada no Programa de governo de 2002.

Neste, o tema aparece pela primeira vez no capítulo III, intitulado “Política socioambiental do governo Lula”, no qual são sintetizadas “[...] treze propostas que deverão orientar o governo Lula rumo a um desenvolvimento ecologicamente sustentável, socialmente justo e economicamente viável”. (p.12). A Educação Ambiental é incluída como proposta número 11, apresentada da seguinte forma:

**11. EDUCAÇÃO AMBIENTAL – Reestruturar e consolidar o Programa Nacional de Educação Ambiental**, envolvendo educadores formais, não formais e populares de todo país, mantendo vivo o objetivo permanente de valorizar o patrimônio natural e cultural brasileiro. (PT, PROGRAMA DE GOVERNO, 2002, p.13, grifos nossos).

Nesta citação, a inclusão dos termos “Reestruturar e consolidar”, são enfatizados. Parece-nos que é que este tom enfático possui um caráter de crítica ao então “Programa Nacional de Educação Ambiental” (PRONEA) <sup>63</sup>, instituído no ano de 1994, ainda no governo do presidente Itamar Franco.

De acordo com a edição de 2005 do ProNEA, ao analisar os antecedentes históricos relacionados à institucionalização da Educação Ambiental no Brasil em nível federal, o mesmo afirma que; o primeiro “Programa Nacional de Educação Ambiental, foi criado pela presidência da República, em função, da Constituição Federal de 1988 e dos compromissos internacionais assumidos com a realização da “Eco-92”. (MEC, 2005). A edição de 2005, já “reestruturada” , a partir das ações do Ministério do Meio Ambiente do primeiro Governo do presidente Lula, afirma ainda que, referindo-se ao Programa de Educação Ambiental de 1994:

O PRONEA foi executado pela Coordenação de Educação Ambiental do MEC e pelos setores correspondentes do MMA/IBAMA responsáveis pelas ações voltadas respectivamente ao sistema de ensino e à gestão ambiental, embora também tenha envolvido em sua execução outras entidades públicas e privadas do país (MEC, 2005, p. 25).

Estas afirmações sugerem que o primeiro PRONEA, tenha sido elaborado prioritariamente por uma questão de diplomacia e compromisso político assumido internacionalmente pelo governo brasileiro, ou seja, de “cima para baixo”, e que, portanto, não foi construído de modo democrático, com ampla participação da sociedade civil.

---

<sup>63</sup> A sigla PRONEA é referente ao programa instituído em 1994, ao passo que a sigla ProNEA refere-se ao Programa instituído em 1999. MEC, Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), 2005, p.25.

<sup>4</sup> Na versão oficial do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), apresentado à sociedade brasileira no ano de 2005, ano que corresponde ao início esse do segundo governo do presidente Lula da Silva, afirma-se que o documento foi elaborado em sintonia com o “Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global”, elaborado pelo Fórum Global das ONGs durante a Eco-92, documento a que já nos referimos anteriormente.

O ProNEA de 2005, apresenta as diretrizes e os princípios que orientam as ações governamentais para a EA no Brasil, bem como as delimitações dos objetivos, as linhas de ação e a estrutura organizacional do referido Programa. Disponível em <<http://www.inep.gov.br>> Captado em 15 fev. 2010.

É interessante constatar que muitos integrantes do grupo que defende a necessidade da “Reestruturação e consolidação” do Programa de Educação Ambiental brasileiro, no Programa de Governo do PT e partidos aliados de 2002, encontram-se em 2005, como gestores no Ministério do Meio Ambiente, como grupo atuante na gestão da senadora Marina Silva no Ministério.

As afirmações sugerem que as novas ações, a partir da eleição do presidente Lula e nova constituição do Ministério do Meio Ambiente tenham consolidado ou avançado no sentido de “uma real reestruturação e consolidação” da Educação Ambiental no Brasil, defendidas como propostas enquanto Programa de Governo, em 2002.

Outros pesquisadores buscaram analisar este processo<sup>64</sup>. Não é propósito da presente pesquisa, enveredar pela discussão relacionada às realizações do Ministério do Meio Ambiente, no governo Lula, bem como das suas realizações mais específicas voltadas para as políticas públicas de Educação Ambiental, apesar de que, quando analisarmos a Educação Ambiental no Programa de Governo de 2006, mais adiante, faremos referências a essas realizações, pelo fato de este Programa de Governo realizar uma avaliação sobre as ações do Ministério do Meio Ambiente no primeiro mandato do Governo do presidente Lula, no período de 2003 a 2006.

Ainda no caderno temático “Meio Ambiente e Qualidade de Vida”, do Programa de Governo de 2002, há um tópico específico sobre Educação Ambiental, que o introduz, fazendo uma afirmativa, quanto ao reconhecimento da emergência e da importância da EA, consolidada a partir de políticas concretas de Educação Ambiental:

**O governo Lula desenvolverá seu programa de meio ambiente e de qualidade de vida baseado permanentemente em políticas de educação ambiental** (PT, PROGRAMA DE GOVERNO, 2002, p.31, grifos nossos).

Na seqüência do mesmo caderno temático são relacionadas as propostas específicas para expansão da Educação Ambiental no Brasil:

---

<sup>64</sup> Para uma análise sobre as ações da diretoria do Ministério do Meio Ambiente durante o Governo Lula, no período de 2003 a 2006, ver TAMAIO, I. A Política Pública de Educação Ambiental: sentidos e contradições na experiência dos gestores/educadores da Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente – Gestão do Governo Lula (2003-2006). Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

- **Dinamizar o Programa Nacional de Educação Ambiental** com destaque para a capacitação de professores e de melhor utilização dos materiais.
- **Fortalecer os espaços existentes para a formação ambiental**, nos níveis fundamental, médio, superior, na educação popular e nos espaços não escolarizados (PT, PROGRAMA DE GOVERNO, 2002, p.31, grifos nossos).

Como podemos notar, uma vez mais, a necessidade de “dinamização” do Programa Nacional de Educação Ambiental é reafirmado, sugerindo que o Programa implementado até o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso não se consolidou de modo dinâmico e democrático. Daí decorre também, a proposta de fortalecimento dos espaços existentes para a formação ambiental nos diversos níveis de ensino. A concepção “estruturante” e a concepção da EA voltada para “a mudança de valores e atitudes”, são mencionadas de maneira integradas no programa de Governo de 2006.

Ao descrever a relação das “Conquistas da política Ambiental Integrada” do Governo Lula, o Programa de governo cita a criação do “Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental”<sup>65</sup>, afirmando uma “agenda positiva” de ações para a estruturação da Educação Ambiental no Brasil, consolidadas no primeiro governo do presidente Lula da Silva:

**Ação para a Educação**<sup>66</sup> – Uma das sementes desse trabalho foi a iniciativa pioneira de **criação do Órgão Gestor da Política Nacional da Educação Ambiental**, numa agenda bilateral entre o MMA e o Ministério da Educação. Além disso, foram criadas 24 Comissões Estaduais de Educação Ambiental, 44 redes de educação ambiental nos Estados, 60 Coletivos Educadores e 450 Salas Verdes. Este trabalho credenciou o Brasil a sediar o V Congresso Ibero Americano de Educação Ambiental, em abril de 2006, que reuniu 5 mil pessoas de 23 países (PT, PROGRAMA DE GOVERNO 2006, p. 12, grifos nossos).

---

<sup>65</sup> A Lei Federal 9.795/99, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), a diretoria de Educação Ambiental (DEA/MMA) e a coordenadoria-Geral de Educação Ambiental do Ministério do Meio da Educação (CGEA/MEC) formam órgão gestor da PNEA (OG-PNEA). Os dois órgãos possuem a atribuição legal de formular e implementar políticas de EA em âmbito federal, nos marcos legais da PNEA, e em consonância com o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA).

<sup>66</sup> Para um conhecimento detalhado e retrospectivo das ações do Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente no governo Lula da Silva até 2009 ver o relatório “**Balanco de 2009: ações realizadas e em andamento**”, produzido pelo DEA/MMA. Neste relatório são incluídas as ações do DEA, especialmente aquelas realizadas em 2009, a partir da gestão Carlos Minc no MMA, voltadas para o fortalecimento da política nacional de EA, produção de metodologias e conteúdos para a Educação Ambiental, desenvolvimento de programas, projetos e ações de EA, participação do DEA em grupos de trabalhos e eventos, fortalecimento da EA nas relações Internacionais, bem como informações sobre o “Centro de informações e documentação – CID ambiental” e o SIBEA (Sistema Brasileiro de Informações sobre Educação Ambiental). Disponível em <[HTTP://: www.centrodeestudosambientais.wordpress.com](http://www.centrodeestudosambientais.wordpress.com)>. Acesso em 17 jul.2010.

Analisando, ainda, o caderno temático “Política Ambiental Integrada para o Desenvolvimento Sustentável”, pode ser observado que o Programa de 2006 apresenta o que denomina “Agenda de Educação e Cidadania Socioambiental”, afirmando que “A educação e a cidadania socioambiental passam a ser eixos estratégicos da Política Ambiental Integrada” (IDEM, 2006, p.14), conforme já mencionado.

Para tanto, o Programa apresenta uma “**agenda de educação e cidadania socioambiental**” firmados perante a sociedade brasileira como política governamental para a Educação Ambiental, que deverão nortear as ações do governo Lula da Silva neste campo, durante o mandato de 2007 a 2010, a qual estabelece as seguintes prioridades e compromissos, apresentadas no **Quadro 9**.

**QUADRO 9:** Agenda de educação e cidadania socioambiental afirmada no Programa de Governo para a Presidência da República no Programa de Governo de 2006 do Partido dos trabalhadores.

<b>AÇÕES A SEREM REALIZADAS</b>	<b>AGENDA DE COMPROMISSOS</b>
Conferências de Meio Ambiente	Institucionalização da Conferência Nacional de Meio Ambiente em suas versões adulta e infanto-juvenil, e realização da I Conferência Internacional Infanto-Juvenil.
Agenda 21	Revisão da Agenda 21 Brasileira em integração com as resoluções da Conferência Nacional de Meio Ambiente. Apoio à constituição de fóruns de Agenda 21 local, com a continuidade do programa de capacitação das Agendas 21 locais e o fortalecimento da Rede Brasileira de Agenda 21. Desenvolver a Agenda 21 da juventude.
Rede de Conselhos de Meio Ambiente	Organizar, por intermédio do CONAMA, uma rede nacional e internacional de Conselhos de Meio Ambiente, com vistas ao fortalecimento dessa instância de compartilhamento da gestão ambiental. Apoiar a formação de gestores e conselheiros ambientais em todos os municípios do país.
Municípios Educadores Sustentáveis	Estímulo e apoio à constituição de uma Rede de Municípios Educadores Sustentáveis. Assegurar a continuidade na formação de educadores ambientais populares e a ampliação da Rede de Fundos Socioambientais para todo o país.
Enraizamento da Educação Ambiental <sup>67</sup>	Fortalecimento das Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental, das Redes de Educação Ambiental e dos Coletivos Educadores. Apoio ao funcionamento de salas verdes e viveiros educadores, assim como incentivo à constituição de comissões de educação ambiental - “Com-Vidas” -, nas escolas. Estimular a formação de educadores ambientais em sindicatos e movimentos populares. Multiplicar as parcerias com organizações da sociedade e empresas.
Cooperação e Educação Ambiental	Realizar uma Campanha Internacional de Educação Ambiental envolvendo os países de língua portuguesa e os ibero-americanos, assegurando o apoio ao desenvolvimento de programas regionais e multilaterais.
Educação ambiental em qualificação da mão de obra	Fortalecer as parcerias interministeriais para agregar a dimensão ambiental nos programas de qualificação da mão-de-obra, especialmente com as pastas do trabalho, agricultura, desenvolvimento, indústria e comércio e desenvolvimento agrário. Com o Ministério da Saúde, devemos formular programas de educação ambiental orientada às instituições e organizações da sociedade com atuação na área de saúde.

**Fonte:** Programa de Governo para a Presidência da República do Partido dos Trabalhadores de 2006.

A julgar pela amplitude de compromissos relacionados e assumidos pelo Programa de Governo de 2006, podemos afirmar que este apresenta uma agenda muito positiva,

<sup>67</sup> Análise específica sobre o Programa Nacional de Formação de Educadores (as) Ambientais (ProFEA) e o Programa Nacional de Enraizamento da Educação Ambiental, bem como a política pública da Diretoria de Educação Ambiental (DEA), no âmbito do primeiro mandato do governo Lula da Silva, no período de 2003-2006, foi realizada por TAMAIO (2007).

principalmente no que se refere ao propósito de estruturação da Educação Ambiental no território brasileiro a partir de políticas concretas para este fim, tais como; a realização de “Conferências de Meio Ambiente” envolvendo as várias faixas etárias da população, ações para expansão da “Agenda 21” brasileira, ampliação da rede de coletivos educadores, além de outros propósitos como a realização de uma “campanha internacional de Educação Ambiental”. Sobre este ponto, pensamos ser necessária autocrítica dos próprios gestores que atuaram no primeiro mandato, de 2003 a 2006, a respeito dos “avanços” conquistados em nível nacional para a estruturação da Educação Ambiental, pois, consideramos, que a julgar pela realidade brasileira, não parece que o país esteja ainda credenciado para promover campanhas internacionais de Educação ambiental.

Igualmente pode ser observado que o Programa de 2006 estabelece como eixos estratégicos para uma “Política Ambiental Integrada”, a perspectiva de estruturação da educação somada à variante socioambiental, como pressupostos de ação para fomentar na sociedade mudanças de valores e atitudes, que venham, por sua vez, impulsionar a mobilização social para o exercício da cidadania, intensificando assim, por meio de um processo de democratização, a interlocução entre instituições do Estado e da Sociedade.

Ora, apesar de este discurso “politicamente correto” nos PG-PT de 2006 relacionado à cidadania socioambiental, existem críticas incisivas que contestam que no governo Lula da Silva, isto tenha se consolidado socialmente e promovido os avanços neste campo.

Em ensaio já mencionado anteriormente, Reigota (2006), apresenta-se como uma dessas vozes “destoantes”. Para o autor, no decorrer do primeiro mandato do presidente Lula da Silva e do comando do Partido dos Trabalhadores na esfera de governo federal, o sentimento comum entre os educadores ambientais de luta pela consolidação da cidadania, passou a vivenciar um processo de retrocesso, marcado por dissidências, rupturas e exclusões. Para o autor:

Esse sentimento comum, que poderia ter sido aprofundado e se consolidado no governo Lula, apresentou nesse período rupturas e divergências profundas devido aos mesmos problemas éticos, políticos ecológicos apontados anteriormente.<sup>68</sup> [...] **A cooptação de**

---

<sup>68</sup> REIGOTA (2006) faz referências à análise que realiza anteriormente no mesmo ensaio, onde busca esmiuçar a crise política do Governo Lula, cujo auge, é apontada pelo autor quando intelectuais tomaram posições sobre a crise ética e política do governo Lula, presos aos discursos dos compromissos partidários e ideológicos. Para o autor, uma cena que exemplifica esse momento foi quando os mesmos defenderam a “moral, a honestidade e a trajetória” de políticos como, entre outros, José Dirceu. REIGOTA, M. A educação ambiental frente ao esfacelamento da cidadania no governo Lula (2002-2006). **XI Simpósio Brasileiro de Pesquisa e Intercâmbio Científico da Associação Nacional de Pós-graduação em Psicologia (Anpepp)**. Florianópolis: maio de 2006. p. 1-32



**educadores/as ambientais se deu através de apoio oficial, político e econômico, aos projetos e presença no sistema de difusão** (publicações, consultorias, direito a participação e voz em eventos) ou convites a conhecidas ONGs na terceirização de serviços e atividades financiados pelo ministério da Educação e meio Ambiente. Muitas ONGs têm atuado como organizações do aparelho ideológico do estado. [...] A desqualificação pública ou nos bastidores e a exclusão dos/as educadores/as ambientais dissidentes da história do movimento foram os fatos políticos mais relevantes e paradigmáticos (REIGOTA, 2006, p. 20, grifos nossos).

O autor analisa, portanto, as mazelas abertas no governo Lula da Silva, expondo o desdobramento da crise ética e política para o interior do movimento e da militância ambientalista. Reflete igualmente acerca da “emergência de rupturas” no interior do movimento ambientalista, caracterizadas pela evidente divisão entre adeptos (sendo até mesmo estes apontados pelo autor como cooptados por meio de privilégios) e dissidentes (apontados como excluídos e até mesmo perseguidos pelo poder constituído). Neste aspecto o autor chega até a indagar se não estaria em ação uma:

[...] **vertente tropical do método stalinista** de se tirar da história todos aqueles e aquelas que se opuseram aos **discursos oficiais e/ou suas variantes oficiosas**, ou que em momentos outros estiveram juntos, mas em posições opostas e diferenciadas? (PT, PROGRAMA DE GOVERNO 2006, p. 4, grifos nossos).

Em outros momentos do ensaio o autor busca evidenciar que, o discurso pretensamente unânime presente nos Programas e propagandas governamentais, no que se refere a avanços e conquistas para a sociedade brasileira no campo da cidadania socioambiental, é “oficiosamente construído”<sup>69</sup>, procurando impor-se como discurso ideológico. A partir da caracterização desse processo histórico, no qual Reigota identifica um “esfacelamento” da cidadania e dos sentimentos outrora compartilhados pelos educadores ambientais, o autor indaga:

[...] quais são os desafios que se apresentam para a consolidação da Educação Ambiental enquanto campo científico e político? Como

---

<sup>69</sup> Para o autor, “[...] a versão oficiosa da história e dos fundamentos da educação ambiental favorável ou impregnada da política do governo Lula, foi construída em algumas das mais importantes universidades e outras mais periféricas, ávidas e necessitadas de visibilidade que através de alguns de seus professores e professoras recebem verbas para projetos, publicações, consultorias, constituição de redes e cursos de formação de professores ou ainda que tenha suas publicações prefaciadas por colegas que ocupam cargos nos ministérios” (REIGOTA, 2006, p.3).

poderemos rediscutir seu papel político desprovidos dessa representação, dos nossos sentimentos, conhecimentos e testemunhos históricos? Se a cidadania esfacelou-se, como ficamos diante de nossa utopia maior que é a de construir a cidadania planetária? [...] Serão as próximas gerações de educadores/as ambientais capazes de redefinir, através de suas práticas cotidianas não só a cidadania, mas também e principalmente um comportamento político de autonomia dos cidadãos e cidadãs e dos movimentos sociais frente aos aparelhos ideológicos de Estado? Quem viver verá (REIGOTA, 2006, p.6)

Ampliando a reflexão sobre o papel de setores da intelectualidade brasileira e suas relações com o processo em análise, o autor defende ainda, que:

Será tarefa dos futuros historiadores a realização de análises mais distanciadas sobre o que se apresenta nesse momento como um fato, ou seja, a falência da perspectiva política da geração de intelectuais (e celebridades) cujo ponto inicial se dá com a resistência e oposição a ditadura militar. Essa perspectiva política se constituiu nos movimentos sociais, entre os quais o movimento ecologista que forneceu os principais argumentos à educação ambiental brasileira (Pelicioni, 2002) e à formação dos partidos políticos, principalmente o Partido dos trabalhadores (REIGOTA, 2006, p.12)

Pensamos que as posturas críticas e questionamentos indicados no ensaio de Reigota (2006), são bastante pertinentes no sentido de contribuir para uma perspectiva crítica sobre o processo sobre o qual igualmente nos debruçamos. Tais indagações contribuem para reafirmar a necessidade de pesquisas vindouras que lancem novas luzes sobre o mesmo processo, a partir de um debate de idéias sob diferentes perspectivas.

Consideramos que as propostas e realizações evidenciadas nos Programas de Governo estudados promoveram avanços significativos, tanto no sentido de inclusão da Educação Ambiental a partir de uma “concepção emancipatória”, direcionada para a consolidação da cidadania socioambiental, quanto propostas programáticas para a estruturação da Educação Ambiental no território brasileiro.

As ações concretas do Ministério do Meio Ambiente durante o primeiro governo do presidente Lula da Silva, relacionados no Programa de Governo de 2006, defendem que as ações estruturantes implementadas foram fundamentais para o fortalecimento da “Política Nacional de Educação Ambiental”, o que nos parece passível de confirmação, uma vez que, no período de 2003 a 2006, que corresponde ao primeiro mandato do Governo Lula e do Partido dos Trabalhadores, nos parece que muitas das reivindicações históricas do movimento ambientalista e dos educadores ambientais foram contempladas.

Dentre essas merece especial destaque as ações concretas para a estruturação do “Programa Nacional de Educação Ambiental,” com a criação do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, a constituição das redes de Educação ambiental e formação dos “Coletivos Educadores”.

Apesar desses indicativos de avanço, como já apontado, críticas bastante contundentes têm sido realizadas sobre o mesmo processo, questionando, se os retrocessos no mesmo período não estariam suplantando esses avanços, principalmente em relação ao recrudescimento dos movimentos sociais que estaria ocorrendo a partir da “cooptação” de lideranças e o papel historicamente desempenhado por amplos setores da intelectualidade brasileira neste contexto.

A respeito de tal recrudescimento dos movimentos sociais na “Era Lula”, Braga (2010) considera que:

[...] parece meridianamente claro que o governo Lula conseguiu coroar a incorporação de parte das reivindicações dos ‘de baixo’ com a bem orquestrada reação ao subvesirvismo esporádico das massas representado pelo transformismo de grupos radicais inteiros. Da miríade de cargos no aparato desta, passando pelos muitos assentos nos conselhos gestores dos fundos de pensão, pelas altas posições em empresas estatais, pelo repasse de verbas federais para financiamento de projetos cooperativos, pela recomposição do aparato do Estado, pela reforma sindical que robusteceu os cofres das centrais sindicais etc., o *locus* da hegemonia resultante de uma revolução passiva é exatamente o Estado. O fato é que o subversivismo inorgânico transformou-se em consentimento ativos para muitos militantes sociais que passaram a investir esforços desmedidos na conservação das posições adquiridas no aparato estatal (BRAGA, 2010, p. 50-52).

Couto (2010) discorda da tese de cooptação defendida por Reigota. Para o referido autor:

[...] a chegada do ex-líder sindical à presidência da República, em 2002, foi o ápice, no Brasil, do longo processo de “circulação das elites”, segundo a concepção do economista e sociólogo italiano Vilfredo Pareto (1848-1923) No seu dizer a circulação de elites é um longo fenômeno de transformação dos grupos superiores de uma sociedade, refletindo o conjunto de mudanças. Por esse processo, em vez de rupturas revolucionárias – que ocorreriam em decorrência da capacidade das velhas elites em se atualizar-se mediante a absorção dos elementos emergentes -, o que se verifica é a mescla entre os novos e os velhos setores dirigentes. Assim, pela absorção paulatina dos indivíduos mais notáveis (os líderes) das camadas sociais subalternas, as antigas elites são capazes de perpetuar-se em chave lampedusiana, ou seja, “mudando para que nada mude”. (COUTO 2010, p. 47).

Consideramos esta tese bastante lúcida em relação ao processo histórico brasileiro a partir do governo Lula da Silva. Notamos que a leitura realizada Couto sobre o referido processo, não deixa de reconhecer o caráter elitista do mesmo governo, apesar de indicar um processo de transformação social bastante evidente, o que denominam de “circulação das elites”.

Notamos a partir de alguns dos referenciais citados em nossa pesquisa , que o debate em torno do processo histórico referente ao governo Lula da Silva no Brasil é bastante caloroso no meio acadêmico atual, possibilitando múltiplas perspectivas de análise. Trata-se de um processo bastante recente, cuja avaliação no meio acadêmico está apenas iniciando. Podemos afirmar, igualmente, que assim também se configuram as análises referentes à temática ambiental no decorrer do mesmo processo. Oferecer uma contribuição para tão profícuo debate foi o propósito maior desta pesquisa.

Vemos, portanto, que a análise do processo histórico referente ao governo Lula da Silva no Brasil, é bastante caloroso no meio acadêmico atual, possibilitando múltiplas perspectivas de análise. Trata-se de um processo bastante recente, cuja avaliação no meio acadêmico está apenas iniciando. Podemos afirmar, igualmente, que também assim também se configuram as análises referentes à temática ambiental no decorrer do mesmo processo. Oferecer uma contribuição para tão profícuo debate foi o propósito maior desta pesquisa.

## 9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentada, como outras que se inscrevem no mesmo campo de reflexões, enquanto pesquisa qualitativa, não teve o desejo de ser conclusiva, pois tais reflexões aqui postas são inacabadas. Oxalá sejam alimentos para o devir de análises, críticas e novos olhares diferenciados sobre o processo da inserção da temática ambiental nos Programas de Governos do Partido dos Trabalhadores.

Neste sentido, como pesquisador, que mergulha sobre um determinado processo em construção, sobre o qual sente-se também como sujeito, tecemos nossas considerações finais, com o intuito de retomar as indagações consideradas relevantes no decorrer do trajeto, evidenciar determinadas respostas encontradas, bem como destacar a contribuição da pesquisa para o campo de reflexões sobre o qual a mesma se inscreve, ou seja, a inserção da temática ambiental em Programas de Governo voltados para a perspectiva de implementação de políticas públicas, fundamentadas nos ideais político-ideológicos do PT, a partir da concepção da emancipação política da classe trabalhadora brasileira.

Ao analisarmos os Programas de Governo do PT ficou evidenciado nesta pesquisa que refletimos sobre um processo marcado por duas situações distintas, uma vez que os Programas inserem-se em diferentes contextos políticos. Os quatro primeiros (1989, 1994, 1998 e 2002) possuem caráter mais oposicionista, já o Programa de 2006 também trata, além de novas propostas, das vias de implementação, já como Programa de Governo do Partido que está no governo, ou seja, o Programa de 2006 apresenta-se também como diretrizes de governo.

Assim, como o próprio Programa tratou de avaliar as ações do primeiro governo Lula da Silva, na pesquisa nos dedicamos a analisar não só as novas propostas, mas também as realizações relacionadas a área ambiental.

Sobre este aspecto, evidenciamos que não foi propósito desta pesquisa investigar se tais políticas públicas implementadas neste período refletiram de fato as propostas sobre as mesmas contidas nos Programas de Governo, os quais constituíram nosso foco principal. Indicamos, no entanto, dados observados, que atestam certas mudanças de orientação político-ideológico do PT, particularmente no campo ambiental, no decorrer do processo em foco, especialmente na mudança de posição de partido oposicionista para partido de governo, como na questão polêmica sobre os OGM, bem como no debate em torno da construção da usina hidrelétrica de “Belo Monte”, no Pará.

No decorrer das análises, dialogamos com outros autores, cujos trabalhos apontam reflexões sobre o mesmo processo, especialmente com Marcos Reigota, por suas considerações estarem diretamente relacionadas a área ambiental, cujas reflexões consideramos bastante pertinentes, na perspectiva de crítica a respeito das mudanças de orientação político-ideológicas do PT ocorridas com a chegada de Lula da Silva ao governo federal.

No decorrer do processo analisado, pode-se perceber que o PT durante vinte e sete anos da sua existência, enquanto instituição política organizada, revelou determinados significados e indagações, as quais se apresentam muito mais como "horizonte aberto" do que como "porto seguro".

Um primeiro desafio que nos foi posto desde a escolha do tema, foi justamente a necessidade de deixar o olhar de o pesquisador prevalecer sobre as paixões ou posicionamentos de ordem político-ideológicas, o que, no entanto, jamais significou neutralidade. Um sentimento marcado pelas tensões relacionadas aos pressupostos teórico-metodológicos do objeto interpretado, pois como educador e sujeito político ao longo da minha trajetória pessoal, muitos foram os momentos que me levaram a participar das discussões sobre a inserção temática da pesquisa no interior do mesmo partido político em foco, nunca pessoalmente como "militante orgânico"- recorrendo a uma terminologia gramsciana - mas sempre como sujeito atuante e nos últimos dez anos a partir da aproximação como o movimento social ambientalista e de sua inserção nos processos políticos e partidários.

Assumi, assim, a desafiante postura, semelhante à experiência de outros pesquisadores que consultei como Irineu Tamaio, de sujeito que deve distanciar-se do objeto sobre o qual também ajudou a construir para poder contribuir, desta forma, a partir do olhar específico do viés acadêmico. No meu caso, minha contribuição dentro dos marcos político-institucionais, se deu como educador ambiental e colaborador na sistematização do PEAMB na administração do PT em Belém do Pará, conforme já mencionei.

Um primeiro aspecto que evidenciamos ainda na introdução desta pesquisa refere-se ao fato de a mesma dialogar com a perspectiva teórica relacionada à leitura da realidade possibilitada pela emergência da "crise ambiental", bem como, na defesa de que as reflexões em torno da temática ambiental devem, necessariamente, ser construídas a partir de uma ampla perspectiva histórica, que abarque ao máximo as relações sociedade-natureza, conforme também aponta Isabel Cristina de Carvalho, entre outros autores referenciados na pesquisa.

Neste sentido, uma primeira indagação que percorreu este estudo foi evidenciar quais temas relacionados à temática ambiental foram priorizados ao longo dos cinco Programas de Governo para a Presidência da República produzidos pelo Partido dos Trabalhadores no período de 1989 a 2006. Assim, a pesquisa sobre este *corpus* documental mostrou que tal inserção priorizou as categorias; “Meio Ambiente”, “Amazônia”, “Energia”, “Desenvolvimento Sustentável” e “Educação Ambiental”, este último, em menor quantidade se comparado aos demais. Sobre estes temas, portanto, focamos a análise de conteúdo documental que nos propusemos realizar.

O capítulo 3, no qual nos dedicamos a analisar a aproximação do PT como o movimento ambientalista no Brasil, constatamos que a inserção da temática ambiental nesses Programas, ocorreu de modo gradativo, expansivo em alguns momentos, como no Programa de 1994, e diminuta em outros, como no Programa de 1998, para voltar a ampliar-se posteriormente, em 2002 e 2006.

No Programa de 1989, vimos que tal inserção foi “tímida” e/ou secundária. A respeito deste programa dialogamos como outros autores que igualmente observaram este aspecto secundário dos temas ambientais no referido Programa.

Vimos que esta inserção ampliou-se significativamente no Programa de Governo apresentado pelo PT em 1994, dado também evidenciado no quadro quantitativo que elaboramos para demonstrar os principais temas relacionados à temática ambiental presentes neste Programa.

Para compreender esta ampliação da temática ambiental neste Programa, a partir de uma perspectiva histórico-contextual, buscamos dados que nos permitiram evidenciar que tal ampliação foi fortemente influenciada por um contexto de auge do movimento ambientalista no Brasil propiciado pela realização da Conferência Mundial sobre meio Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro no ano de 1992 e do fórum da sociedade civil organizada, ocorrido paralelamente a Conferência governamental promovida pela ONU, o qual produziu o documento “Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global”, um marco histórico para a Educação Ambiental de caráter emancipatória.

Outro aspecto relevante relacionado esta expansão, que refletimos nesta pesquisa, relaciona-se com a estratégia política do PT em atrair os quadros de militantes do movimento social ambientalista para o interior das suas organizações partidárias, como via política de afirmação e consolidação como partido da “nova esquerda emergente” no contexto das décadas de 1980 e 1990.

No capítulo dedicado ao tema “Amazônia”, priorizamos refletir sobre a polêmica em torno da produção energética na região a partir dos projetos de construção de grandes usinas hidrelétricas como o projeto de Belo Monte no sul do Pará, a partir das referências aos Programas de Governo. Este tema além de polêmico é bastante contemporâneo, tendo o potencial de contribuir e abrir perspectivas para novas reflexões a ele relacionadas.

No capítulo dedicado ao tema “desenvolvimento sustentável”, recorrendo a citações dos Programas focalizados, buscamos evidenciar as propostas e concepções que esses Programas apresentam. Neste, verificamos a ampla defesa do PT em relação à implementação no Brasil do “desenvolvimento sustentável”, entendido como modelo de desenvolvimento “socialmente justo e ecologicamente equilibrado”. No entanto, nossas reflexões apontam para divergências se tal orientação obteve avanços significativos a partir do governo Lula da Silva, marcado por crises e tensões na orientação de políticas públicas ambientais. Tal crise, como vimos, ficou mais evidenciada a partir da implementação do PAC e de uma política de cunho “desenvolvimentista infra-estrutural”, adotado a partir de então, o que provocou entre outras mudanças a saída de Marina Silva do governo e do PT depois de quase trinta anos colaborando nas sistematizações dos Programas de Governo e, no período de 2003 a 2008 como ministra do meio ambiente.

No capítulo dedicado a inserção da Educação Ambiental nos mesmos Programas de Governo, pudemos identificar duas concepções sobre esta, como resultados da análise que realizamos. A primeira, que indica uma concepção da “Educação Ambiental de caráter político-emancipatória, engajada no resgate da cidadania” para a classe trabalhadora brasileira e a segunda, que defende a estruturação da educação Ambiental no Currículo de Ensino no Brasil, nos mais variados níveis, a partir de uma concepção estruturante e interdisciplinar.

Dialogando com outros autores que refletem sobre o mesmo processo que analisamos, nossa pesquisa preocupou-se também em apresentar algumas novas questões surgidas no decorrer processo de reflexão sobre os Programas de Governo e os contextos históricos nos quais os mesmos se inscrevem.

Nesse sentido, consideramos que por se tratar de um processo bastante recente e complexo, o qual envolve muitos atores sociais e diferentes perspectivas político-ideológicas, muito há para ser refletido a partir de um debate que prime pelo rigor e crítica, o nos levou a reafirmar os imensos desafios para as atuais e próximas gerações de pesquisadores, que se interessam ou virem a se interessar por este mesmo processo que aponta um vasto horizonte para novas reflexões. A tarefa é árdua, o horizonte é vasto e a estrada é longa.



## 10. REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, A.F. O papel dos atores sociais do ambientalismo na reorganização das políticas públicas do Estado brasileiro. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v.5, n.1, jan-jun. 2005.

ALMEIDA, P. R. A Política Internacional do Partido dos trabalhadores: da fundação à diplomacia do Governo Lula. **Revista de Sociologia e Política (online)**, n.20, p.87-102, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 23 Maio 2009.

ALVEZ-MAZZOTI A.J.; GEWANDSZNAGER, F. **O método em ciências naturais e sociais: pesquisa qualitativa e quantitativa**. São Paulo: Pioneira-Thompson, 1999.

ANDRÉ, M.E.D.A. **Textos, Contextos e Significados**: algumas questões Na análise de dados qualitativos. Cad. Pesq. São Paulo, n. 45, 1983, p. 66-71.

AMARAL, O. E. **A Estrela não é mais Vermelha**. As Mudanças do Programa Petista nos Anos 90. São Paulo, Garçon, 2003.

\_\_\_\_\_. **Mudanças no PT: um estudo dos Programas de Governo de 1989 a 1998**. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, PUC: São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 23 Maio 2009.

ÁVILA, R. V. PAC: Programa de Atendimento aos Credores. **In: Seminário sobre o PAC (2007)**. Disponível em [http://www.corecon-rj.org.br/ced\\_documentos.asp](http://www.corecon-rj.org.br/ced_documentos.asp). Acesso em 20 de junho e 2010.

ASSMANN, H. **Metáforas novas para reencantar a educação**. Piracicaba: UNIMEP, 2001.

AZEVEDO, F.A. **Imprensa, Partido dos Trabalhadores e eleições presidenciais (1989-2006)**. Compós – Associação nacional dos programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 23 Maio 2009.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1991.

BAUER, M.W.; AARTS, B.A. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, M.V. GASKELL, G. (Eds.) **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BAUER, M.W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com textos, imagem e som**. 3.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

BOGDAN, R.C.; BIKLEN, S.K. **Investigação Qualitativa em educação**: [s.l.]: Porto Editora, 1994.

BOITU JÚNIOR, A. A hegemonia Neoliberal no Governo Lula. **Revista Crítica Marxista**, n.17, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 24 Maio 2009.

BORNHEIM, G. Crise da idéia de crise. In: NOVAES, A. (Org). **A crise da razão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BOTELHO, R.M. “O terceiro setor e a democracia modificada: um estudo da mobilização civil contra a liberação de transgênicos no Brasil”. **Revista Sociedade e Cultura**, v. 7, n. 1, jan/jun. 2004, p. 46-60.

BRAGA, R. Movimentos Sociais: hegemonia às avessas, pequena política ou revolução passiva à brasileira? *Revista Cult*. São Paulo: Ed. Bregantini, n. 148- jul. 2010. p. 50-52.

BRAUDEL, F. A longa duração. In: **História e Ciências Sociais**. Lisboa: Presença, 1990.

BURKE, P.A. **Escola dos Annales 1929-1989 - A Revolução Francesa da Historiografia**. São Paulo: UNESP, 1997.

BRUM, A.J. **Democracia e partidos políticos**. Porto Alegre: Unijuí, . (Coleção Ciências Sociais). 1988.

BRUNELLI, A.F. “O interdiscurso na polêmica sobre os transgênicos: pré-construídos e simulacros”. **Rev. Est. Ling.**, Belo Horizonte, v. 17, n. 1 p.235-250, jan./jun. 2009.

BRUSEKE, F.J. O problema do desenvolvimento sustentável. In: **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. 4.ed., São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2003, p. 29-40.

BURSZTYN, M. Estado e meio ambiente no Brasil: desafios institucionais. In: BURSZTYN, M. (Org). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

CAMPOGANARA, S.; KIRCHHOF, A.L.N.; RAMOS, F.R.S. Reflexões sobre o conceito de natureza; aportes teórico-filosóficos. **Revista eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 18, jan-jun, 2007. Disponível em: <<http://www.remea.fur.br>>. Acesso em: 10 Maio 2009.

CARVALHO, I.C.M. **A Invenção Ecológica: narrativas e trajetórias da Educação Ambiental no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

\_\_\_\_\_. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2004a.

\_\_\_\_\_. **Ambientalismo e juventude: o sujeito ecológico e a ação da política contemporânea.** In: NOVAES, R. & VANUCCHI, P. (Orgs.). **Juventude e Sociedade, Trabalho e Educação, Cultura e Participação.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Instituto da Cidadania, 2004b.

CARREIRÃO, Y. A eleição de 2002: uma análise preliminar do processo e dos resultados eleitorais. **Rev. Sociol. Pol.** Curitiba, 22 p. 179-194, jun. 2004.

CAVALCANTI, C. **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável.** 4.ed. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2003. 429p.

CERRONI, U. Para una teoria del partido politico. 10.ed. In: CERRONI, U. et al. (Orgs.). **Teoria marxista del partido político.** México: Siglo XXI, 1987.

CICONE, R.B. **Da intenção ao gesto: um olhar gramsciano sobre a possibilidade de integração do PT à ordem.** 1995. Dissertação (Mestrado) – IFCH, UNICAMP, Campinas, 1995.

\_\_\_\_\_. **Territorialidades em luta: uma análise dos discursos ecológicos.** Série registros, nº 9, p.1-56, São Paulo: Instituto Florestal, secretaria do Meio ambiente, 1991c.

COUTO, C. G. Uma política “pós-ética”: a configuração do poder sob a perspectiva da “circulação das elites” e da superação da dicotomia entre éticos e não éticos. **Revista Cult.** São Paulo: Ed. Bregantini, n. 148- jul. 2010. p. 46-49.

DIAS, C. As antinomias discursivas da Ecologia Política: uma análise baseada na experiência do Partido verde no Rio de Janeiro, 1986-1992. In: **Ecologia, política, naturaleza y utopia.** Buenos Aires - Rio de Janeiro: Consejo Latino Americano de Ciências Sociales (CLACSO). Agência Sueca de desarrollo internacional (ASDI). Fundação Carlos Filho de Amparo a Pesquisa do estado do rio de Janeiro, 2002. p. 1001-114.

DUVERGER, M. **Os partidos políticos.** Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

ELIAS, N. **O Processo Civilizador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1994.

ENGELS, F. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

FOLADORI, G. **Limites do Desenvolvimento Sustentável.** Tradução Marise Manoel, Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2001.

FURTADO, O.H.P. **Trajetos e perspectivas social-democratas: do modelo europeu para o PSDB e o PT no Brasil**. 1996. Dissertação (Mestrado em História) - IFCH, UNICAMP, Campinas, 1996.

GADOTTI, M.; PEREIRA, O. **Pra que PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Cortez, 1989.

GIACOIA JÚNIOR, O. Ética e sociedade. In: **Pesquisa em educação ambiental**. São Carlos; Sorocaba: UFSCAR; Rio Claro: UNESP; IBRC; Ribeirão Preto: USP/FFCLRP. – Vol. 33, no. 1 (jan.-jun.2008).

GÓ, M.G.M. **Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Ed. Loyola, 1997.

GONÇALVES, C.W.P. **Os (Des) Caminhos do Meio Ambiente**. São Paulo: Contexto, 1990. (Coleção temas atuais).

GRACINDO, R.V. **O escrito, o dito e o feito: educação e partidos políticos**. Campinas: Papyrus, 1994.

GRAMSCI, A.O. **Cadernos do Cárcere**. Edição e Tradução Carlos Nelson Coutinho. Co-ed. de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 2.

GUIMARÃES, M. **A Formação de Educadores Ambientais**. Campinas/SP: Papyrus, 2004.

GURGEL, C. **Estrelas e borboletas: origens e questões de um partido a caminho do poder**. Rio de Janeiro: Papagaio, 1989.

HERCULANO, S.C. Do desenvolvimento (in)suportável à sociedade feliz. **Ecologia, Ciência e Política**, p.9-48, 1992.

HOBSBAWM, E. **A Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.

JACOBI, P. **Movimento ambientalista no Brasil: representação social e complexidade da articulação de práticas coletivas**. In: Ribeiro, W. (org.) Publicado em Patrimônio Ambiental. EDUSP, 2003.

KECK, M.E. **PT: A lógica da diferença: O Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira**. São Paulo: Ática, 1991. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 24 Maio 2009.

LAYRARGUES P.P. Ecodesenvolvimento ao desenvolvimento social: evolução de um conceito? In: **Proposta**, nº 25, Rio de Janeiro: 1997, p. 5-10

LEFF, E. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. Pensar a complexidade ambiental. In: LEFF, E. (Coord.). **A Complexidade ambiental**. São Paulo: Cortez, Edifurb, 2003.

\_\_\_\_\_. **Racionalidade ambiental**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEIS, H.R. **O labirinto**: ensaios sobre ambientalismo e globalização. São Paulo: Gaia, 1996.

LIMA, G.F C. Questão ambiental e Educação: contribuições para o debate. **Ambiente & Sociedade**, ano II, n. 5, p.135-153, 1999.

LIMA JÚNIOR, O. B. “Eleições presidenciais: Centralidade, Contexto e Implicações”. **Rev. bras. Ci. Soc.** vol.14 n.40 São Paulo Jun. 1999.

\_\_\_\_\_. Crise Ambiental, Educação e Cidadania: os desafios da sustentabilidade emancipatória. In: LOUREIRO, C.F.B; LAYRARGUES, P.L; CASTRO, R.S. (Orgs). **Educação Ambiental**: repensando o espaço da cidadania. São Paulo: Cortez, 2002.

LOUREIRO, C.F.B. Complexidade e Dialética: contribuições a práxis política e emancipatória em Educação. **Revista Educação e Sociedade**, v.26, n.93, p.1473-1494, 2005.

MANIN, B. As metamorfoses do Governo Representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 24 Maio 2009.

MARQUES, R.M.; MENDES, A. O social no Governo Lula: a construção de um novo populismo em tempos de aplicação de uma agenda neoliberal. **Revista de Economia e Política**, v.26, São Paulo, Jan/Mar. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 24 Maio 2009.

MARTINS JÚNIOR, J.P. “**A disputa entre PSDB e PT nas eleições presidenciais – 1994-2006**”. (tese de doutorado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH/USP). São Paulo 2007.

MEC. **Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global**. Disponível em: <<http://www.portalmec.gov.br/secad/arquivos.pdf>>. Acesso em: 24 Maio 2009.

MENDES, G. **Da frente Brasil Popular à Aliança Capital/Trabalho: As campanhas de Lula a presidente 89 a 2002**. Dissertação (Mestrado): Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 24 Maio 2009.

MENEGUELLO, R. **PT: a formação de um partido, 1979-1982**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MIGUEL, L.F. Discursos Cruzados: telenoticiários, H.P.E.G. e a construção da agenda eleitoral. **Sociologias**, n.11, p. 238-258, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 24 Maio 2009.

MORAES, R. Análise de Conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência e Educação**, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003.

MORIN, E. **O pensar complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

NASCIMENTO, L.M. Introdução ao debate sobre a eleição presidencial de 1989. **Revista de História: Questões e Debates**, n.44, p.165-188, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 24 Maio 2009.

NEGRÃO, J.J.O. “**O governo FHC e o neoliberalismo**”. Disponível em: <http://www.scholar.google.com.br>. Acesso em: 12 Jul. 2010.

NOBRE, M. Desenvolvimento sustentável: origens e significado atual. In: NOBRE, M.; AMAZONAS, M.C. (Orgs). **Desenvolvimento Sustentável: A institucionalização de um Conceito**. Brasília: IBAMA, 2002.

OLIVEIRA, I.R. **Trabalho e política: as origens do Partido dos Trabalhadores**. Petrópolis: Vozes, 1988.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Especial 25 anos: Resoluções de Encontros e Congressos nacionais e Programas de Governo**. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br>>. Acesso em: 27 Ago. 2008.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Muitas caminhos, um só estrela: memórias dos militantes do PT**. São Paulo: Editora da FPA, 2008.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Programa de Governo de 1989. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br>>.

\_\_\_\_\_. Programa de Governo de 1994. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br>.

\_\_\_\_\_. Programa de Governo de 2002. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br>.

\_\_\_\_\_. Programa de Governo de 2006. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br>.

PELAEZ, V. ; ALBERGONI, L. (2004). **Barreiras técnicas comerciais aos transgênicos no Brasil: a regulação nos estados do sul**. In: Indic. Econ. FEE.Porto Alegre. V. 32, n. 3, p, 201-230, nov. 2004.

PELAEZ, V.; ALBERGONI, L.; GUERRA, M. (2004). Soja transgênica versus soja convencional: uma análise comparativa de custos e benefícios. **In: Cadernos de Ciências & Tecnologia**, Brasília, v. 21, n.2, p. 279-309, maio/ago. 2004.

QUINTAS, J. S. **Educação no Processo de Gestão Ambiental**: uma proposta de educação ambiental transformadora e emancipatória. In: MMA/DEA. LAYRARGUES. P. P. (Coord). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. 2004.

REIGOTA, M. \_\_\_\_\_. A educação ambiental frente ao esfacelamento da cidadania no governo Lula (2002-2006). **XI Simpósio Brasileiro de Pesquisa e Intercâmbio Científico da Associação Nacional de Pós-graduação em Psicologia (Anpepp)**. Florianópolis: maio de 2006. p. 1-32

RIBEIRO, P.J.F. O PT sob uma perspectiva sartoriana: de partido anti-sistema a legitimador do sistema. **Revista Política e sociedade**, v.2, n.3, 2003. Disponível em: <http://www.periódicosufsc.br> >. Acesso em: 25 Maio 2009.

RUBIN, A.A.C. **Eleições presidenciais no Brasil: ensaios sobre mídia, cultura e política**. São Paulo: Hacker Editores, 2004.

RUSCHEINSKY, A. No conflito das interpretações: o enredo da sustentabilidade. In: RUSCHEINSKY, A. (Org). **Sustentabilidade: uma paixão em movimento**. Porto Alegre: Sulina, 2004, p.15-33.

SACHS I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SADER, E. **E agora PT: caráter e identidade**. São Paulo: Editora brasiliense, 1991.

\_\_\_\_\_. Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980). São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SALLUM JÚNIOR, B. Metamorfoses do estado Brasileiro no final do século XX. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.18, n.52, Jun/2003.

SAMPAIO JÚNIOR. Notas sobre o PAC: um passo atrás. **In: Seminário sobre o PAC.** Disponível em [http://www.corecon-rj.org.br/ced\\_documentos.asp](http://www.corecon-rj.org.br/ced_documentos.asp). Acesso em 20 de junho e 2010.

SCHMITT, R. **Partidos políticos no Brasil (1945-2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

SILVA, C. S. M. da. **Contribuições para uma análise da política de formação do Partido dos Trabalhadores (PT)**. (Dissertação de Mestrado) – PUC, São Paulo, 1994.

SILVA, E.R.; SCHIRAMAMM, F.R. A questão ecológica: entre a ciência e a ideologia/utopia de uma época. **Cadernos de Saúde Pública**, v.13, n.3, p.355-365, jul/set 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 25 Maio 2009.

SKIDMORE, T. E. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975, 512 p.

SOUZA, M.A. **Da esquerda revolucionária pré-64 ao PT: continuidade e rupturas**. 1995. Dissertação (Mestrado) – FFLCH, USP, São Paulo, 1995.

SORRENTINO, M. **Desenvolvimento Sustentável e participação**: algumas reflexões em voz alta. In: LOUREIRO, C. F. B; LAYRARGUES, P. L; CASTRO, R. S. (Orgs). Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania. São Paulo: Cortez, 2002a.

\_\_\_\_\_, **De Tbilisi a Thessaloniki**: a educação ambiental no Brasil In: Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente. QUINTAS. J. S. 2ª ed. Brasília: IBAMA, 2002b.

TAMAIO, I. **A Política Pública de Educação Ambiental: sentidos e contradições na experiência dos gestores/educadores da Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente – Gestão do Governo Lula (2003-2006)**. (tese de doutorado). Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

TESKE, O. **Sociologia: textos e contextos**. Canoas: Editora da ULBRA, 2005.

VIOLA, E.J. **O Movimento Ecológico no Brasil**: do ambientalismo à ecopolítica. (1974-1986). Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 3, vol. 1, fev. São Paulo: Cortez/ANPOCS.



VIOLA, E.J.; LEIS, H.R. **A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991**: do bissetorialismo para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. Campinas, SP: UNICAMP, 1994, p.73-102.

VIOLA, E.J. O movimento ambientalista no Brasil (1971-1991): da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável. In: GOLDEMBERG, M. (Org). **Ecologia, Ciência e Política**. Rio de Janeiro: Revan, 1992 . p. 9-75. 1992.